

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Fernanda Porto Aranha

**Corpo em experiência: os primórdios
da organização psíquica**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Psicologia do Departamento de
Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Monah Winograd

Rio de Janeiro
Março de 2013



Fernanda Porto Aranha

**Corpo em experiência: os primórdios
da organização psíquica**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora a baixo assinada.

Profa. Monah Winograd

Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Perla Klautau

Sem vínculo

Profa. Cid Merlino Fernandes

Sociedade de Psicanálise da Cidade do RJ

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 25 de março de 2013.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da autora, da orientadora e da universidade.

Fernanda Porto Aranha

Graduou-se em Psicologia e Sociologia (Degree of Master of Arts) na Universidade de Edimburgo, Reino Unido, em 2003, com conceito máximo (First Class Honours). Fez formação psicanalítica na Sociedade de Psicanálise da Barra (SPB). Trabalha como psicóloga clínica em consultório particular. Interessa-se pelo impacto das experiências corporais na organização do psiquismo na primeira infância e ao longo da vida, bem como pela relevância da dimensão sensorial na relação analítica.

Ficha Catalográfica

Aranha, Fernanda Porto

Corpo em experiência. Os primórdios da organização psíquica / Fernanda Porto Aranha; orientadora: Monah Winograd. – 2013.

100 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2013.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Psicanálise. 3. Corpo. 4. Prazer-desprazer. 5. Período de excitação. 6. Ritmo. 7. Organização psíquica. 8. Ego. 9. Ambiente. 10. Experiência. I. Winograd, Monah. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Agradecimentos

À Monah Winograd, pelo investimento exigente e carinhoso;

À Olivia e ao Diogo, por me permitirem reviver a maravilha e a delicadeza que é ser criança, e por me ensinarem tanto;

Aos meus pais, pelo apoio amoroso e incondicional e ao meu irmão, companheiro de infância e de vida;

A meus amigos do coração, indispensáveis, e aos meus colegas da PUC-Rio, parceiros preciosos dentro e fora de sala;

A Gilda Sobral Pinto, por me despertar para os encantos da psicanálise; a Oscar Fernando Marmolejo Roldan e a meus eternos gurus Ana Arruda, Nara Keiserman e Letícia Tuí,

À Sociedade de Psicanálise da Barra, esteio da minha trajetória psicanalítica, em particular a Maria Lúcia Pilla, Cid Merlino, Jeremias Ferraz e Doris Rangel; aos meus colegas de formação, corajosos companheiros desbravadores do inconsciente;

A José Francisco Gama e Silva, mestre dos magos, influência vital, que me ensinou que o ofício psicanalítico exige rigor, humildade, poesia e amor;

A Sylvia Caracas, por me impulsionar e me acompanhar em metamorfoses fundamentais;

A meus pacientes, por embarcarem comigo corajosamente no percurso analítico, sem os quais esse trabalho não teria sentido;

A CAPES, à PUC-Rio, aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, por tornarem possível a realização deste trabalho.

Resumo

Aranha, Fernanda Porto; Winograd, Monah (Orientadora). **Corpo em experiência: os primórdios da organização psíquica**. Rio de Janeiro, 2013, 100p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Enraizado no corpo e marcado pela interação com o ambiente, o psiquismo se organiza a partir da experiência vivida pelo corpo do bebê que, ao nascer, já está imerso no universo simbólico das relações humanas. Na perspectiva psicanalítica, as noções de prazer e desprazer encontram-se na base da ordenação da atividade psíquica, o que nos leva a tomar estas noções como ponto de partida de nossa investigação, entendendo-as como designando expressões, a um só tempo, corporais e psíquicas que envolvem necessariamente um caráter relacional. Esse trabalho consiste numa articulação entre a concepção freudiana acerca do psiquismo e o papel do ambiente, privilegiando a experiência que redundará na organização da função do ego.

Palavras-chave

Psicanálise; corpo; prazer-desprazer; organização psíquica; ego; ambiente; experiência.

Abstract

Aranha, Fernanda Porto; Winograd, Monah (Advisor). **Body in experience: the roots of psychic organization.** Rio de Janeiro, 2013, 100p. MSc Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

With roots stemming both from the body and from the interaction with the environment, the psyche organizes itself from the experience lived by the body of the baby which, upon birth, finds itself immersed in the symbolic universe of human relations. In the psychoanalytic perspective, the notions of pleasure and unpleasure are the basis of the ordering of psychic activity, which leads us to take them as departure point of this investigation, considering them, at once, as both bodily and psychic expressions, necessarily involving a relational character. This work consists in an articulation between the Freudian conception of the psychic apparatus and the role of the environment, prioritizing the experience which leads to the organization of the ego.

Keywords

Psychoanalysis; body; pleasure-unpleasure; psychic organization; ego; environment; experience.

Sumário

Introdução	9
1. Prazer e desprazer como ordenadores do psiquismo	18
1.1. Prazer, desprazer e o Princípio de Prazer	18
1.2. O problema da qualidade	22
1.3. As estruturas afetivas e suas traduções	27
1.4. A vivência de satisfação e a dor	36
2. Sentir-com: o papel do ambiente	45
2.1. A marca do desamparo	46
2.2. O psicossoma, a fantasia e a experiência de ‘continuar a ser’	50
2.3. O prazer para além da auto-conservação	56
2.4. O papel da mãe como um ‘duplo’ do bebê	60
3. O ego no processo de organização psíquica	66
3.1. O bebê como parte ativa em suas relações	67
3.2. O corpo como matriz do ego	70
3.3. A função da pele e o ego	72
3.4. O mecanismo de internalização na formação do ego	81
Considerações finais	87
Referências bibliográficas	95

*Não importa que a tenham demolido:
A gente continua morando na velha casa em que nasceu*

Mário Quintana, *Preparativos de viagem*

Introdução

*Era uma vez uma pessoa,
Quase uma pessoa
De certa forma ele mal podia ouvir
De certa forma ele mal podia ver
Mal podia falar
De certa forma seu corpo era intermitente
Ted Hughes*

Esta dissertação trata do processo de organização psíquica, o que implica refletir sobre o percurso trilhado pelo ser humano em sua trajetória de vida. A partir de uma perspectiva psicanalítica, a proposta será a de compor um panorama onde se articulem fenômenos e fatores de relevância em termos de seus impactos na construção do que chamamos de psiquismo e, em particular, da função do ego¹. Partindo de um corpo biologicamente equipado para ser humano e chegando ao que poderíamos considerar, ao menos teoricamente, como um funcionamento psíquico maduro, atravessamos um longo, complexo e ainda misterioso percurso. Desde seu nascimento, ou, provavelmente, mesmo antes dele, o bebê (o feto, o corpo) encontra-se em inegável interação com seu ambiente e, não obstante a dificuldade de se travar conhecimento com os processos em curso em época tão primitiva, a relevância de nossas experiências precoces é cada vez mais reconhecida e estudada na literatura psicanalítica (ANZIEU, 1974, 1988; WINNICOTT, 1945, 1949, 1951, 1956; ROUSSILLON, 2010, GOLSE, 1999, 2010; TUSTIN, 1990; HAAG, 1985, 1997; FONTES, 2010).

Em frases curtas e cadenciadas, o poema de Hughes citado na epígrafe narra a história de uma pessoa, ou ‘quase uma pessoa’, a partir de seus sentidos e de suas faculdades mentais. Um corpo físico vacilante, de faculdades mentais precárias, onde a própria fronteira entre o corpo e a mente perde nitidez. Um corpo que ora está, ora não mais, e cujas funções sensoriais e mentais – visão,

¹ Ciente das divergências não apenas de tradução, mas também conceituais, utilizaremos o termo ego em sentido amplo, como uma função psíquica que vivencia suas experiências, explicitando os momentos em que se pretende aludir a sentidos específicos, como na instância psíquica do ego, conforme concebido por Freud (1923). Nas citações literais, o termo ego aparecerá nas formas de ‘eu’ ou de ‘self’, segundo terminologia do autor.

audição, pensamento – mal funcionam. Evocada no poema, a íntima e complexa relação entre processos do corpo e da mente estará inevitavelmente presente, como pano de fundo, na discussão aqui proposta. Note-se ainda que não apenas o conteúdo do poema remete ao assunto deste trabalho. A cadência temporal, ou ritmo, emerge, nessa análise, como elemento fundamental do processo de organização psíquica. Vale comentar ainda embora esteja fora do escopo deste trabalho, a relevância do fator temporal na história e sintomatologia de determinados quadros clínicos, casos em que a manutenção do ritmo da sequência das sessões de análise, sem interrupções ou alterações frequentes, torna-se particularmente importante no tratamento.

A relação entre processos corporais e psíquicos a ser desenvolvida nesse percurso está assentada sobre a hipótese de que nosso corpo biológico, próprio à espécie humana, contém em si o potencial de ser simbólico, o que equivale a dizer que, em condições ‘normais’ (ou seja, em um ambiente favorável), fenômenos corporais e psíquicos operam de modo interligado e simultâneo. Nesse sentido, as menções que serão inevitavelmente feitas, ao longo do texto, a aspectos psíquicos e corporais devem-se essencialmente à necessidade didática de tratar do assunto. Justifica-se assim a escolha pela expressão ‘organização psíquica’ empregada no título, onde se pretende enfatizar a perspectiva de que o conceito de psiquismo será tratado como a possibilidade e a maneira do corpo se organizar a partir de suas experiências no ambiente. Assim, a expressão ‘organização psíquica’ foi preferida inclusive à mais frequentemente utilizada ‘constituição psíquica’, justamente por transmitir a noção do psiquismo como uma forma de organização do próprio corpo em experiência, e não como uma entidade que deve ser constituída paralelamente a este.

A perspectiva que se apresenta é a de um ser humano munido de uma aparelhagem biológica própria de sua espécie e de uma herança genética particular (cujo escopo é ainda pouco conhecido, apesar dos significativos avanços na área), que é imerso, talvez desde o útero, em um ambiente interativo, onde ele tenderá, por vias múltiplas e complexas, a desenvolver suas capacidades psíquicas. Nessa visão, o ser humano possui o potencial e o desafio (ambos derivados de sua condição humana) de se organizar psiquicamente, cumprindo seu destino, por assim dizer, de ser psíquico. Entre os inúmeros fatores em jogo nesse percurso,

destacam-se dois eixos considerados fundamentais e que serão adotados como critérios de estruturação desta dissertação: a dupla ancoragem corporal e interativa (GOLSE, 1999) do processo de organização psíquica.

Os fenômenos referentes aos dois eixos centrais da matriz do psiquismo – corpo e ambiente – estão presentes na visão freudiana a respeito tanto da constituição do aparelho psíquico (1895b) como da etiologia das psicopatologias. A expressão freudiana ‘equação etiológica’ (1895c) traduz a perspectiva que o acompanhou ao longo de sua obra (WINOGRAD, 2007) acerca dos fatores envolvidos na formação da neurose. Para Freud (1895c), a irrupção de uma neurose não poderia ser atribuída a uma causa única, mas sim a uma equação de fatores distintos que se encontram quantitativamente interligados, sendo alguns de caráter obrigatório, enquanto outros são de natureza auxiliar na sua determinação. Em primeiro lugar, para o desenvolvimento de um quadro neurótico, deve haver uma ‘condição’, relacionada a fatores hereditários, como na noção de uma predisposição genética, que, embora necessária, não é causa suficiente de uma neurose. Exige-se também que haja uma ‘causa específica’, designando, com isso, fatores que, devido à sua presença em determinada quantidade, podem fazer eclodir a neurose, contanto que as condições necessárias também estejam presentes. Outros fatores auxiliares podem concorrer nesse processo, embora não sejam suficientes, em si mesmos, para produzir um quadro psicopatológico, como, por exemplo, o cansaço físico ou emoções intensas. Identifica-se ainda uma causa precipitadora, sendo simplesmente aquela que antecede a eclosão da neurose, não estando envolvida, a não ser temporalmente, em sua etiologia.

A questão de se estabelecer um protagonismo para causas endógenas ou exógenas na formação psicopatológica constitui-se como um falso problema (WINOGRAD, 2007), na medida em que são consideradas ambas as classes de fatores como partes simultâneas e indissociáveis de um mesmo processo, de uma equação. Na Conferência XXII (1916-17), ao apresentar a expressão ‘séries complementares’, Freud reafirma essa perspectiva, além de dissolver ainda mais a dicotomia natureza-cultura na questão da etiologia neurótica. Com a teoria da libido já desenvolvida, amplia-se o alcance do fator ‘pré-disposição’, anteriormente considerado como ligado à hereditariedade. Nessa reformulação, a ‘pré-disposição’ inclui não só a capacidade constitucional de suportar determinada

quantidade de excitação, como também o legado das experiências infantis, responsáveis pelos pontos de fixação da libido nas suas diferentes fases de desenvolvimento, que constituiriam assim marcas específicas e predisposicionais de cada história particular (WINOGRAD, 2007). Com isso, evidencia-se a irrelevância para Freud de se diferenciar entre as causas internas ou externas subjacentes aos processos psicopatológicos.

Desde seus primeiros escritos (1890, 1891), Freud identifica os fenômenos corporais e os processos psíquicos como interligados em uma mesma teia, sugerindo que “a relação entre o corporal e o anímico é de ação recíproca” (1890, p. 116). Nesse sentido, no vocabulário da época, entende-se que tanto as variações observadas no sistema nervoso eram causadoras de repercussões na atividade da alma, quanto um fator anímico poderia provocar um efeito corporal, como no caso das conversões histéricas. Na monografia sobre as afasias (1891), propõe-se que o elo entre processos físicos e psíquicos não é de causalidade mecânica, mas, diversamente, encontram-se em uma relação de ‘concomitância dependente’ (ibid., p. 105). Com essa expressão, entende-se que ambas as ordens de fenômenos ocorrem simultaneamente e de modo interdependente, não sendo possível estabelecer uma causa primordial. Ao propor que processos físicos e psíquicos como paralelos e interdependentes, Freud se depara com o desafio de pensar sobre a ligação entre eles, ou seja, sobre o processo pelo qual uma quantidade de excitação se converte em uma qualidade psíquica (1895b), sendo este um dos pontos importantes dessa dissertação, conforme será examinado no capítulo 1.

A antiga questão sobre a relação entre mente e corpo permanece viva nos dias atuais (DAMÁSIO, 1994), onde se verifica um cenário de complexa e inexorável inter-relação entre estruturas e funcionamento biológicos, de um lado, e processos emocionais e faculdades mentais, de outro. Como observado, perspectiva semelhante marcava a visão de Freud quando propôs que a relação entre processos físicos e mentais era marcada pela interdependência e simultaneidade. Dessa forma, nota-se que, da mesma maneira como o corpo informa a mente por meio de seus sinais, observam-se também os canais que partem da mente em direção ao corpo, como se verifica nos fenômenos conversivos da histeria. Do ponto de vista da pesquisa neurocientífica, Damásio

(1999) expõe que a ansiedade e a tristeza provocam alterações hormonais, bem como uma depressão no sistema imunológico. Nesse sentido, morre-se, sim, de desgosto (DAMÁSIO, 1999), como já era de conhecimento popular e também da literatura. A Betty, personagem de Paul Auster, “morreu porque estava com o coração partido” (AUSTER, 2009, p. 83). E complementa o escritor, na mesma passagem: “algumas pessoas riem quando escutam essa frase, mas isso é porque elas não conhecem nada do mundo. Pessoas morrem porque estão com o coração partido. Acontece todo dia e vai continuar a acontecer, até o fim dos tempos”.

Assim, a pesquisa (DAMÁSIO, 2003) confirma essa perspectiva sobre a relação íntima entre corpo (organismo biológico), emoção, sentimento e pensamento. Em termos evolutivos, entendemos que

A aparelhagem da racionalidade, tradicionalmente considerada neocortical, não parece funcionar sem a aparelhagem da regulação biológica, considerada subcortical. Parece que a natureza criou o instrumento da racionalidade não apenas por cima do instrumento de regulação biológica, mas a partir dele e com ele (DAMÁSIO, 2004, p. 157).

Reitera-se assim a perspectiva de uma ancoragem corporal dos processos psíquicos, como será desenvolvido nesta dissertação a partir do instrumental psicanalítico. Na presente abordagem, não se pretende defender a preponderância de fatores endógenos ou exógenos na constituição do psiquismo, nem tampouco de se diferenciar uma esfera corporal e outra psíquica. Ao contrário, adotaremos o entendimento de que corpo e psiquismo são níveis de descrição de um processo único, psicofísico. Nesse sentido, seguiremos a inspiração de Freud ao considerar como mítico o momento de nascimento da vida psíquica, a inscrição do primeiro registro de memória, traço ou marca corporal. A questão, a um só tempo inevitável e irrespondível, deverá ser deixada de lado, privilegiando-se uma abordagem dinâmica da trajetória de organização psíquica, a qual, cumpre lembrar, nos acompanha ao longo da vida, sendo desafiada a cada nova experiência. Nosso interesse aqui recai sobre os elementos e processos relevantes que operam e influenciam os primórdios desse percurso, a fim de identificar as condições de possibilidade de emergência da atividade psíquica, entendendo estas como tendo inevitáveis reflexos em termos de psicopatologia.

A clínica psicanalítica contemporânea (FONTES, 2010) vem demandando crescente reflexão sobre os primórdios da constituição psíquica, onde se dão experiências muitas vezes sutis e silenciosas, embora significativas, anteriores ao universo simbólico verbal tão difundido como característica da psicanálise clássica. A insistente presença do corpo nas rodas de discussão sobre as psicopatologias atuais, bem como seu reconhecido papel nas experiências fundadoras da organização psíquica, inspiram e justificam o desafio de abordar os primórdios do psiquismo neste trabalho. Como ressalta Fontes (2011), o tema da constituição psíquica não se refere apenas a uma questão histórica ou de desenvolvimento. Atualmente, é freqüente pacientes apresentarem um quadro clínico que exige do analista lidar com aspectos primitivos de psiquismo, conduzindo a “uma retomada (no setting analítico) do desenvolvimento e da construção do psiquismo” (ibid., p. 84).

O próprio Freud (1938), no fim de sua obra, reconhece que as experiências arcaicas conservam uma forte impressão sobre o funcionamento ao longo de toda a vida. Nessa época primitiva do desenvolvimento, o corpo do bebê adquire lugar de protagonista, considerado como ‘via real’ de acesso aos processos de subjetivação (GOLSE, 2010, p. 67). Nesse sentido, entende-se que a dimensão discursiva da experiência está enraizada em processos anteriores, de ordem sensorial e interativa, remontando ao universo das relações primitivas. Lembramos ainda da observação de Damásio (2003, p. 271) de que “os sinais do corpo, tanto na evolução da espécie, como no desenvolvimento individual, ajudaram a formar um ‘conceito básico’ do eu; esse conceito constitui a estrutura de referência de todo o resto que pudesse acontecer ao organismo”. O corpo pré-verbal emerge assim como peça chave na análise dos fatores fundadores e ordenadores do psiquismo, considerando que o mesmo encontra-se imerso, desde o nascimento (ou mesmo antes dele), em um ambiente interativo, experimentando assim, de maneira ativa, vivências cruciais em termos de sua organização psíquica. Desse modo, esta dissertação considera que o processo de organização psíquica está atravessado, inescapavelmente, pelas dimensões corporal e intersubjetiva, as quais serão abordadas da forma como se segue.

No capítulo 1, partimos das noções de prazer e desprazer, consideradas, na perspectiva psicanalítica, como pilares da ordenação psíquica, compondo o

conceito central de Princípio de Prazer. Ancorados no Projeto freudiano de 1895, trataremos dos mecanismos ‘neurais’ e processos fisiológicos e psíquicos envolvidos nas fundações do aparato psíquico, com destaque para as noções de prazer, desprazer, satisfação e dor. O caráter imprescindível do ambiente na determinação dos mecanismos psíquicos primordiais do bebê se evidencia, na medida em que a vivência de satisfação depende da colaboração do outro para sua realização. A relação entre quantidades de excitação em um aparato pensado em termos de sistema neuronal e as qualidades psíquicas (prazer e desprazer) – o qual constitui o que Freud chamou de ‘problema da qualidade’ - será examinada, bem como as estratégias então propostas para solucionar essa questão. Assim, visitaremos o modelo de aparato neuronal de 1895 e o conceito de ‘período de excitação’, o qual desempenhará papel crucial nos desdobramentos dessa investigação. A inserção das noções de prazer e desprazer em uma série ou ciclo de variações quantitativas em um ‘período’ privilegia o fator temporal e rítmico das experiências primordiais do indivíduo no processo de organização psíquica, remetendo à necessidade de uma relação que possa, a partir da constância de seus cuidados, garantir a regulação intrapsíquica.

Apoiando-se em pilares da física e da biologia, a concepção freudiana (1895b) concebe um organismo regido pela lei da inércia, base do Princípio de Prazer, orientado, portanto, a eliminar quaisquer estimulações, internas ou externas, que provoquem uma alteração de seu estado. Como vimos, com a noção de ‘período’, Freud concebe a idéia de um padrão de oscilação de excitação (prazer-desprazer) que tenderia a se manter constante dentro de certos limites, evitando assim a vivência de dor, derivada do rompimento ou interrupção de tais limiares. Nesse ponto, lembramos da expressão de Daniel Stern (1985, p. 76) ‘variação constante’, utilizada para descrever os rituais presentes no universo do bebê, a partir de seu conhecido e minucioso estudo sobre ‘O Mundo Interpessoal do Bebê’ (1985). No ambiente do bebê, há, natural e constantemente, oscilações de elevações e quedas de excitação, tanto no sentido da regulação biológica de seu organismo (como no ciclo fome - saciedade) quanto em relação aos variáveis e múltiplos estímulos advindos de seu meio externo. Contudo, frisa Stern, é importante que essas oscilações constituam uma ‘variação constante’, mantendo-se assim dentro de determinados limiares. Dessa vivência de ‘variações

constantes' depende a experiência que Winnicott (1967) chama de 'continuidade de ser', fundamental para a constituição de um ego saudável, como será examinado de modo mais detalhado no capítulo 2 desta dissertação.

Assim, voltaremos nossa atenção para os fatores e os impactos da relação com o ambiente no desenvolvimento psíquico. Propomos assim uma reflexão sobre algumas formulações-chave de autores que se debruçaram, de uma forma ou de outra, sobre os primórdios da experiência, em particular Winnicott (1945, 1949, 1951, 1956, 1967), Ferenczi (1909, 1912), Laplanche (1992) e Roussillon (2010, 2012), além do próprio Freud (1926). Pretendemos, com isso, evidenciar e aprofundar as articulações entre o pensamento freudiano sobre a constituição psíquica e as proposições de outros autores da psicanálise sobre o papel do ambiente na experiência do bebê. Nesse percurso, o impacto das relações ambientais no percurso de organização do bebê será o ponto central.

Em seguida, propomos articular os pontos centrais destacados tanto em termos dos mecanismos psíquicos examinados no capítulo 1 quanto em relação ao papel do ambiente, enfatizando, no capítulo 3, a experiência em si, onde o espaço intermediário entre bebê e ambiente estará em xeque, no sentido de refletir sobre o desenvolvimento e expressão da função do ego nessa fase precoce do desenvolvimento. Noções como a de 'ego corporal' (FREUD, 1923), de 'Eu-pele' (ANZIEU, 1974) e de 'senso de self emergente' (STERN, 1985) remetem a níveis primitivos de organização do psiquismo, anteriores à emergência da dimensão discursiva, aos quais correspondem formas igualmente primárias de inscrição psíquica, tal como sugere o conceito de 'pictograma' de Pierra Aulagnier (1979) ou de 'simbolização primária' de René Roussillon (2010). Tais noções estão inseridas no universo das experiências iniciais do indivíduo em sua relação com o ambiente, as quais o afetam e exigem dele uma série de ações para lidar com seus impactos, o que assume a forma de processos psíquicos, compondo assim a própria trajetória de organização psíquica e desenvolvimento do ego. . O ego deixa de ser, nesse contexto, uma resultante e assume o lugar de uma 'organização possível', apresentando-se de forma distinta em diferentes etapas do desenvolvimento, ou mesmo em momentos distintos ao longo da vida. Posto que é permanentemente inserido na experiência e impactado por esta, ego é gerúndio, mutante, dinâmico.

Nesta dissertação, propomos refletir sobre esse percurso que, ainda que relativamente curto, envolve mistérios milenares, nuances e sutilezas responsáveis por desdobramentos significativos em nossa vida emocional (psíquica). Um percurso que vai ‘do corpo ao pensamento’, segundo expressão de Bernard Golse (1999), e que se dá fundamentalmente na experiência de cada um. Cientes da imensidão e da complexidade do terreno, buscaremos identificar processos físicos e psíquicos, bem como demais fatores de relevo em termos da constituição da função do ego. Seguiremos o caminho da gênese de tal função, a fim de melhor conhecer não o momento exato em que ela ocorre, o que seria tanto controverso quanto improdutivo, mas visando explorar os fatores que se constituem como condições de possibilidade de organização da atividade psíquica.

Prazer e desprazer como ordenadores do psiquismo

“Se imaginarmos uma emoção forte e depois tentarmos abstrair da consciência que temos dela todos os sentimentos dos seus sintomas corporais, veremos que nada resta, nenhum ‘substrato mental’ com que constituir a emoção, e que tudo o que fica é um estado frio e neutro de percepção intelectual”

William James

Essa investigação parte das noções de prazer e de desprazer, reconhecendo-as como elementos basilares do processo de organização psíquica, localizando-se, portanto, no cerne da discussão proposta nesta dissertação. A noção de Princípio de Prazer, conceito central da psicanálise, pressupõe fenômenos ou experiências identificados como prazerosos ou desprazerosos, em torno dos quais a atividade psíquica se orienta. A fim de explorar essa perspectiva acerca das experiências fundadoras do psiquismo, tomaremos como eixo as proposições feitas no ‘Projeto para uma Psicologia Científica’ (1895b), em particular aquilo que Freud considerou, nesse manuscrito, como as vivências primordiais de satisfação e de dor, em suas articulações com as noções de prazer e desprazer.

1.1

Prazer, desprazer e o Princípio de Prazer

O conceito de Princípio de Prazer constitui eixo central da metapsicologia freudiana, norteador dos processos de constituição, organização e funcionamento psíquicos. No livro ‘A Interpretação dos Sonhos’ (1900), Freud apresenta explicitamente o que então denomina ‘princípio de desprazer’ (p. 626), formulando-o como o princípio regulador do aparelho psíquico, constituindo-se como tendência a evitar um aumento de excitação, o qual seria ‘vivido como desprazer’ (ibid, p. 624). A relação entre um aumento ou redução de quantidade energética, que se dá no corpo, e a experiência de desprazer (ou de prazer)

constitui a problemática central desse capítulo, a qual remete ao foco da dissertação como um todo, qual seja, o de refletir sobre o processo de organização psíquica a partir de sua ancoragem corporal e ambiental. O Princípio de Prazer é formulado como um conceito de caráter eminentemente econômico, referido a uma tendência do aparelho a manter seu estado quantitativo de tensão inalterado. Não obstante, quando se propõe que um aumento de excitação é ‘vivido como desprazer’, acrescenta-se à equação econômica um elemento de experiência qualitativa, um ‘vivido como’. Deflagra-se aqui uma problemática que irá acompanhar o criador da psicanálise ao longo de sua obra, qual seja o desafio de explicar segundo que processos e mecanismos uma elevação de excitação corporal é traduzida em desprazer, e seu reverso em prazer, conforme prescrito pelo Princípio de Prazer.

A noção de um princípio de prazer remonta aos textos precoces de Freud (1888, 1894, 1895b), onde se verifica a influência da física e da biologia na concepção de um princípio regulador do psiquismo. No texto ‘As neuropsicoses de defesa’, de 1894, o conceito de Princípio de Prazer aparece ainda de modo indistinto do princípio de constância, segundo o qual o organismo tenderia a manter constante seu estado de excitação, orientado, portanto, a evitar quaisquer estimulações que perturbassem tal homeostase. O Projeto de 1895 introduz o conceito de ‘princípio da inércia neurônica’, segundo o qual “o neurônio aspira a libertar-se de Q” (1895b, p. 10), dispondo para tal, primariamente, das estratégias de descarga por via motora e fuga de estímulo.

A noção de Q é concebida como ‘o que diferencia atividade de repouso’ (FREUD, 1895b, p. 9), ou seja, como a modificação de um estado de excitação. Como esclarece Jayme Salomão (1895b, nota 2), “as noções de aumento e diminuição de Q descrevem, respectivamente, a passagem de um estado de menos movimento para um de mais movimento e a passagem inversa, de mais para menos”. A importância atribuída à dinâmica de passagem de excitação no aparato psíquico já estava presente antes do Projeto, como se vê no verbete Histeria (1888), onde Freud declara que ‘a histeria baseia-se total e completamente em modificações fisiológicas do sistema nervoso, e caberia expressar sua essência através de uma fórmula que levasse em conta as relações de excitabilidade das diferentes partes do sistema nervoso’ (p. 72). O modelo neuronal do Projeto

parece constituir uma tentativa de estabelecer essa ‘fórmula’ que conteria a arquitetura e as regras sobre a passagem de excitação entre neurônios, de modo a acomodar as hipóteses de Freud sobre a natureza dos fenômenos clínicos em questão. No artigo 1894 (p. 66) Freud identifica nas funções psíquicas um aspecto quantitativo,

algo - uma carga de afeto ou soma de excitação - que possui todas as características de uma certa quantidade (embora não tenhamos meios de medi-la) passível de aumento, diminuição, deslocamento e eliminação.

Apesar do manuscrito de 1895 não ter sido publicado, suas proposições antecipam conceitos importantes da metapsicologia, como no caso do Princípio de Prazer, cujas raízes nos textos dessa época demonstram sua inspiração não apenas nas observações clínicas de Freud (1895a), mas também em princípios físicos e biológicos.

Escrito pouco após os ‘Estudos sobre a Histeria’ (1895a), o Projeto manifesta a intenção de transpor os fenômenos observados na clínica, principalmente nos impressionantes casos de histeria que então desafiavam a medicina, para uma ‘psicologia científico-naturalista’ (FREUD, 1895b, p. 9). É nesse contexto que Freud constrói, no Projeto, o que Antonello e Oliveira (2011, p. 238) chamaram de ‘aparato neuronal fantástico’, de natureza ‘fundamentalmente hipotética’ (GARCIA-ROZA, 1991, p. 80), mesclando alguns elementos científicos da neurologia da época com idéias originais inspiradas em suas experiências clínicas, em particular a observação da presença de ‘representações superintensas’ (1895b, p. 9) nos sintomas da histeria e da compulsão, o que acentuou o foco no fator quantitativo nas formulações teóricas freudianas.

Mantendo-se relativamente estável ao longo da obra de Freud, o conceito de Princípio de Prazer encerra uma tendência a evitar a experiência de desprazer e a buscar o prazer (1895b, 1900). Ora, se considerarmos que prazer e desprazer estão associados a fluxos de quantidades de excitação no corpo (no sistema neuronal, na concepção de 1895), observamos que tal princípio de funcionamento psíquico diz respeito, necessariamente, experiências corporais. O prazer e o desprazer são, em primeira instância, referidos a fluxos de excitação no corpo, os

quais são ‘vivididos’ ou traduzidos em termos de sensações prazerosas ou desprazerosas. Parece fundamental, portanto, a capacidade do indivíduo (quer estejamos falando de corpo, de psiquismo ou de sistema nervoso) de diferenciar entre prazer e desprazer, sendo esta uma condição necessária para a instauração do princípio de organização considerado o mais primordial do psiquismo nascente. Em outras palavras, o conceito de Princípio de Prazer assenta-se sobre experiências corporais que possam ser inscritas como pertencendo à categoria de prazer ou desprazer, de maneira que, a partir da memória dessas experiências, possam servir como referenciais norteadores da função psíquica.

A enunciação da questão não traz consigo soluções e o desafio de compreender como opera esse processo de tradução de experiências corporais em qualidades psíquicas permanece problemática até o fim das pesquisas de Freud. Em 1940, no artigo ‘Esboço de Psicanálise’, ele declara que

Conhecemos duas espécies de coisas sobre o que chamamos nossa psique (ou vida mental): em primeiro lugar, seu órgão corporal e cena de ação, o cérebro (ou sistema nervoso), e, por outro lado, nossos atos de consciência... Tudo o que jaz entre eles é-nos desconhecido (p. 157).

O desafio que se impõe é o de refletir sobre a trajetória que parte de um corpo que, a partir de suas experiências no mundo, desenvolve toda a gama de capacidades e funções que chamamos psíquicas. Um corpo biológico que se revela, progressivamente, um ser psíquico, simbólico, verbal. Tocamos, assim, no que Freud chamou do ‘segredo ainda velado da natureza do psíquico’ (1940, p. 177), que remete à difícil e antiga questão sobre a relação corpo-mente. Em Freud, as noções de prazer e desprazer, base do Princípio de Prazer, encontram-se no cerne dessa discussão.

Segundo o *Dicionário Comentado do Alemão de Freud* (HANNIS, 1996), o termo prazer (*Lust*) abarca conotações variadas, podendo-se identificar dois sentidos centrais: de um lado, *Lust* refere-se a “sensações corpóreas agradáveis” ao passo que também traduz uma “vontade/disposição de fazer algo” (*ibid*, p. 147). Aponta assim para duas idéias distintas embora interligadas, uma referente à experiência física do corpo e outra referente a um movimento que poderíamos chamar de psíquico, no sentido de uma vontade ou disposição. A noção de prazer

(*Lust*) se espalhou por capítulos diversos e fundamentais da metapsicologia freudiana, deslizando inescapavelmente de um sentido a outro, ora enfatizando o caráter corporal, ora seu aspecto psíquico. Assim, observa-se, que, no Projeto (1895b), *Lust* e *Unlust* são associados a determinadas quantidades de investimentos no aparelho neuronal, explicitando uma dinâmica física de quantidades de energia em fluxo entre neurônios. Porém, Freud esbarra naquilo que chamou de ‘problema da qualidade’, o qual irá exigir sua atenção particular desde o Projeto até o fim de suas pesquisas, como se evidencia pela presença de um capítulo dedicado ao tema no tardio ‘Esboço de Psicanálise’ (1940).

1.2

O problema da qualidade

Da forma como é enunciado por Freud, o problema da qualidade expressa a dificuldade de se determinar de que maneira fenômenos quantitativos transformam-se em sensações conscientes. Como se vê, nessa formulação do problema, o desafio se refere não apenas ao processo de tradução de quantidade em qualidade, mas, especificamente, à questão da consciência. As ‘qualidades psíquicas’ são consideradas por Freud, nesse momento, como diretamente vinculadas com o atributo da consciência, lembrando que não há, antes de 1900, o conceito de inconsciente como sistema e que a discussão entre consciente e inconsciente está longe da solução que será proposta por Freud adiante em sua obra (1915b, 1923, 1933). Nesses artigos posteriores, Freud deixará claro que o caráter de consciência ou inconsciência não é satisfatório para classificar as diferentes instâncias do psiquismo (ego, id e superego), o que trará complexidade ao sistema proposto em 1895, onde Freud trata as sensações de prazer e desprazer como atributos da consciência. Em particular, no artigo de 1923, Freud revela uma visão distinta, onde o caráter psíquico abrange outros elementos além daqueles próprios à consciência.

Da perspectiva psicanalítica, não há como considerar que a essência do psíquico esteja situada na consciência. Pelo contrário, é preciso considerar a consciência como sendo apenas uma das qualidades do psíquico e lembrar que diversas outras qualidades podem, ou não, somar-se a ela (p. 28).

Mesmo no Projeto de 1895, considerando seu tom marcadamente neurológico, Freud não se absteve de abordar questões essencialmente psicológicas, como o problema da consciência de qualidades psíquicas, buscando com dificuldade soluções possíveis dentro dos limites dessa abordagem. A limitação e insuficiência desse esforço parecem evidentes, tendo provavelmente contribuído para o relativo abandono do texto. Em nota editorial ao artigo ‘O Inconsciente’ (1915a p. 15), James Strachey comenta que

tornara-se cada vez mais evidente que até mesmo o elaborado mecanismo dos sistemas de neurônios era canhestro e grosseiro demais para explicar as sutilezas que estavam sendo trazidas à luz pela ‘análise psicológica’, sutilezas que só poderiam ser explicadas na linguagem dos processos mentais.

Ainda assim, o fato é que Freud esteve ‘profundamente mergulhado’ e ‘intensamente preocupado’ como jamais até então, conforme descreve em carta a Fliess datada de 27 de abril de 1895, com seu projeto de elaborar uma ‘psicologia para neurologistas’, como se refere ao Projeto nessa carta. Evidencia-se, nesse momento, o interesse e mesmo o ‘fascínio’ (como comenta Strachey, 2006-1915, p. 15) de Freud com a possibilidade de descrever processos psíquicos a partir de ingredientes neurológicos. Não obstante tal pretensão, pode-se notar clara insegurança quanto ao papel do fator quantitativo nos processos psíquicos. Em 1924, ao se debruçar sobre o problema econômico do masoquismo, Freud fala da impossibilidade de “travar contato com esses fenômenos” e, mediante essa limitação, sugere a adoção de “uma hipótese o menos rígida possível” (ibid., p. 135), segundo a qual o prazer e o desprazer estariam associados a - mas não diretamente determinados por - estados de redução e elevação de excitação.

No manuscrito de 1895, a questão é explicitada da seguinte forma: “*como se originam as qualidades e onde se originam as qualidades?*” (1895b, p. 22, itálicos do autor). Os esforços freudianos para tentar responder essa pergunta remetem a duas estratégias distintas, sendo uma referente à arquitetura e ao funcionamento do aparato neuronal e outra baseada na dinâmica operante neste, particularmente com a noção de ‘período de excitação’. Examinaremos, a seguir,

o modelo delineado em 1895, bem como a dinâmica proposta para seu funcionamento.

Convencido da relevância do aspecto econômico nos sintomas neuróticos, em particular na histeria, Freud adota como pilar de sustentação de sua construção teórica a noção de fluxo de quantidades de excitação nervosa no aparato psíquico. No modelo de 1895, Freud concebe três sistemas de neurônios – *phi* (Φ), *psi* (Ψ) e *ômega* (ω) – diferenciando-os segundo a quantidade de excitação a que estão expostos em função de sua localização no aparato, de onde resultam características distintas de permeabilidade à passagem de excitação. Como comenta Garcia-Roza (1991, p. 79), a distinção entre neurônios “não é uma diferença de natureza, mas uma diferença estrutural”. Postula-se inicialmente um sistema constituído por neurônios *phi* (Φ) que, em contato direto com as excitações provindas do mundo externo, relaciona-se com a faculdade da percepção. Devido às grandes quantidades recebidas, o sistema Φ mostra-se permeável à passagem dessa excitação para o interior do aparato, assim mantendo-se disponível (desocupado) para receber novas percepções externas: desempenha a função de condutores dos estímulos externos em direção ao interior do sistema, ou seja, ao sistema de neurônios *psi* (Ψ). Em Ψ , tais excitações seriam recebidas, porém com sua quantidade reduzida pela passagem anterior pelo sistema Φ .

Freud formula a noção de ‘barreiras de contato’ como pontos de encontro entre neurônios onde ocorreriam as trocas de excitação, oferecendo maior ou menor resistência à passagem de energia. O sistema Ψ encontra-se também em contato com excitações de fonte endógena, que não passaram pelo sistema de percepção Φ . Os neurônios Ψ , recebendo quantidades de energia mais reduzidas, são capazes de armazenamento, sofrendo, assim, modificação com essa passagem, constituindo um caminho de facilitação a partir dos traços mnêmicos deixados em seu rasto. O sistema Ψ relaciona-se assim com a função de memória (inscrição de experiências). O terceiro sistema neuronal – *ômega* (ω) - estaria também relacionado com a percepção, embora acumulasse a função de realizar a tradução dos estados quantitativos em ‘sensações conscientes’. Como comenta Garcia-Roza (1991, p. 105), “o sistema ω é o responsável pela percepção-consciência”, esclarecendo esse autor que a letra grega ômega minúscula (ω) remete ao W

(*Warnehmung*), relativo à percepção. No modelo desenhado nessa época, é esse sistema que traduz em termos de qualidades conscientes os estímulos quantitativos que chegam à percepção, o que Freud vai se referir como “o lado subjetivo de uma parte dos processos físicos do sistema nervoso, isto é, dos processos ω ” (1895b, p. 25).

Deparando-se com dois elementos considerados distintos - quantidades de excitação e a qualidade da percepção consciente – Freud formula o sistema de neurônios ω que, conforme concebido, seria “estimulado junto com a percepção e não com a reprodução, e cujos estados de excitação dariam como resultado as diferentes qualidades, ou seja, seriam as *sensações conscientes*” (1895b, p. 23). Contudo, a idéia de um sistema de neurônios encarregado de executar a tradução de quantidade em qualidade parece levar a uma visão equivocadamente mecanicista da dinâmica psíquica. Como frisa Garcia-Roza,

não há, porém, *primeiro* um aparato e *depois* a transformação da quantidade em qualidade. Na verdade, a qualidade não *resulta* do aparato, mas o aparato constitui-se simultaneamente com a transformação da quantidade em qualidade (GARCIA-ROZA, 1991, p. 108).

O simples postular de um sistema de neurônios ω não parece satisfatório para responder a tão complexa questão das relações entre excitações corporais, percepção e consciência. A relação entre percepção e consciência não se esgota em 1895, sendo explicitamente retomada por Freud no artigo ‘O Inconsciente’ (1915a), onde ele se depara com uma idéia que lhe parecia paradoxal, qual seja a de ‘afeto inconsciente’. Embora intimamente relacionado com os processos psíquicos, o afeto não recebeu de Freud uma definição conceitual explícita, o que gerou inclusive discussões sobre seu estatuto teórico na metapsicologia (WINOGRAD & TEIXEIRA, 2011). Com a expressão ‘quota ou *quantum* de afeto’ (1894, 1915), Freud fala de uma quantidade de energia que compõe, mas não se confunde, com a noção de afeto em si. Segundo Andrade, enquanto a quota de afeto designa uma quantidade de energia em potencial, tendente à descarga, o afeto é um conceito qualitativo relacionado à senso-percepção. Essa distinção é aprofundada na análise de Winograd e Teixeira (2011, p. 169), segundo a qual

o afeto é um processo em ato ou em movimento que implica: 1) um aumento de tensão psíquica; 2) o percurso desta tensão dentro do psiquismo; 3) um modo específico de descarga dirigida para o interior do corpo; 4) a percepção desta descarga; e 5) as sensações ligadas a ela segundo a matriz prazer-desprazer.

Para nossos propósitos aqui, cumpre distinguir a quantidade de energia, a descarga desta quantidade e a percepção consciente de tal descarga. A noção de afeto engloba, assim, todo o percurso de desdobramentos psíquicos a partir de uma soma de excitação, implicando as sensações de prazer e desprazer, as quais são “imediatamente apreendidas na rede de representações que compõe o pré-consciente e o consciente (WINOGRAD & TEIXEIRA, 2011, p. 169). Na visão de Freud, nota-se que a noção de afeto é vinculada à faculdade da consciência, como se vê em 1915: “faz parte da natureza de uma emoção que estejamos cônscios dela, isto é, que ela se torne conhecida pela consciência” (1915b, p. 182). Não obstante, admite-se, nesse mesmo texto, que a prática psicanalítica de fato inspira expressões como ‘consciência inconsciente de culpa’ ou ‘medo inconsciente’ (ibid., p. 182).

É nesse contexto que Freud menciona, embora não desenvolva, a noção de ‘estrutura afetiva’. Diz ele: “A rigor, então, (...) não existem afetos inconscientes da mesma forma que existem idéias inconscientes. Pode, porém, muito bem haver estruturas afetivas no sistema *Ics*. (...)” (FREUD, 1915a, p. 183). A diferença estaria relacionada ao fato de idéias serem traços de memória investidos, enquanto que os afetos estariam ligados a processos de descarga, “cujas manifestações *finais* são percebidas como sentimentos” (ibid, p. 183, grifo nosso). Ora, se ‘as manifestações finais’ dos processos corporais de descarga de energia constituem os sentimentos (conscientes), entende-se que há outras manifestações desses processos, que não as ‘finais’ (‘sentimentos’). Ou seja, a percepção *consciente* de determinados sentimentos ou afetos representa apenas a ponta do iceberg (‘manifestações finais’) de um processo que se origina no corpo, e que inclui, portanto, experiências somáticas. É nesse sentido que Freud propõe a idéia de ‘estrutura afetiva’, como uma organização (estrutura) inconsciente (anterior ao afeto consciente), conceito que será explorado por Victor Manoel Andrade (2003).

1.3

As estruturas afetivas e suas traduções

Andrade (2003) desenvolve a noção de ‘estrutura afetiva’, expondo seu entendimento acerca das noções freudianas de afeto e quota de afeto. Enquanto a quota de afeto é uma manifestação da pulsão no psiquismo, uma soma de excitação em potencial, o afeto está relacionado à ‘descarga secretora e vasomotora no interior do corpo’ (ibid., p. 71). Cumpre acrescentar a essa formulação que a descarga corporal só é geradora de afeto mediante intermediação de um processo de percepção dessa descarga segundo as sensações de prazer e desprazer, percepção esta que, com seu colorido afetivo, impregna um traço de memória. O afeto constitui-se, assim, somente a partir da conjunção desses processos, incluindo quantidade de excitação, descarga, percepção, sensação e representação (WINOGRAD & TEIXEIRA, 2011). Assim, estamos diante de manifestações de um mesmo processo, disparado por ‘exigências da vida’ que se expressam psiquicamente por meio de uma quota de afeto, cuja descarga no interior do corpo é percebida segundo a matriz prazer-desprazer, produzindo um registro de lembrança da percepção dessa descarga, acompanhado de seu valor afetivo.

É nessa noção de uma ‘percepção basilar’ permeada de um ‘colorido afetivo que impregna a lembrança’ (ANDRADE, 2003, p. 72) que se localiza o conceito de estrutura afetiva. O exemplo clínico que Andrade fornece para ilustrar esse conceito é esclarecedor. Trata-se de uma paciente que, devido a uma lesão cerebral, era impedida de reter novas lembranças, não reconhecendo, portanto, a cada novo encontro, o médico que a atendia. Um dia, ao estender-lhe a mão para ser novamente apresentada a ele, a paciente foi espetada por um alfinete escondido em sua mão. Nos encontros subsequentes, apesar de não possuir qualquer lembrança desse episódio (nem, na verdade, de sequer conhecer o médico, como era característica de sua condição), a paciente não mais lhe estendera a mão. Nesse caso ilustrativo, Andrade identifica a presença de uma estrutura afetiva (responsável pela lembrança da dor experimentada) no psiquismo da paciente, estrutura esta geradora do sentimento de medo (consciente), o qual a orienta a não estender sua mão novamente ao médico. Contudo, a experiência de

dor, ensejando no psiquismo um registro (estrutura) afetivo responsável pela ativação do medo (consciente), não se encontra conectada ao episódio que a causou, uma vez que a paciente é incapaz de formar uma estrutura ideativa do que se passou. Assim, o que se observa é que, mesmo na ausência de lembrança consciente do episódio em si (estrutura ideativa), a paciente demonstrava possuir um registro inconsciente e afetivo (estrutura afetiva) da experiência dolorosa. Torna-se possível assim pensar na expressão ‘sentimento inconsciente de culpa’: de fato, a culpa, como Freud reconhece, não é inconsciente, mas sim a situação experimentada a qual motivou esse sentimento. Nesse caso, as estruturas afetiva e ideativa encontram-se não vinculadas entre si devido a uma manobra psíquica (recalque), enquanto que no caso da paciente citada por Andrade o desencontro é devido a uma lesão cerebral. Em ambos, o que se nota é que um registro emocional inconsciente permanece presente e operante, gerando experiências emocionais tanto fortes quanto misteriosas do ponto de vista da experiência consciente do paciente.

O conceito de estrutura afetiva parece lançar luz sobre o que Freud considerou como o ‘segredo sobre a natureza do psíquico’. Vivências experimentadas no corpo que se tornam objeto da percepção em termos afetivos encontram, como no caso ilustrado, um lugar próprio em termos de registro psíquico (como no caso da estrutura afetiva), paralela e anteriormente aos processos de representação propriamente ditos (representação-palavra, estrutura ideativa). Essa perspectiva sugere pensar na noção de um ‘fenômeno psíquico’ de forma a abranger processos anteriores à dimensão simbólica em termos de linguagem verbal. Ao investigar os processos inconscientes no artigo de 1915, portanto anteriormente mesmo à formulação da segunda tópica em 1923, onde se vinculam, definitivamente, corpo, Id e Ego, Freud esboça uma aproximação entre processos físicos e psíquicos, admitindo a possibilidade de estarmos diante de um falso problema, ou melhor, de uma questão de terminologia. Segundo Freud, “... a questão sobre se devemos conceber os irrefutáveis estados latentes da vida psíquica como fenômenos psíquicos inconscientes ou como fenômenos físicos pode acabar no terreno da disputa terminológica” (1915, p. 21).

A difícil tarefa de abordar a natureza dos conteúdos inconscientes, tanto verbais como pré-verbais, permanece viva. A esse respeito, no artigo de 1915, comenta que

No que tange às suas características físicas, eles nos são totalmente inacessíveis; não há conceito fisiológico nem processo químico que nos possam dar a menor noção acerca de sua natureza. Por outro lado, do ponto de vista psíquico, sabemos com segurança que eles têm abundantes pontos de contato com os processos psíquicos conscientes (p. 21).

A conhecida Carta 52, datada de 1896 (1996), contém hipóteses importantes sobre os diferentes tipos de registros no aparelho psíquico. Nesse documento, Freud considera que os conteúdos psíquicos podem ser inscritos “em forma de traços de memória” (p. 281), os quais estariam sujeitos a um “*rearranjo* segundo novas circunstâncias – a uma *retranscrição*” (p. 281, itálicos do autor). Assim, o aparelho psíquico seria responsável por efetuar sucessivas retranscrições dos traços mnêmicos, em níveis distintos de registro, os quais, por sua vez, estariam associados a diferentes sistemas de neurônios, em visão semelhante à do Projeto de 1895. Tal qual no neste modelo, supõe-se um conjunto de neurônios associados à percepção e um correspondente “primeiro registro das percepções”, considerado “praticamente incapaz de assomar-se à consciência” (p. 282). Haveria, posteriormente, um registro inconsciente e, enfim, uma transcrição no nível da pré-consciência, “ligada às representações verbais” (p. 282). As sucessivas traduções de um conteúdo psíquico seguem uma “tendência ao ajustamento quantitativo”, ou seja, são regidas pelo princípio de prazer. Propõe-se relacionar essa primeira camada de registro psíquico com a noção de estrutura afetiva, referidas ambas ao âmbito do inconsciente, estando sujeitas a sucessivas traduções de seu material psíquico, alcançando ou não, segundo vicissitudes particulares, o nível da representação verbal.

Cumprir lembrar que essa idéia de sucessivas traduções do material psíquico assemelha-se à formulação de Pierra Aulagnier (1975) sobre os três modos de funcionamento, ou processos de metabolização – processo originário, primário e secundário – aos quais correspondem tipos distintos de representação, a saber a representação pictográfica (pictograma), a fantasmática (fantasia) e a ideativa (enunciado), respectivamente. A noção de representação dessa autora

diz respeito ao ‘equivalente psíquico’ (p. 27) do trabalho de metabolização celular, onde um elemento heterogêneo a cada sistema psíquico é transformado em material a ele homogêneo. Delineia-se, assim, como função crítica do psiquismo, a tarefa de lidar com conteúdos que o afetam (sejam oriundos do mundo exterior ou interior) de forma a torná-los inteligíveis segundo a estrutura e o modo de operação possível e coerente a cada sistema. Nesse ponto, Aulagnier (1975) frisa que uma representação em um dos três sistemas, por exemplo, um pictograma, possui o mesmo estatuto de elemento heterogêneo aos outros sistemas quanto o tem um estímulo do mundo externo, necessitando de uma nova atividade de metabolização para que seja representado nos diferentes níveis.

A cada atividade de metabolização (originária, primária ou secundária), o registro psíquico resultante irá refletir tanto o elemento em si que é representado quanto o próprio sistema de representação que o representa, uma vez que o representado traduz o objeto percebido através da lente do sistema psíquico em questão, ou seja, segundo seu modo de perceber o objeto. Ou seja, uma representação psíquica deriva da percepção do objeto, o que inclui, simultânea e indissociavelmente, tanto o objeto em si quanto o modo de perceber do psiquismo. E, a cada atividade de metabolização, “os elementos que não estão aptos a sofrer esta metabolização não podem ter um representante no espaço psíquico, não tendo, portanto, existência para a psique” (AULAGNIER, 1979, p. 30). O que queremos destacar aqui é que o processamento em um determinado nível psíquico não implica automaticamente, nem tampouco garante, suas subseqüentes traduções em outros níveis do psiquismo. Este ponto interessa à presente discussão na medida em que pode ser correlacionado com a noção de estrutura afetiva examinada acima. Entende-se que o conteúdo de determinada experiência pode ser registrado em um nível psíquico (por exemplo, sob a forma de um pictograma ou de uma estrutura afetiva, ou representação-coisa), mas não em outro (representação ideativa).

Aulagnier (1975) argumenta ainda, o que é ponto crucial desta dissertação, que “para o psiquismo, nenhuma informação pode ser separada do que chamaremos uma ‘informação libidinal’” (p. 31), a qual entendemos aqui como uma qualidade afetiva segundo o eixo prazer-desprazer. Ao propor que “todo ato de representação é coexistente a um ato de investimento, e que todo ato de

investimento é movido pela tendência própria ao psiquismo de preservar ou de encontrar uma vivência de prazer” (p. 31), Aulagnier relaciona o princípio regente da atividade psíquica com a questão do investimento afetivo (libidinal), articulando psiquismo com o encontro do indivíduo no mundo, considerado como “condição própria a toda vida” (p. 32). Interessa-nos sublinhar esse aspecto de encontro ou de experiência no mundo, o qual será aprofundado no segundo capítulo. Por ora, enfocaremos que a possibilidade do aparelho psíquico de metabolizar uma determinada informação depende tanto de sua capacidade psíquica (distinta em cada um dos processos postulados e, de fato, em cada momento da vida) quanto do ‘poder dos objetos’ (p. 34). Sobre esse ponto, recorreremos às palavras da autora (AULAGNIER, 1975, p. 34).

para que a atividade psíquica seja possível, é necessário que ela possa se apropriar, ou incorporar uma matéria exógena. Ora, esta matéria não é amorfa: trata-se de informações emitidas pelos objetos, suportes de investimento (...) Eis porque a experiência de todo encontro confronta a atividade psíquica a um excesso de informação que ela vai ignorar, até o momento em que este excesso a obriga a reconhecer que o que não é incluído na representação própria ao sistema, volta à psique sob a forma de um desmentido, referente a sua representação de sua relação ao mundo.

Considerando que, devido a uma imposição de organização e didática, o tema da relação do indivíduo (e seu psiquismo) com o ambiente é foco do segundo capítulo, seguiremos examinando aqui os mecanismos e elementos primordiais da atividade psíquica. Não obstante, estaremos necessariamente tangenciando a questão da experiência no mundo, como fica claro nas formulações aqui destacadas (AULAGNIER, 1975).

Retornando à Carta 52, de 1896, Freud propõe que, como se observa nas psiconeuroses, pode ocorrer uma ‘falha na tradução’, cujo motivo “é sempre a produção de desprazer que seria gerada por uma tradução; é como se esse desprazer provocasse um distúrbio do pensamento que não permitisse o trabalho de tradução” (p. 283). Entende-se aqui que a sequência esperada de sucessivas traduções no aparelho estaria em conformidade com o princípio de prazer, segundo o qual traços de memória partiriam do nível do registro da percepção até alcançar o da representação verbal. Há, contudo, situações em que a tradução de determinado conteúdo viria acompanhada de desprazer, sendo assim impedida de

se realizar. Segundo Freud, nesses casos, “a excitação é manejada segundo as leis psicológicas vigentes no período anterior e consoante as vias abertas nessa época” (p. 283), gerando o que Freud chamou de *fueros*, designando com isso registros que permaneceriam excluídos do nível de transcrição seguinte e, conseqüentemente, também de suas leis de funcionamento. Antonello e Herzog (2012) propõem pensar os *fueros* como ‘marcas psíquicas’, distinguindo-as dos ‘traços’, estes passíveis de se articularem à cadeia de representações, através de processos de ‘retranscrições’.

Nesse sentido podemos estabelecer uma distinção entre essas duas figuras: traço e marca. De acordo com Freud (1950/1996c) os traços mnêmicos estariam sujeitos a um rearranjo, tais rearranjos constituem uma sucessão de inscrições e retranscrições. Entretanto, com as marcas ocorre algo diferente, sobretudo, nas vivências de dor. Quando a quantidade de excitação excede a capacidade de recepção e a captação egóica de energia, as marcas não passam pelos processos de retranscrições descritos na Carta 52 (ANTONELLO & HERZOG, 2012, p.115).

Observa-se, assim, nessa perspectiva, a postulação de 2 tipos distintos de impressões no psiquismo, a saber: as marcas e os traços. As primeiras, derivadas de um excesso quantitativo, permaneceriam impossibilitadas de serem retranscritas ou traduzidas em níveis subsequentes de representação, permanecendo como ‘pura intensidade’ (.....). A sugestão é de pensar os eventos causadores de ‘marcas’ como traumas, entendendo que “o trauma é uma ferida aberta no eu por um acontecimento violento que o impede de ser elaborado simbolicamente, configurando as marcas psíquicas” (2012, p. 119). As marcas seriam, assim, pura intensidade no corpo, dada a ausência de elaboração simbólica. Já os traços se referem a impressões de experiências cuja intensidade não impediu o funcionamento do princípio de prazer, que envolve o processo de inscrição e retranscrição psíquica.

A discussão sobre diferentes tipos de impressão de uma experiência no psiquismo será retomada no terceiro capítulo, quando da discussão sobre a organização da função egoica. Por ora, cumpre remeter esse debate à noção de marcas corporais, que podem, ou não, se associar a registros simbólicos verbais, o que nos coloca novamente diante da relação entre corpo e mente na formação psíquica. A esse respeito, em 1940, Freud comenta que

não há uma concordância geral no sentido de que esses processos conscientes não formam sequências ininterruptas, completas em si mesmas; assim, não haveria alternativa para a pressuposição de que existem processos físicos ou somáticos concomitantes aos psíquicos e que teríamos de reconhecer necessariamente como mais completos que as sequências psíquicas, visto que alguns teriam processos conscientes paralelos a eles, mas outros não. Sendo assim, torna-se plausível dar ênfase, em Psicologia, a esses processos somáticos, ver *neles* a verdadeira essência do psíquico e procurar outra determinação dos processos conscientes (p. 171).

Ainda sobre a questão de diferentes níveis de atividade e registro psíquicos, cumpre lembrar a célebre formulação de Freud (1891, 1915) sobre os dois tipos de representação: representação-coisa (ou ‘associações de objeto’, conforme expressão utilizada no artigo de 1891) e representação-palavra. A primeira refere-se a um sistema (ou ‘complexo’) aberto de registros de impressões sensoriais deixadas pela experiência de determinada ‘coisa’ (objeto), constituindo-se, portanto, de registros táteis, acústicos, visuais, olfativos, entre diversas outras qualidades possíveis. Já o conceito de representação-palavra designa o registro dos elementos próprios à determinada palavra, compondo um circuito fechado de imagens: imagem sonora, imagem motora falada, imagem motora escrita e imagem lida (1891). No artigo de 1919, ‘O Estranho’, Freud ilustra a experiência do indivíduo em relação a esses dois tipos de representação, ressaltando o caráter de “inquietante estranheza” quando algum estímulo do mundo remete o indivíduo a um registro que ele ao mesmo tempo possui e desconhece (conscientemente). Trata-se assim de um (re) encontro com um registro (da coisa) que, ao mesmo tempo, não seria reconhecido em um nível de representação-palavra ou como conteúdo ideativo pelo próprio sujeito. Em analogia, pensamos no paciente do exemplo clínico fornecido por Andrade, que demonstra possuir memória inconsciente da experiência afetiva experimentada (estrutura afetiva), sem, contudo, possuir qualquer registro consciente da mesma (estrutura ideativa).

Como explicitado por Pierra Aulagnier (1975), é imprescindível considerar o aspecto afetivo (ou libidinal) inerente à atividade psíquica, o que nos fará retornar às noções basilares de prazer e desprazer, concebidas em termos de quantidades de excitação em fluxo às quais corresponde uma qualidade afetiva. O assim chamado ‘problema da qualidade’ refletia a necessidade de compreender de que maneira uma quantidade de excitação seria traduzida em termos de sensações

de prazer ou de desprazer. Além de postular um sistema de neurônios ao qual atribui a incumbência de realizar tal tradução, Freud (1895b) desenvolve uma noção que chamou de ‘período de excitação’, apontando em uma direção que se mostrará fértil para nossos propósitos aqui, embora tão pouco desenvolvida em sua obra.

Ainda diante do desafio de compreender as qualidades afetivas de prazer e desprazer, Freud introduz a expressão ‘período de excitação’, considerada por Garcia-Roza como “a chave para a compreensão do problema da qualidade” (1991, p. 109). A noção de período introduz explicitamente o fator temporal no sistema de fluxos de excitações entre neurônios, ressaltando o caráter dinâmico, e não meramente econômico, do movimento de energia no aparelho. Como já se anunciava anteriormente, o problema da qualidade não diz respeito, simplesmente, a magnitudes absolutas de excitação, mas sim, distintamente, à forma como se dá essa passagem de excitação. Como se viu, a própria noção de Q não se refere a quantidades absolutas, mas a variações de estados de excitação (seja aumento ou diminuição). Não se trata apenas de números absolutos, mas de movimentos orientados em uma ou outra direção e localizados no tempo, como se evidencia na noção de ‘período’.

O conceito de período, nos termos de Garcia-Roza (1991, p. 116) refere-se “não a uma quantidade determinada (...) mas a uma diferença entre essas quantidades, modificações do ritmo temporal das alterações quantitativas e não essas alterações consideradas em si mesmas”. Ora, se as experiências de prazer-desprazer estão relacionadas com ‘modificações no ritmo temporal de alterações’, elas só podem fazer sentido se consideradas no contexto de um processo, onde se supõe um determinado ritmo de variação de excitação - série prazer-desprazer’ (1920-2006), como se vê no exemplo no ciclo fome – saciedade. O ponto central, portanto, não diz respeito a uma alteração grande ou pequena de excitação, mas sim ao impacto de tal alteração em função do que Freud chamou de ‘sequência temporal de mudanças’ (1924, p. 178).

A noção de estabilidade, influência de Fechner no pensamento freudiano, irá reivindicar especial atenção no percurso que visa compreender a idéia de um ‘período de excitação’, a fim de iluminar a noção de uma série prazer-desprazer. No artigo ‘Além do Princípio de Prazer’ (1920), Freud retoma especificamente a

noção de ‘período’, que havia sido formulada no manuscrito de 1895. Ao tratar do que ele chama, em 1920, dos ‘sentimentos de prazer e desprazer’, Freud escreve: “o fator que determina o sentimento é provavelmente a quantidade de aumento ou diminuição na quantidade de excitação num determinado período de tempo” (1920, p. 18). É nesse momento que Freud recorre às idéias de G.T.Fechner, em particular no que tange à relação por este estabelecida entre os sentimentos de prazer e desprazer com condições de estabilidade e instabilidade, respectivamente. A idéia de uma tendência à estabilidade parece semelhante ao que Freud propusera em seu Projeto de 1895, ou seja, que o aparelho psíquico (então tido como equivalente ao sistema nervoso) buscaria não reduzir ao máximo a quantidade de excitação, mas, distintamente, tenderia a manter constante um ritmo de variação de excitação. Em outras palavras, ele buscaria preservar uma estabilidade (de alterações na variação de excitação).

Em outros momentos da obra (1914, 1924, 1940), ainda que não retome explicitamente o conceito de período, fica evidente a preocupação de Freud em sofisticar a abordagem econômica referente às qualidades de prazer e desprazer, agregando à questão do aumento e diminuição de quantidades uma ‘função específica’ (1914) dessas alterações no aparelho psíquico. No artigo em que analisa o que chamou de problema econômico do masoquismo (FREUD, 1924), a questão do ritmo emerge novamente como fator relevante no desafio de compreender as qualidades psíquicas de prazer e desprazer. Esse artigo questiona a relação entre tais sensações com a redução e o aumento de tensão, associações estas que se tornam problemáticas diante do caso da excitação sexual, por exemplo. Freud não apresenta solução definitiva, embora aponte claramente para a relevância do fator do ritmo temporal como pista para a questão.

O prazer e o desprazer não podem ser referidos a um aumento ou diminuição de uma quantidade (que descrevemos como ‘tensão devida a estímulo’), embora obviamente tenham muito a ver com isso. Parece que eles dependem, portanto, não desse fator quantitativo, mas de alguma característica dele que só podemos descrever como qualitativa (...) Talvez seja o ritmo, a seqüência temporal de mudanças, elevações e quedas na quantidade de estímulo. Não sabemos. (FREUD, 1924, p. 178).

Já no fim de sua obra e de sua vida, em 1938, no inacabado ‘Esboço de Psicanálise’, Freud reitera algumas proposições centrais sobre o prazer e o desprazer que já havia exposto anteriormente, reiterando o papel do ritmo.

A elevação dessas tensões é, em geral, sentida como *desprazer*, e o seu abaixamento, como *prazer*. É provável, contudo, que aquilo que é sentido como prazer ou desprazer não seja a altura *absoluta* dessa tensão, mas sim algo no ritmo das suas modificações. (FREUD, 1938-1969, p. 159, itálicos no original).

Seguindo a intuição freudiana acerca da importância do ritmo na determinação das sensações de prazer e desprazer, investigaremos sua análise (FREUD, 1895b) sobre as vivências primordiais do indivíduo em seu percurso de constituição psíquica, onde ganham destaque as vivências de satisfação e de dor, em articulação direta com a questão do prazer-desprazer.

1.4

A vivência de satisfação e a dor

No Projeto de 1895, Freud identifica uma diferença fundamental entre os estímulos endógenos e exógenos a que o organismo é submetido, acarretando, no aparato neuronal, possibilidades distintas de restabelecimento do estado de inércia. Com relação à excitação vinda do exterior, a fuga de estímulo e a eliminação de tensão por descarga motora emergem como estratégias primárias para manter o fluxo de excitação no organismo inalterado (segundo o princípio da inércia). Porém, os estímulos endógenos - como no caso da fome - não podem ser evitados por fuga, nem tampouco são extinguíveis por descarga motora. Tendo como fonte o próprio organismo, estes estímulos só são satisfeitos mediante um acontecimento no mundo externo, como a oferta de alimento. Apenas aí é possível falar em satisfação, correspondente à vivência corporal de eliminação da excitação endógena desprazerosa (fome). Ao descrever a ‘vivência de satisfação’ (1895b, p. 31), Freud destaca um aspecto de importância crítica para pensar o processo de organização psíquica, qual seja, o fato de que a satisfação das necessidades vitais do bebê depende, inicialmente, da ‘colaboração’ de alguém em seu ambiente.

Anuncia-se claramente, nesse ponto, a necessidade de interação do indivíduo (inicialmente, um bebê) com seu ambiente externo para que possa ver

satisfeitas suas necessidades vitais. Essa ação, inicialmente desempenhada por seu cuidador, foi designada por Freud de ‘ação específica’, por refletir um ajustamento fino e específico entre a necessidade do bebê e determinada ação de seu cuidador. Esse espaço intermediário entre a demanda do bebê, suas ações e a resposta ambiental provar-se-á crucial no processo de organização psíquica. Diante do desconforto imposto por suas necessidades vitais, o bebê não fica inerte, utilizando-se de recursos limitados, porém claramente presentes: sua motilidade (inicialmente em movimentos desorganizados e espasmos musculares) e sua ‘inervação linguística’, ou seja, choro e gritos (FREUD, 1895b, p. 80). Contudo, tais ações são, em si mesmas, incapazes de eliminar seus estímulos desprazerosos, sendo indispensável uma ‘intervenção’ no sentido de uma ‘alteração no mundo externo’(1895b, p. 32), a qual Freud conceituou como uma ‘ação específica’.

O organismo humano é no início incapaz de levar a cabo a ação específica. Ela se efetua por ajuda alheia, na medida em que, através da eliminação pelo caminho da alteração interna, um indivíduo experiente que atenta para o estado da criança (FREUD, 1895b, p. 32).

As estratégias do bebê de descarregar a tensão via ação motora ou vocal é o que Freud designa, na citação acima, como ‘caminho da alteração interna’, onde o bebê busca eliminar a excitação mediante um rearranjo interno de energia, como uma “tentativa autocrática de realização de desejo, que consiste em dar-se a si próprio o objeto faltoso sem consideração ao que se passa fora” (Rotstein & Bastos, 2011, p. 4). Contudo, tais tentativas são insuficientes para aplacar suas necessidades primordiais, que exigem, imperativamente, para sua eliminação, a intervenção (no sentido de uma ajuda ou colaboração) de alguém de seu ambiente externo, alguém que realize a ação específica.

Nos termos do Projeto (1895b), a vivência de satisfação, decorrente da realização da ação específica, provoca, em termos neuronais, ligações (*Bindungen*) entre as diferentes ‘imagens mnêmicas’ (ibid., p. 371, S. E.) presentes em tal experiência. A partir dessas primeiras ligações, ocorre a facilitação de um determinado ‘trilhamento’ (1895b) neuronal, que age como caminho preferencial em situações posteriores. É nesse sentido que Freud fala dessas primeiras ligações provenientes dessas experiências iniciais como ‘sínteses

passivas’, que, abrindo caminhos preferenciais, denotam a emergência de uma função do ‘eu’, ainda que rudimentar. Como coloca Garcia-Roza (1999, p. 150), “o eu, portanto, não é o agente das ligações, mas um *efeito* delas”. Na medida em que se instauram caminhos preferenciais, constitui-se uma função egóica rudimentar que orienta a maneira preferencial como o psiquismo irá responder, no sentido de reativar as inscrições envolvidas na vivência de satisfação anterior.

A partir de tais inscrições anteriores, novas situações de aumento de tensão (desprazer) passam a evocá-las (caminho neuronal preferencial), ou seja, o desprazer convoca a ativação das imagens (registros) que participaram da vivência de satisfação anterior, quando se formou, anteriormente, uma trilha de facilitação. Como comenta Salomão (1895b) em nota ao Projeto, esse circuito de neurônios envolvidos é entendido por Freud, no Projeto, como desejo. A busca pelo ‘caminho preferencial’ aberto em situações anteriores constitui o desejo. A pulsão original (fonte do estímulo) é associada a um objeto (por exemplo, o ‘indivíduo prestativo’), compondo um caminho facilitado de eliminação da tensão desprazerosa. Freud fala então da alucinação como expressão da ativação (interna) do circuito neuronal de tais representações associadas à vivência de satisfação. Afirma Freud (1895b, p. 33): “Não tenho dúvidas de que essa animação resulte em primeiro lugar no mesmo que a percepção, ou seja, em *alucinação*. Se em consequência disso a ação reflexa for iniciada, não há como não faltar a desilusão”. Inevitavelmente, a alucinação é incapaz de eliminar a fonte de excitação desprazerosa, o que levará, eventualmente, a que o indivíduo busque na interação com o ambiente externo meios mais eficazes de satisfação de suas premências, o que caracteriza a emergência do Princípio de Realidade. Paralelamente à alucinação, como se observou, o bebê se manifesta em seu meio, particularmente por meio do choro e da mobilização corporal, os quais não passam despercebidos por aqueles que compõem seu entorno social.

Considerando que o papel da experiência intersubjetiva no processo de organização psíquica é um dos alicerces dessa dissertação, vale frisar o destaque que Freud atribui para o caráter de ‘comunicação’ (termo que aparece em itálico em seu texto) nesse momento inicial do desenvolvimento. A atividade corporal do bebê, em sua tentativa econômica interna de eliminação de tensão, adquire ‘uma função secundária, da mais alta importância, de *comunicação*’ (p. 32), ou seja,

revela um valor social. Nesse contexto, a comunicação emerge entre uma ação do bebê (corporal) e a resposta empática de outra pessoa (que inicialmente realiza a ação específica, gerando uma vivência de satisfação). A atividade motora, tida inicialmente como um reflexo orientado para a descarga (portanto com a função de restaurar economicamente um estado intra-psíquico), adquire conotação distinta, a partir do acolhimento empático e da resposta colaborativa do ambiente externo. Tal ação é inserida, assim, no universo simbólico (comunicativo), promovendo uma ‘ação específica’, a qual irá garantir a vivência de satisfação.

Nesse momento, entende-se, com Freud, que a atividade motora (inicialmente apenas uma via de descarga) recebeu “uma nova função, passou a ser utilizada para modificar a realidade de modo eficaz. Transformou-se em um *agir* (FREUD, 1911-2004, p. 67, itálico no original). Esse importante movimento psíquico é viabilizado, ainda segundo a visão freudiana, pelo ‘processo de pensar’ (ibid., p. 67). Como se observa, a atividade do bebê transforma-se em um agir a partir do momento em que suas ações são capturadas pela rede simbólica de interação com o meio, onde adquirem um sentido. Nessa perspectiva, aproximamo-nos da descrição que Freud faz da instância do ‘Eu’ em 1923, como uma parte do ‘Isso’ que se diferenciou por influência do meio externo. Parte do que era ‘Isso’ – fonte somática de estímulos (pulsões) - torna-se ‘Eu’, entendido aqui como uma função psíquica que se organiza a partir do acolhimento pelo outro (ajuda alheia). Pretendemos sublinhar aqui a ideia de que essa função do ‘Eu’, ainda que de modo rudimentar, está presente desde muito cedo no desenvolvimento do bebê, como será explorado no capítulo 3 desta dissertação.

Como comenta Garcia-Roza (1991, p. 130), “o choro é ouvido pelo próximo como demanda e, na medida em que essa demanda é atendida, ela passa a fazer parte da troca simbólica, especificamente humana”. Retomando os termos do Projeto (1895b), fica sublinhado que, para que essa comunicação se dê, o ambiente do bebê deve envolver um ‘indivíduo prestativo’, e, ainda, ‘experiente’ e atento ao estado da criança (ibid, p. 32). É impossível não lembrar do conceito de ‘atenção materna primária’ de Winnicott (1956), o qual descreve o estado aguçado de atenção ou de (pre)ocupação materna com as necessidades do bebê. Assim, por ação tanto do bebê como de seu cuidador (indivíduo prestativo, experiente e atento), inaugura-se um rico espaço intersubjetivo de experiência, cujo escopo em

muito ultrapassa o simples atendimento de necessidades biológicas. Outros fatores de grande relevância na composição desse encontro primordial serão examinados em maior detalhe no capítulo 2, a partir da consideração de diferentes tipos de prazer (Roussillon, 2010), para além do âmbito da auto-conservação que foi privilegiado neste capítulo. Antes, porém, cumpre concluir a investigação acerca das noções de prazer-desprazer dentro do universo freudiano, o qual será inevitavelmente ampliado adiante com o aprofundamento da questão da experiência no ambiente.

Para Freud, a experiência que compõe a vivência de satisfação inclui desde o estado de necessidade (estímulos endógenos) do bebê até a eliminação da fonte de excitação, pelas vias que foram descritas acima. Ou seja, a vivência de satisfação engloba em si um ciclo de prazer-desprazer. De forma simplificada, o processo poderia ser descrito da seguinte forma: o aumento de tensão interna do bebê (desprazer) provoca uma mobilização corporal deste (inicialmente visando uma descarga), que, adquirindo a função secundária de convocar (comunicação) a colaboração de um ‘indivíduo prestativo’, resulta (em situações ideais) na eliminação do excesso de excitação (prazer e satisfação). A vivência de satisfação, portanto, refere-se ao conjunto desse processo, que parte do desprazer ao prazer, compondo uma série ou um ciclo.

Prazer e desprazer não são apresentados, portanto, como um par de opostos; de modo distinto, Freud considera a vivência de satisfação, que inclui a série prazer-desprazer, em contraposição à vivência de dor. Pontalis (2005, p. 267) reconhece aqui “um dualismo pelo menos tão fundamental quanto os dualismos pulsionais posteriores, um antagonismo mais interessante porque se inscreve no corpo, em duas vivências corporais elementares e irrecusáveis: o par prazer-dor”. Interessante notar que, embora sem aprofundar, Freud (1895b) considera que “as ocasiões de dor são, de um lado, aumento quantitativo; toda excitação sensorial tende para a dor com o aumento de estímulo” (p. 21). Segue Freud: “Por outro lado, existe a dor devida a quantidades externas pequenas, e isso então, está ligado com regularidade a uma quebra de continuidade” (p. 21). Esse comentário demonstra claramente a percepção da insuficiência do fator quantitativo na determinação dos estados de prazer, desprazer e dor. A interrupção de um ciclo ou de uma série (de prazer e desprazer, dentro de certos limiares) é fator causador de

dor, mesmo no caso de uma quantidade de excitação pequena, em termos absolutos. Somos remetidos, novamente, ao efeito desorganizador para o psiquismo de determinada experiência de caráter imprevisível, ainda que em quantidades pequenas de excitação.

Em sua análise do Projeto freudiano de 1895, Garcia-Roza (1991, p. 142) expõe visão aparentemente distinta: “a dor não se situa no pólo oposto do prazer. O oposto do prazer é o desprazer, sendo que ambos estão referidos à organização do aparelho psíquico, sobretudo quando o diferencial prazer-desprazer se constitui como *princípio de prazer-desprazer*”. Garcia-Rosa dialoga com Derrida, que propõe que “não há trilhamento sem um começo de dor” (DERRIDA, 1971, p. 187), reconhecendo o lugar da dor como geradora da necessidade de se estabelecer uma diferenciação no aparelho sob a marca de um trilhamento (*Bahnung*), Garcia-Roza recusa, contudo, a idéia de que a dor seja um princípio de estruturação do psiquismo, considerando que tal sugestão só é válida “quando se trata de Q cuja intensidade ainda torna possível um contra-investimento” (p. 142). Seguindo em sua proposição: “Quando um determinado limite é ultrapassado, não há defesa possível e as próprias *Bahnungen* se desdiferenciam”. Fica claro, assim, que Garcia-Roza entende o conceito de dor como abrangendo duas situações distintas: como uma quantidade grande de excitação que é capaz - ou não - de desarticular a possibilidade do aparelho de oferecer um contra-investimento. No primeiro caso, o evento provocaria um efeito desorganizador, impossibilitando uma reação protetora por parte do aparelho psíquico. Nesse sentido, o conceito de dor aproxima-se da maneira como Freud formula o trauma, como se observa no artigo de 1920.

Chamemos de *traumáticas* as excitações externas que possuem força suficiente para romper o escudo protetor. Acredito que não podemos compreender o conceito de trauma sem vinculá-lo a uma ruptura na camada protetora contra estímulos (...) (FREUD, 1920, p.153-154).

Por uma questão de precisão terminológica, optamos aqui, seguindo a visão de Pontalis (2005), por reservar o termo ‘dor’ para essas situações associadas a um evento traumático, designando situações que de fato ultrapassam o limiar de proteção do aparelho psíquico, seja por sua magnitude quantitativa,

seja por interromper uma expectativa de continuidade de variação de excitação no aparelho. Ainda assim, reconhecemos que a abordagem de Garcia-Roza permite pensar na idéia de dor como possuindo naturezas e graus distintos. Nesse sentido, algo pode ser doloroso sem que tenha o efeito de paralisar o funcionamento psíquico, enquanto que outras experiências dolorosas de fato impossibilitam qualquer (re)ação, provocando um efeito grave e profundo no psiquismo. Contudo, a fim de definir o uso de termos em sentido estritamente técnico, os casos de aumento de excitação que provoque e permita uma resposta do aparelho psíquico (um contra-investimento) serão considerados, nesse trabalho, como uma situação de desprazer, a qual não interrompe a continuidade do ciclo desprazer-prazer. O termo desprazer está referido assim a um aumento de excitação que se encontra dentro dos limites previstos e suportáveis de flutuação de tensão, enquanto a dor designa a ruptura de tais limites.

Observa-se assim a emergência de um critério adicional ao puramente econômico para a caracterização da dor no aparelho psíquico: o caráter de interrupção da continuidade da série prazer-desprazer. Nesse ponto, somos remetidos à formulação de Freud sobre ‘ocasiões de dor’, expostas acima (1895b, p. 21). Por um lado, Freud reconhece como causa da vivência de dor a irrupção de grandes quantidades de Q do mundo externo, que rompe os dispositivos protetores do aparelho (para-excitação). E acrescenta - o que terá relevância crítica para nossos presentes propósitos e será desenvolvido no segundo capítulo – que a dor também pode resultar de quantidades pequenas, desde que estas constituam uma interrupção na expectativa de continuidade da série prazer-desprazer.

Assim, voltando a Pontalis, consideramos o desprazer e o prazer como partes constitutivas e necessárias de um mesmo processo, um *continuum* de experiências que “rege o curso da vivência de satisfação” (2005, p. 267). Para esse autor, “a dor é violação; ela supõe a existência de limites: limites do corpo, limites do eu; ela produz uma descarga interna, que poderíamos chamar de efeito de *implosão*” (ibid, p. 268, *italico no original*). O desprazer e o prazer compõem, juntos, ciclos contínuos de vivências de satisfação. A fonte endógena de estímulos, como no caso da fome, é constante e permanente, gerando, repetidamente, experiências de aumento de tensão (desprazer) que mobilizam o indivíduo para a busca de prazer, e assim sucessivamente. Opõe-se a esse universo

rítmico e cíclico a vivência de dor que, por fatores não apenas quantitativos mas também de constância e ritmo, interrompe a continuidade desse ciclo. Ressalte-se que essa perspectiva permite pensar como evento doloroso (traumático) não apenas o excesso de excitação, mas também seu inverso. Um ‘a menos’ pode igualmente perturbar uma expectativa de variação de tensão, rompendo um ciclo esperado.

Em livro dedicado ao estudo da dor e do amor, Nasio (1997) propõe uma visão semelhante, considerando, de um lado, o par prazer-desprazer e, no pólo oposto, a dor. Enquanto prazer e desprazer correspondem a “oscilações regulares” e “modulações moderadas” (p. 22), segundo o ritmo de flutuações pulsionais dentro do domínio do Princípio de Prazer, a dor reflete, nas palavras de Nasio, um “enlouquecimento da cadência pulsional” (p. 22). Embora sem nomeá-lo explicitamente, Nasio toca no conceito de ‘período de excitação’ de Freud (1895b) e, corroborando sua visão, comenta que

os sentimentos de prazer e de desprazer não seriam a expressão do nível de intensidade das pulsões (prazer = baixa intensidade; desprazer = alta intensidade), mas antes a expressão das oscilações de tensão, da alternância dos picos e das quedas da tensão ao longo de uma duração definida (NASIO, 1997, p. 98).

Considerando que as variações de prazer e desprazer compõem um ritmo, a dor deriva de “uma ruptura violenta desse ritmo” (NASIO, *ibid*, p. 99), ruptura esta que, ainda de acordo com a visão freudiana, tanto pode ser provocada por um excesso quantitativo que rompe as barreiras do pára-excitação, quanto por outro fator que provoque uma ruptura na continuidade do mesmo. Indubitavelmente um grande aumento de quantidade pode causar tal ruptura, mas o que se pretende privilegiar é o impacto de descontinuidade gerado, e não a quantidade em si.

A dor é, nesse sentido, “o testemunho de um profundo desregramento da vida psíquica que escapa ao princípio de prazer” (*ibid*, p. 22). Na terminologia winnicottiana, antecipando a discussão que virá no próximo capítulo, uma frustração tolerável (desprazer) pode se tornar um estado de agonia quando envolve uma interrupção na experiência de continuidade de ser. Vale destacar que, embora Nasio trate de ‘variações pulsionais’, as vivências de prazer e desprazer são reguladas direta e necessariamente pela relação do indivíduo com seu ambiente, o único que pode garantir, inicialmente, a vivência de satisfação. Em

outras palavras, é somente a partir do encontro de um corpo com um ambiente que emergem as experiências fundamentais do processo de constituição psíquica.

2

Sentir-com: o papel do ambiente

“Viver é experimentar de maneira contínua uma situação de encontro”

Pierra Aulagnier

O caminho percorrido até aqui, marcado pela perspectiva freudiana, nos levou a compor um cenário dos primórdios da vida cujo enfoque recaiu sobre determinados processos internos, essencialmente referidos ao corpo e a seus ‘mecanismos neuronais’, considerados pelo criador da psicanálise como fundamentais na constituição psíquica, em particular as vivências de satisfação, dor, prazer e desprazer. Como esperado, esbarramos ao longo desse percurso no caráter de experiência que não apenas emoldura como é parte inseparável e determinante de tais processos, posto que estes se dão no contexto das relações humanas e somente neste. Voltamos nossa atenção agora para os fatores de particular relevo nessa experiência do indivíduo em seu ambiente, no sentido de seus impactos no processo de organização psíquica. Assim, percorreremos algumas formulações-chave de autores que se debruçaram, de uma forma ou de outra, sobre as experiências iniciais do bebê, privilegiando o papel do ambiente, em particular Donald Winnicott (1945, 1949, 1951, 1956), Sandor Ferenczi (1912, 1920), Jean Laplanche (1992) e René Roussillon (2010), além do próprio Freud (1895b, 1915b).

Considerando nosso interesse na noção de experiência, propomos um breve comentário sobre a utilização freudiana dos termos ‘vivência’ e ‘experiência’. No Projeto de 1895, Freud emprega a palavra ‘vivência’ para se referir aos fenômenos primordiais experimentados pelo indivíduo, quais sejam a satisfação e a dor. No verbete ‘Psicanálise’ (1923), a recém-criada psicanálise é apresentada segundo três faces distintas: como uma metodologia de investigação de processos psíquicos, como um método de tratamento e ainda como o conjunto de conhecimentos teóricos resultantes dessa investigação acerca do psiquismo humano. Para além de uma teoria, a psicanálise está inseparavelmente ligada à experiência clínica, seja como via de acesso ao psiquismo, seu objeto de estudo,

seja como práxis terapêutica. A experiência, apesar de ser elemento fundamental na construção da psicanálise, não foi tratada como um conceito específico (ROTSTEIN & BASTOS, 2011). Etimologicamente, o termo ‘experiência’ denota o ato de deslocar-se para se buscar algo que não se tem e de que se precisa ou deseja, o “lançar-se em direção a algo que nos falta na tentativa de alcançá-lo, o ‘entrar em comércio’, o que designa fundamentalmente a ‘experiência’, mas também o conhecimento obtido em tal lançar-se” (ibid, 2011, p. 3). Nesse sentido, a noção de experiência está presente em Freud desde 1895, como se viu no primeiro capítulo dessa dissertação, onde foi frisado que as vivências primordiais do bebê envolvem necessariamente um encontro com o outro para que lhe seja dado aquilo que ele (bebê) não tem e de que necessita ou deseja, como no caso da satisfação de suas necessidades vitais. Mais especificamente, na medida em que um reflexo corporal orientado para descarga de excitação (uma vivência por parte do bebê) transforma-se em uma ação de comunicação, ou seja, um ‘agir’ dirigido ao mundo externo, identifica-se aí uma passagem da vivência (intra-corporal) à experiência (de objetos). Como comentam Rotstein e Bastos (2011, p. 4), “ao invés de reportadas a um estado subjetivo de intenso prazer, as representações o são agora a algo exterior, a vivência de satisfação dá lugar à experiência de objetos”. A vivência seria um ocorrido no corpo, onde, apesar de identificado um nítido caráter de interação com o ambiente, não se observa ainda a possibilidade de considerar a realidade externa no psiquismo, o que irá permitir ao indivíduo um ‘entrar em comércio’ com esta, inaugurando assim uma nova matriz de relação com o ambiente.

2.1

A marca do desamparo

O caráter imprescindível do ambiente no desenvolvimento do indivíduo é destacado no Projeto freudiano de 1895, com o reconhecimento da impotência inicial do bebê para executar a ação específica que irá garantir a satisfação das necessidades vitais do ‘desamparado’ (1895b, p. 32). No artigo de 1926, ao investigar as raízes do afeto de angústia, a situação de dependência do bebê humano em relação ao ambiente é retomada. Tal condição é associada a um fator

biológico de pré-maturação psicomotora, responsável por um “longo período de tempo durante o qual o jovem da espécie humana está em condições de desamparo e dependência” (FREUD, 1926,p.151). Ou seja, diferentemente de outras espécies, após um período especialmente curto de vida intra-uterina, a experiência inicial do bebê humano é caracterizada por essa condição particular de desamparo (*Hilflosigkeit*), onde o risco de não se ter ajuda (amparo) do outro constitui um perigo de vida ou morte. É nesse contexto que Freud (1926) articula angústia e desamparo, onde a primeira tem a função de sinalizar uma situação de perigo, sendo, portanto, um afeto que acompanha o estado de desamparo próprio da condição humana. Em outras palavras, articula claramente a condição de dependência absoluta para a satisfação de necessidades vitais com uma experiência de desamparo, onde o bebê experimenta o risco de não ser atendido como um perigo anunciado por um sinal de angústia.

A razão por que a criança de colo deseja perceber a presença de sua mãe é somente porque ela já sabe por experiência que esta satisfaz todas as suas necessidades sem delongas. A situação, portanto, que ela considera como um ‘perigo’ e contra a qual deseja ser protegida é a de não satisfação, de uma crescente tensão devida à necessidade, contra a qual ela é inerte (FREUD, 1926, p. 136).

Nessa visão, a noção de desamparo sustenta-se em uma base biológica, onde o outro cumpre um papel indispensável no sentido de garantia da sobrevivência física do bebê. Contudo, o ponto crucial do ponto de vista psicanalítico é que a dependência biológica implica uma qualidade da experiência psíquica (FREUD, 1926), marcando de maneira peculiar a relação do indivíduo com o ambiente e seus conseqüentes desdobramentos em termos de desenvolvimento psíquico.

os perigos do mundo exterior ganham uma importância maior e, por essa razão, o valor do objeto é aumentado, de modo enorme, pois ele é o único a poder proteger o eu de tais perigos. Assim, o fator biológico está na origem das primeiras situações de perigo e cria a necessidade de ser amado, que jamais abandonará o ser humano (FREUD, 1926, p. 151).

O desamparo adquire assim lugar de ‘selo da constituição subjetiva’ (GARCIA & COUTINHO, 2004, p. 133), “a partir do qual o outro adquire valor

inestimável na construção da realidade psíquica, o que atesta a importância do desamparo para o entendimento do sujeito” (p. 133). Nessa visão, estar desamparado é estar à mercê, o que podemos entender como um estado inicial de dependência absoluta do outro para lidar com os estímulos que nos perturbam, tanto interna quanto externamente. A relação com os objetos primordiais é, assim, colorida por esse estado subjacente de desamparo, que diz respeito a um corpo físico e psíquico em estado de dependência absoluta do outro para sobreviver e se organizar.

Analisando o lugar do desamparo na teoria psicanalítica, Freire Costa (2007) considera a influência de fatores culturais e crenças, refutando a idéia do desamparo como uma marca essencial do sujeito do inconsciente, ou seja, a tese de que “somos ‘ontologicamente’ desamparados” (p. 59). Segundo esse autor, “desamparo do organismo corporal não é a mesma coisa que desamparo de um eu que, em situações de perigo, apela para o objeto e cria a ‘necessidade de ser amado que jamais abandonará o sujeito’” (p. 61). Nessa visão, estaríamos diante de uma confusão entre uma situação de necessidade de algo - como a abelha das flores ou do telefone celular de bateria, como nos exemplos trazidos por Freire Costa - e a experiência de desamparo psicológico. Ao comparar bebês, abelhas e celulares, o autor ressalta o absurdo de pensar em uma abelha ou um celular desamparado simplesmente porque necessitam de flores e baterias, respectivamente. Necessidades do corpo não poderiam ser associadas, necessariamente e automaticamente, a estados afetivos de falta que seriam, segundo Freire Costa, “próprios aos organismos de fala, capazes de atos intencionais, como os organismos humanos” (p. 62). Contudo, parece razoável considerar o corpo biológico, mas não os celulares nem tampouco as abelhas, como um ‘organismo de fala’, mesmo que ainda não fale, como no caso de um bebê. Como seres da espécie humana, somos biologicamente dotados de uma aparelhagem simbólica (PINKER, 1994), a qual envolve processos anteriores à emergência da linguagem verbal, que não ‘cai do céu’, como comenta Golse (1999), mas, ao contrário, se constrói a partir de experiências sensoriais (ibid). Assim, não parece legítimo considerar as experiências do corpo como algo isolado ou independente do ‘ser de fala’, para quem há, sim, a correspondência entre necessidades biológicas, experiências corporais e estados afetivos.

No mencionado artigo de 1926, Freud debate a difícil questão levantada por Freire Costa sobre a relação entre corpo e psiquismo no que tange a questão do desamparo. Ao investigar as raízes do afeto de angústia nas experiências primitivas do indivíduo, Freud (1926) dialoga com Otto Rank acerca de sua tese central exposta no livro ‘O Traumatismo do Nascimento’ (1924), qual seja a de que todo estado de angústia estaria remetido a um trauma do nascimento, que constituiria, para esse autor, uma situação inicial e prototípica de angústia derivada do perigo então experimentado. Não pretendemos aprofundar essa discussão, que certamente envolveria considerar aspectos que nos desviariam demasiadamente de nosso propósito, embora seja pertinente destacar certa contradição na visão de Freud a esse respeito. Por um lado, ele rejeita a proposta de Rank, considerando a experiência do nascimento como essencialmente biológica e defendendo que “o perigo do nascimento não tem ainda qualquer conteúdo psíquico” (1926, p. 134). A possibilidade de reconhecer qualquer caráter psíquico, ou subjetivo, em tal experiência é desprezada: “o nascimento não é experimentado subjetivamente como uma separação da mãe, visto que o feto, sendo uma criatura completamente narcísica, está totalmente alheio à sua existência como um objeto” (p. 130). Não obstante, nesse mesmo artigo (1926), Freud trata das experiências de desmame e de castração como pertencentes a um continuum de vivências de separação e perda, interligando-as na rede teórica sobre o afeto de angústia. Freud fala do ‘desamparo mental’ como um “símile natural do desamparo biológico” (p. 136), embora não aprofunde o estudo sobre os processos e os fios segundo os quais essa relação é costurada. Em outras palavras, o desamparo é considerado como marca da experiência primitiva do indivíduo, em uma época em que, paradoxalmente, ainda não se admite a possibilidade de representação psíquica, dada a imaturidade do ego. A possibilidade de articular a vivência e o registro do afeto de angústia a momentos tão precoces da vida, como o ato do nascimento, permanece assim teoricamente problemática para Freud. Em termos conceituais, a capacidade de experimentar estados afetivos é atributo do ego, enquanto que o id constituiria um estado originário, por definição, anterior à organização egoica.

a ansiedade é um estado afetivo e, como tal, naturalmente, só pode ser sentida pelo ego. O id não pode ter ansiedade como o ego, pois não é uma organização e não pode fazer um julgamento sobre situações de perigo (1926, p. 139).

Apesar da distinção conceitual entre as atribuições do id e do ego, os estados afetivos considerados, em teoria, como exclusividade do ego não podem ser facilmente isolados das experiências sensoriais e inconscientes do id, uma vez que o ego nada mais é do que uma parte do próprio id que se diferenciou, sendo em si em grande parte inconsciente, como o mesmo Freud havia proposto no artigo de 1923. O desafio de refletir sobre o caráter de experiência subjetiva em momentos tão precoces do desenvolvimento psíquico será foco do capítulo 3 desta dissertação, onde o desenvolvimento da função do ego será examinado em maior profundidade. Vale ressaltar aqui, contudo, o fato de que a noção de desamparo corrobora a visão aqui adotada de uma relação íntima entre os aspectos biológicos e psicológicos da experiência do ser humano, o que parece ser particularmente relevante nos primórdios de seu percurso.

2.2

O psicossoma, a fantasia e a experiência de ‘continuar a ser’

Com o conceito de ‘psicossoma’ (2000-1985, p. 332), Winnicott propõe uma visão do indivíduo onde, inicialmente, “a psique e o soma não devem ser distinguidos um do outro, exceto quanto à direção desde a qual estivermos olhando” (p. 333). Em linha com essa perspectiva, conforme ressaltado anteriormente, a referência a aspectos psíquicos e corporais nesta dissertação deve ser entendida como estratégia lingüística e descritiva apenas. Com o termo ‘psicossoma’, a noção de psique é concebida como “*elaboração imaginária (imaginative) dos elementos, sentimentos e funções somáticos*, ou seja, da vitalidade física” (p. 333, itálicos no original). Nessa perspectiva, às experiências físicas correspondem versões ou elaborações psíquicas, o que pode ser aproximado do conceito de fantasia primitiva de Melaine Klein (1930), o qual aponta para a indissociável face psíquica (consciente ou inconsciente) das experiências corporais. Como correlato mental ou representação psíquica da pulsão, o conceito de fantasia constitui nessa visão o substrato subjetivo da ação

pulsional, presente e operante desde estágios primitivos da vida: “visto que as pulsões agem a partir do nascimento, pode-se presumir que alguma grosseira vida de fantasia exista a partir do nascimento” (SEGAL, 1975, p. 24). Uma vez que o ato de fantasiar está relacionado à função do ego, somos levados a considerar, nessa perspectiva, uma forma primitiva de organização egoica em época bastante precoce.

A formação da fantasia é uma função do ego. A concepção da fantasia como expressão mental dos instintos por meio do ego pressupõe um grau de organização do ego muito maior do que o que foi usualmente postulado por Freud. Pressupõe que o ego, a partir do nascimento, é capaz de formar – e, de fato, é impulsionado pelos instintos e pela ansiedade a formar – relações de objeto na fantasia e na realidade (SEGAL, 1975, p. 24)²

A relação entre vivências corporais e psíquicas ganha relevo na perspectiva winnicottiana, onde a experiência primitiva do bebê é considerada como envolvendo necessidades a um só tempo corporais e psíquicas. Em um estado de ‘dependência absoluta’, na expressão de Winnicott, “o ambiente perfeito é aquele que se adapta ativamente às necessidades” (2000-1958, p. 334) do bebê, o que é garantido por uma disposição particular da mãe (cuidador): a ‘atenção materna primária’ (1956). Tal conceito, que indica “um estado de sensibilidade exacerbada” (ibid, p. 401), remete à imagem do indivíduo ‘experiente’ e ‘prestativo’ a que Freud se referia em 1895, que, diante da atividade corporal do bebê (visando eliminação de tensão), ‘atenta para o estado da criança’ (FREUD, 1895b, p. 32), respondendo adequadamente. Reconhece-se o papel fundamental da ação corporal do bebê nesse processo, que adquire, segundo Freud, a função de comunicar as necessidades do bebê, as quais são, idealmente, acolhidas e atendidas por uma mãe suficientemente boa, dotada de ‘atenção materna primária’. Mãe e bebê compõem assim o que Anzieu chamou, apoiado na formulação do pediatra Brazelton (1981, apud. ANZIEU, 1988) de um sistema de ‘duplo feedback’ (1988, p. 79), onde o bebê é um parceiro ativo que convoca o outro a atender aos seus apelos e reage ativamente aos estímulos, enquanto que a mãe também tanto comunica quanto reage aos feedbacks de seu bebê. Nessa

² Note-se que os termos aqui traduzidos como ‘instintos’ e ‘ansiedade’ correspondem a ‘pulsões’ e ‘angústia’ na tradução adotada nesta dissertação.

perspectiva, entende-se que se o ambiente não puder acolher e responder adequadamente às comunicações corporais do bebê, o sentido contido nessa comunicação se degenera, ‘perde seu valor proto-simbólico potencial (...) vira evacuação insignificante, anulado em seu valor expressivo e proto-narrativo’ (ROUSSILLON, 2010). É necessário, portanto, que haja um ‘acordo estésico’ (ROUSSILLON, 2010, p. 51) entre mãe e bebê, onde se verifique uma ‘sintonia afetiva’ (STERN, 1895).

Reconhecendo, de um lado, a importância do corpo (psicossoma) e de suas experiências físicas e psíquicas, bem como da resposta do ambiente, Winnicott mergulha na área intermediária entre bebê e mãe, concedendo assim lugar de destaque para a noção de experiência. Aí reside o conceito winnicottiano de ‘espaço potencial’ (1975, p. 140), uma área entre bebê e seu cuidador onde se dá a experiência desse encontro e onde será construída a matriz das relações do bebê com o mundo. No início desse percurso, Winnicott considera um estado de indiferenciação eu - não-eu, semelhante à proposta freudiana (1925, 1930) de uma indiferenciação entre objetivo e subjetivo, onde o bebê vive a dependência absoluta e onde ocorre uma experiência de ilusão.

Com sua célebre frase – ‘não existe essa coisa chamada bebê’ (1956) - Winnicott enfatiza que não é possível conceber um bebê a não ser como parte de uma relação com um outro cuidador, de cujos cuidados ele é inteiramente dependente. Nessa ‘unidade dupla’, as necessidades de bebê são atendidas pelo outro de maneira imediata, não havendo a percepção de que aquele que possibilitou sua experiência de satisfação pertence a um mundo externo a si. É esse o sentido do conceito winnicottiano de objeto subjetivo. O estado de atenção materna primária permite que o bebê seja atendido ao menor sinal de sua necessidade, fazendo-o sentir como se o seio, no caso da alimentação, fosse uma criação onipotente sua, sendo apresentado no justo momento em que ele o desejava. Segundo Winnicott, “a mãe coloca o seio real justamente ali onde o bebê está pronto para criá-lo, no momento certo” (1951, p. 327), ensejando a experiência de ilusão, considerada como fundamental do desenvolvimento emocional saudável. A ilusão refere-se à forma como o bebê concebe um objeto (seio) subjetivo, no sentido de que o objeto externo não é percebido como tal, objetivamente, mas sim como fruto do desejo e criação do bebê.

Considera-se, ainda, nesse contexto, um momento inicial de indiferenciação entre eu-não-eu, interno e externo, onde os objetos externos são subjetivamente percebidos, ou seja, concebidos como criados pelo bebê, portanto, parte de seu mundo interno, o único então supostamente existente. Contudo, vale comentar que pesquisas atuais (STERN, 1895, ROCHAT, 2004) nas áreas de cognição e de desenvolvimento exigem uma revisão da noção de uma indiferenciação primária entre bebê e ambiente, tal qual propôs Winnicott. Ao contrário, bebês desde muito cedo apresentam uma aguçada capacidade não apenas de distinguir seu próprio corpo do de outro, e, portanto, de perceber a exterioridade de sua ‘mãe’, mas também de diferenciar a *sua* mãe de ‘outras mães’ (STERN, 1895). Ao considerar que a capacidade de distinguir entre eu-não-eu está presente desde o início, Stern (1985) sugere que o desafio do bebê é justamente o oposto de estabelecer uma separação entre mim e mundo, ou seja, o desafio central refere-se à criação e ao estreitamento de um vínculo com o ambiente. Nossa atenção afasta-se, assim, das competências específicas do bebê ao nascer em direção às estratégias e às formas de relação com o ambiente que poderão se estabelecer a partir de suas capacidades inatas. Observe-se ainda que o fato do bebê ser capaz de perceber sua mãe como algo externo a ele não significa que ele tenha a capacidade de manipular tal percepção internamente, de modo a fazer uso dela. É somente a partir das experiências vividas primordialmente entre a dupla mãe-bebê que o aparelho psíquico deste será levado a constituir tais representações, as quais servirão de matriz de sua relação com o mundo, de sua maneira, portanto, de estar no mundo, sua subjetividade, enfim.

Parece nítido, nesse ponto, que a maneira como se dará a resposta ambiental é fator crucial para a qualidade desse encontro e conseqüentemente para a possibilidade de construção de uma relação criativa com os objetos, baseada no sentimento de confiança no ambiente, a partir desse momento inicial de ilusão. É, portanto, a qualidade da experiência entre bebê e seu ambiente que irá determinar “o destino do espaço potencial existente entre qualquer bebê e a figura materna humana” (ibid., 140). O destino esperado aqui é a emergência de um ‘verdadeiro self’, sustentado pelo sentimento de confiança no ambiente a partir da experiência transicional de ilusão e dos cuidados maternos suficientes, os quais garantem a experiência de ‘continuidade de ser’. Assim, a mãe suficientemente boa, que

inicialmente mostrava uma adaptação quase completa às necessidades do bebê, permite, gradativamente, que ele experimente frustrações suportáveis em sua expectativa de completude.

Nesse sentido, Winnicott defende a importância do caráter de ‘monotonia’ (1945, p. 228), onde o ritmo das experiências entre mãe e bebê deve manter-se estável, constante, e, portanto, confiável. Os cuidados físicos com o bebê, o ‘*holding*’ e o ‘*handling*’, indissociáveis de suas conotações emocionais (psíquicas), adquirem importância central na construção e manutenção da experiência fundamental de ‘continuar a ser’ (WINNICOTT, 1967) para a construção de um ego saudável, fundado em um sentimento de confiança no ambiente. Na visão winnicottiana, o espaço potencial entre a dupla mãe-bebê é “parte da organização do ego” (1975, p. 140), matriz de sua constituição, levando-o a comentar o conceito de ego corporal de Freud (1923), ressaltando que o ego não é somente um ego corporal. O argumento de Winnicott é que se o ego se funda, em parte, nessa área intermediária de experiência entre mãe-bebê, ele não se baseia no funcionamento corporal, mas sim nas experiências corporais (ibid., p. 140). Parece, contudo, que tal visão encontra-se claramente presente na concepção freudiana. Ao tratar da formação do ego no artigo de 1923 (O Eu e o Id), Freud destaca o papel do corpo, “sobretudo sua superfície, de onde podem partir tanto percepções internas quanto externas (...) ao tocá-lo, notaremos que ele produz dois tipos de sensações táteis...” (p. 38). Parece nítida a consideração dos efeitos do encontro do corpo com o ambiente, a partir do qual são geradas sensações corporais que irão ensejar a construção do ego, um ego corporal, que é a “projeção mental da superfície do corpo” (p. 38), em sua experiência no mundo.

É particularmente relevante destacar aqui a importância de um aspecto de ritmo, de constância (monotonia) nesse ambiente primitivo, o qual se relaciona com a noção freudiana de ‘período de excitação’ examinada no primeiro capítulo, onde um ciclo de variações de prazer-desprazer garante a vivência de satisfação, cuja interrupção geraria a vivência de dor. Em Winnicott, o fator temporal, ou, mais especificamente, de ritmo, retorna ao centro da cena, onde experiências corporais orquestradas no tempo constituem a experiência de ‘continuar a ser’. O modelo $x + y + z$ explicita o ‘devido peso’ do fator temporal na visão desse autor.

O sentimento de que a mãe existe dura x minutos. Se a mãe ficar distante mais do que x minutos, então a imagem se esmaece e, juntamente com ela, cessa a capacidade do bebê utilizar o símbolo da união. O bebê fica aflito, mas essa aflição é logo corrigida, pois a mãe retorna em $x + y$ minutos. Em $x + y$ minutos, o bebê não se alterou. Em $x + y + z$ minutos, o bebê ficou traumatizado. Em $x + y + z$ minutos, o retorno da mãe não corrige o estado alterado do bebê. O trauma implica que o bebê experimentou uma ruptura na continuidade da vida... (WINNICOTT, 1967, p. 135).

Ressalta-se assim o caráter imprescindível de um ambiente (função materna) ritmado, que promova a experiência de continuidade de ser necessária para formação de um eu saudável, sem interrupções demasiadamente longas e intensas que possam constituir uma experiência traumática. Traçando uma articulação com a perspectiva freudiana, parece razoável propor que a experiência vivida pelo bebê em $x + y$ minutos envolve uma experiência de desprazer dentro dos limites toleráveis do ciclo de prazer-desprazer, enquanto que o tempo $x + y + z$ minutos, demasiadamente longo, configuraria uma interrupção na expectativa rítmica da série prazer-desprazer, gerando uma experiência traumática ou uma vivência de dor, nos termos do Projeto freudiano de 1895. Nesse sentido, como foi sublinhado no primeiro capítulo, é mais o caráter de descontinuidade do que propriamente uma quantidade excessiva de tensão que constitui uma ameaça ao psiquismo em formação, uma vez que sua organização depende de um ambiente rítmico, relativamente previsível, de variações constantes (STERN, 1895). O que está em questão aqui é a própria experiência de ‘continuar a ser’, a qual deve ser gradualmente construída pelo bebê, a partir de experiências repetidas e minimamente constantes em seu ambiente. A noção de um ego coeso e unificado não está presente *a priori*, sendo essa construção, que se dá somente com a colaboração do ambiente, o próprio processo de organização psíquica. Inversamente, entende-se que um ambiente errático e excessivamente imprevisível não permite que o bebê experimente um sentimento de ‘continuar a ser’, o qual é imprescindível para suas experiências - múltiplas e ainda isoladas - sejam unificadas em torno de uma noção de ‘eu’.

2.3

O prazer para além da auto-conservação

Note-se que Winnicott fala da presença e afastamento da mãe sem explicitar qualquer menção a necessidades biológicas do bebê, como a fome. A importância do não afastamento demasiadamente longo da mãe não se refere apenas a seu papel como fonte de alimento para o bebê. Embora incontestavelmente marcada pelo atendimento de necessidades biológicas, a relação do bebê com seu ambiente não se restringe a esse âmbito. Rotstein e Bastos (2011, p. 4) argumentam que “se admitimos a existência do mundo, se a ele nos voltamos a fim de experienciá-lo, é porque esperamos encontrar entre seus objetos aquele que nos falta e cuja obtenção traria satisfação”. No entanto, tanto o trabalho de psicanalistas pós-freudianos (KLEIN, 1952; FERENCZI, 1912; LAPLANCHE, 1992) quanto a pesquisa sobre o universo dos bebês (STERN, 1985) exigem uma visão mais ampliada acerca das experiências precoces, de forma a melhor acomodar a riqueza e a complexidade de seu universo interpessoal, o qual ultrapassa a meta de satisfação de necessidades vitais.

A concepção freudiana inicial (1895b) a respeito das experiências fundadoras do psiquismo está assentada sobre o modelo biológico, onde os fenômenos psíquicos parecem derivar de experiências de cunho biológico, como se observou no conceito de desamparo (1926). A própria noção de prazer, examinada no primeiro capítulo, é formulada em termos de descarga de excitação (no corpo) associada à satisfação da pulsão, a qual é concebida como um conceito entre o psíquico e o somático, tendo sua fonte no corpo. Embora não seja nosso objetivo aqui explorar o conceito de pulsão, é pertinente examinar a distinção proposta por Freud (1915b), num primeiro momento, entre pulsões de auto-conservação e pulsões sexuais. De um lado, as pulsões de auto-conservação estariam referidas a necessidades fisiológicas, como no caso da fome, em um sentido que se aproxima do conceito de instinto. O prazer decorrente da satisfação da pulsão de auto-conservação está vinculado, portanto, com a saciedade mediante oferta de alimento, nesse caso. Já as pulsões sexuais relacionam-se com o caráter de excitação sexual experimentado nas zonas erógenas estimuladas por ocasião das funções de auto-conservação (como a amamentação ou outros cuidados

corporais com o bebê). Localiza-se aqui o conceito de apoio, segundo o qual as pulsões sexuais são entendidas como apoiadas nas atividades de auto-conservação. O exemplo da amamentação é esclarecedor da proposta freudiana nesse momento (1915b): inicialmente, a função de chuchar está relacionada com a satisfação da necessidade vital de nutrição via amamentação no seio materno. A pulsão sexual, inicialmente apoiada nessa função, desvia-se desta para uma atividade auto-erótica, como chuchar o dedo ou a chupeta. Observa-se, novamente aqui, uma interseção entre uma experiência de caráter biológico (auto-conservação) e uma experiência psíquica (ou sexual, no sentido psicanalítico). De fato, não se trata de um desdobramento psíquico de uma função vital, mas sim de uma coexistência das duas experiências: “a função sexual estava presente desde o começo; primeiro se apoiava nas funções de importância vital, e logo se tornava independente delas (FREUD, 1925[1924], p. 33).

Observa-se assim a idéia de que as experiências de caráter fisiológico, vividas no corpo, adquirem conotação erógena, ensejando experiências de satisfação e prazer para além da auto-conservação. Ampliando ainda mais essa perspectiva, recorremos à visão de Roussillon (2010) sobre os diferentes níveis de prazer (e desprazer) envolvidos na experiência de satisfação. A vivência de satisfação, para esse autor, é considerada “uma experiência complexa composta de um amálgama, uma ‘trança’, de diferentes componentes de prazer ‘narcísico-primário’” (ibid., p. 39). Dessa forma, como uma experiência complexa, a satisfação é tributária da maneira como diferentes aspectos do encontro bebê-ambiente, em termos de tipos distintos de prazer (e desprazer), irão se inter-relacionar no psiquismo. Roussillon (2010) identifica quatro componentes distintos de prazer na experiência do bebê, ressaltando a relação potencialmente conflituosa entre eles, cujo entrelaçamento irá conferir a essa experiência uma qualidade particular e individual.

Em primeiro lugar, identifica-se um tipo de prazer relacionado à auto-conservação, familiar à proposta freudiana, onde se reconhece que a simples redução de tensão orgânica relacionada a necessidades somáticas produz uma sensação de prazer. Como comenta Roussillon, “a fome é apaziguada pelo alimento, qualquer que seja seu gosto, a qualidade da relação...” (2010, p. 41). Paralelamente a esse prazer, e para além da satisfação biológica, identifica-se um

prazer ligado à erogeneidade da zona envolvida na experiência prazerosa de apaziguamento somático. A boca, ou mais especificamente os lábios, constituem uma zona erógena, cuja estimulação produz um prazer específico que será articulado, de maneira sintônica ou não, com o prazer de base (auto-conservação). Tais zonas corporais são pontos de contato e passagem entre o dentro e o fora, áreas de transição entre interior e exterior, que corporificam e explicitam o movimento de mão dupla da troca entre bebê e ambiente.

Enquanto os dois tipos de prazer descritos acima poderiam ser reconhecidos como narcísicos, no sentido de que dizem respeito essencialmente à economia libidinal do sujeito, Roussillon (2010) sublinha o fato de que ambos estão inescapavelmente inseridos no contexto de uma relação entre bebê e objeto (mãe), onde ele reconhece um “prazer do encontro e da troca inter-humana” (p. 42). Roussillon (2010) defende assim a noção de um prazer específico do encontro inter-humano, propondo uma “necessidade de compartilhamento de prazer” (p. 45). Tal hipótese ressoa com o que Daniel Stern (1985) chamou de ‘sintonia emocional’ entre mãe-bebê, ressaltando o importante papel da reverberação afetiva para o desenvolvimento adequado do bebê. Assim, as características e qualidades desse compartilhamento emocional serão componentes importantes do amálgama da experiência de satisfação resultante, que incluirá um universo múltiplo e sutil de prazeres e desprazeres, combinando-se de maneiras diversas, harmoniosamente ou não. Nessa visão, os bebês são dotados de

uma capacidade de perceber, organizar, decompor e, portanto, de ‘conceber’ os ritmos dos movimentos ou percepções do outro. É o ritmo, primeiro nível de organização de uma forma de temporalidade, que torna possível uma certa ‘previsibilidade’ da mãe e de seus movimentos (ROUSSILLON, 2010, p. 49).

Corrobora-se aqui a relevância dos aspectos de ‘ritmo’ e ‘tempo’ no encontro do bebê com o ambiente. Já havia sido frisado, a partir da análise dos conceitos de ‘série prazer-desprazer’ e de ‘período de excitação’, que as vivências de prazer e de desprazer não poderiam ser restritas à noção de quantidades absolutas de tensão no aparelho psíquico. Traçando uma articulação com a proposta de Roussillon (2010), pode-se identificar na formulação de Freud ao

menos dois níveis distintos de prazer, sendo um de caráter fisiológico ou orgânico, ligado à auto-conservação e à descarga intra-psíquica (tipo 1 de Roussillon) e outro relacionado à totalidade da experiência rítmica, à própria série prazer-desprazer, a qual ele denomina ‘vivência de satisfação’. Nessa perspectiva, a repetição ritmada de prazeres (e desprazeres) do tipo 1 conduz a uma experiência de prazer de outro tipo, uma ‘satisfação subjetiva’, na expressão de Roussillon. Ora, a seqüência cadenciada de séries prazer-desprazer em um período de tempo parece corresponder à suposição de uma relação estável com uma mãe (ambiente) que atenda de modo previsível e confiável as necessidades do bebê. A manutenção desse ciclo prazer-desprazer dentro de limiares suportáveis ao aparelho só pode ser garantida por uma relação particular do bebê com o ambiente, como ilustrado na imagem do ‘indivíduo prestativo’ de Freud (1895b) ou da ‘mãe suficientemente boa’ de Winnicott (1956). A importância atribuída à experiência de ‘continuar a ser’ (WINNICOTT, 1967) pode ser confortavelmente acomodada nessa concepção, onde se verifica um lugar privilegiado para uma relação estável e confiável com o ambiente (mãe).

Cumprir atentar que, quando Roussillon fala do prazer do encontro, estamos diante de um aspecto que está além da previsibilidade e da confiança no ambiente já identificadas no pensamento de Freud. Destaca-se aqui a importância da ressonância emocional, da capacidade empática da mãe (suficientemente boa) de se identificar com os estados do bebê, como um duplo seu (ROUSSILLON, 2010, p.46), que não apenas acolhe, mas que traduz suas mensagens e respondendo adequadamente a elas, como será explorado no terceiro capítulo, a respeito da formação da instância egoica. Porém, cumpre acrescentar o quarto fio da trança do complexo de prazeres (Roussillon, 2010) do universo inter-relacional do bebê. A experiência da troca intersubjetiva com a mãe envolve um encontro do bebê com um adulto envolto em sua própria sexualidade adulta (em grande parte inconsciente), a qual constitui um elemento de caráter enigmático para o bebê. Tal ponto, reconhecido pelo próprio Freud na imagem da ‘mãe sedutora’ (1905) demanda o aprofundamento que será realizado a seguir.

2.4

O papel da mãe como um ‘duplo’ do bebê

Retomamos aqui a questão crucial que Roussillon (2010) identificou entre a dupla mãe-bebê como uma qualidade de ‘reflexividade’. Nesse espaço intermediário de experiência, a mãe constitui-se como um ‘duplo’ (2010, p. 46) do bebê, que espelha a experiência prazerosa deste a partir de sua própria vivência de prazer. Para esse autor, é a reverberação da resposta materna que irá conceder um significado de prazer às vivências corporais de redução de tensão vividas pelo bebê, sem a qual estas experiências prazerosas não poderão se constituir como representação no psiquismo do bebê. Segundo a forma como Roussillon (2010, p. 55) distingue prazer e satisfação, “a experiência de prazer não será uma experiência de satisfação a menos que ela seja acompanhada de um prazer compartilhado, suficientemente compartilhado”. Vale notar que o conceito de um duplo pressupõe que o outro seja ‘outro’: ele não é idêntico ao bebê, não se confunde nem se funde com ele, mas, distintamente, age como um espelho seu, compondo uma coreografia corporal de acoplamento e comunicação, como descreve Daniel Stern (1985).

Contudo, o encontro com um duplo que é distinto de si próprio implica considerar também uma parcela de desencontro, onde o prazer reverberante da mãe, condição para o estabelecimento (psíquico) da experiência de satisfação do bebê, está inevitavelmente ligado à sua sexualidade adulta, acrescentando assim a esta coreografia um elemento estranho e enigmático para o infante. Tal aspecto não passou despercebido de Freud, que comentou sobre o papel da mãe como ‘primeira sedutora’ (1905). Desde o início de suas pesquisas clínicas acerca da neurose, Freud constatou a relevância do papel exercido tanto pelo pai e quanto pela mãe na etiologia da neurose, associando as primeiras relações amorosas da criança com os complexos psíquicos geradores das neuroses (FREUD, 1905). A hipótese inicial sobre a etiologia da histeria previa uma cena de sedução concretamente vivida na infância, tipicamente exercida por uma figura paterna. Ao declarar que não mais acredita em sua neurótica (em carta de 1897 a Fliess), Freud desenvolve a teoria da fantasia, onde a vivência da sedução que tão frequentemente marcava o discurso histérico seria tributária de uma fantasia

presente na sexualidade infantil, a qual seria responsável por uma leitura de determinados dados da realidade de maneira peculiar, fantasmática. A realidade psíquica ganha preponderância sobre a factual. Nesse contexto, identifica-se o papel sedutor exercido pela mãe tanto na amamentação quanto nos demais cuidados corporais com o bebê, reconhecendo que uma mãe só poderá cuidar de seu bebê e investir libidinalmente neste, a partir de sua própria sexualidade, o que se dá de modo essencialmente inconsciente. O bebê se situa assim, inescapavelmente, na posição de objeto sexual para sua mãe.

O trato da criança com a pessoa que a assiste é, para ela, uma fonte incessante de excitação e satisfação sexuais vindas das zonas erógenas, ainda mais que essa pessoa – usualmente, a mãe – contempla a criança com os sentimentos derivados de sua própria vida sexual: ela a acaricia, beija e embala, e é perfeitamente claro que a trata como o substituto de um objeto sexual plenamente legítimo. A mãe provavelmente se horrorizaria se lhe fosse esclarecido que, com todas as suas expressões de ternura, ela está despertando a pulsão sexual de seu filho e preparando a intensidade posterior desta. (FREUD, 1905, p. 210).

Cumprido ressaltar a visão de Ferenczi (1909, 1912, 1933) sobre esse tema. Retomando a primeira teoria da sedução de Freud, esse autor privilegia o aspecto real da sedução presente no encontro do bebê com um adulto, enfatizando o caráter determinante do fator ambiental no psiquismo. Destaca-se assim o caráter traumático do encontro com o ambiente, com a ressalva de que “o fato de não aprofundar de maneira suficiente a origem exterior comporta um perigo: o de se recorrer a explicações apressadas, invocando a predisposição e a constituição” (FERENCZI, 1933, p. 97). Segundo Pinheiro (1995),

para Ferenczi, tudo o que é externo ao aparelho psíquico, tudo o que vem perturbar a ordem e o ritmo deste, ganha relevo. Faz assim, contraponto a Freud que, na construção da metapsicologia, dá ênfase ao que o próprio aparato psíquico é capaz de produzir. Ferenczi parece ver no externo ao aparato psíquico o fator determinante para toda mudança possível. Em suma, em lugar dos fatores endógenos, seriam sobretudo os fatores externos ao sujeito os grandes perturbadores do aparelho psíquico. Não existe aí nenhum radicalismo, como se poderia pensar, pois ele não põe em dúvida a importância dos fatores endógenos, embora sempre ressalte os fatores externos ao mundo intrapsíquico (PINHEIRO, 1995, p. 35).

O foco da visão de Ferenczi recai assim sobre o impacto de elementos externos na constituição psíquica, ou, mais especificamente, sobre o processo

segundo o qual o bebê investe os objetos externos e posteriormente os introjeta em seu ego (FERENCZI, 1909, 1912). Vale lembrar, seguindo Lebovici (1989), que o objeto é investido anteriormente à sua própria percepção enquanto objeto externo, ou seja, esse momento inicial de investimento tanto do bebê quanto da mãe (em sua resposta a esse investimento) compõe um terreno relacional sensorial a partir do qual a função auto-reflexiva do eu poderá emergir. Tais experiências iniciais teriam para o recém-nascido um caráter ‘monista’, onde “só mais tarde a criança aprenderá a conhecer a ‘malícia das coisas’, aquelas que são inacessíveis à introspecção, rebeldes à vontade, ao passo que outras ficam à sua disposição e submetidas à sua vontade. O monismo converte-se em dualismo” (FERENCZI, 1909, p. 85).

Para Ferenczi (1933), o verdadeiro fator patogênico não reside no ato de nascimento em si, como argumentava Rank (1924), mas sim nas experiências posteriores na relação com os pais, em particular naquilo que chamou de ‘confusão de línguas’. A ‘confusão de línguas’ inevitável entre os dois pólos da dupla mãe-bebê refere-se ao (des)encontro entre a sexualidade do bebê, referida a uma linguagem da ‘ternura’, e a do adulto, que traz, necessária e inconscientemente, um caráter de ‘paixão’. Nesse cenário, a linguagem da ternura infantil é confundida pela mãe com desejos de um adulto, na medida em que ela própria assim o enxerga, tomada por sua própria sexualidade, a qual permanece em grande parte inconsciente. A resposta do adulto expressa-se então de modo distinto - na linguagem da paixão - constituindo uma violência ao psiquismo infantil, contra a qual ele não pode se proteger.

As crianças sentem-se física e moralmente sem defesa, sua personalidade é ainda frágil demais para poder protestar, mesmo em pensamento, contra a força e a autoridade esmagadora dos adultos que a emudecem, podendo até fazê-las perder a consciência. *Mas esse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se de si mesmas, e a identificar-se totalmente com o agressor.* Por identificação, digamos, por introjeção do agressor, este desaparece enquanto realidade exterior, e torna-se intrapsíquico. (Ferenczi, 1933, p. 102).

Nessa linha, Jean Laplanche (1992) propõe uma perspectiva ampliada sobre a visão freudiana da sedução, desenvolvendo a teoria da sedução

generalizada. Reitera-se aqui o caráter enigmático no encontro do adulto com a criança, uma vez que o primeiro traz consigo para esse encontro sua própria sexualidade adulta, a qual interfere, inevitável e inconscientemente, na maneira como o adulto irá atender às necessidades do bebê. Aportando elementos indecifráveis para o bebê, o adulto apresenta o que Laplanche chama de ‘significantes enigmáticos’, gerando a necessidade do bebê teorizar sobre tais enigmas, criando fantasias. Distintamente da primeira teoria de Freud, não seria necessário haver uma cena de sedução de fato, uma vez que o próprio enigma imposto pela presença da sexualidade adulta constitui uma ‘sedução originária’, ensejando a formulação de fantasias para decifrá-lo. O autor reconhece assim dois níveis distintos que compõem a relação entre o bebê e seu cuidador, quais sejam:

uma relação vital, aberta, recíproca, que podemos perfeitamente dizer interativa, e uma relação onde está implicado o sexual, onde a interação não ocorre mais, pois a balança é desigual (LAPLANCHE, 1987-1992, p. 111)

Roussillon (2010, p. 57) sublinha o valor de ‘significante enigmático’ do seio materno, sugerindo que a relação com a mãe é ainda mais enigmática para o bebê na medida em que ela apresenta, a um só tempo, algo de semelhante e também de radicalmente diferente dele. Em outras palavras, “se uma parte do prazer é compartilhada, outro componente deste permanece estranho à experiência da criança e, portanto, ‘enigmático’ (ibid, p. 57).

Até certa medida, esse desencontro ou mal-entendido é inevitável e constitutivo, embora Ferenczi reitere o potencial traumático de uma resposta inadequada do ambiente, na medida em que o adulto (mãe) pode confundir o amor terno da criança com desejos de uma sexualidade adulta, deixando despertar em si uma excitação igualmente sexual, ou seja, vivenciada e expressa na linguagem da paixão. Com um ego ainda imaturo e frágil, a criança não pode oferecer defesa contra essa ‘agressão’ (1933, p. 102), introjetando assim não só a vivência traumática quanto a culpa do adulto. Cumpre lembrar a proposta de Abraham e Torok (1995) de tratar esse processo de introjeção como uma incorporação, na medida em que provoca um efeito de desestruturação egoica distinto do que ocorre em uma introjeção dita normal. Como comenta Pinheiro (1995, p. 52), “é justamente porque a introjeção não pôde se realizar que acontece a incorporação.

Na impossibilidade de o processo de introjeção ir a termo, a solução encontrada pelo ego é a de fazer de conta que houve a introjeção”. A incorporação refere-se assim a uma ‘introjeção’ que não é acompanhada de possibilidade metabólica pelo psiquismo, que é forçosamente inserida no ego sem que seja integrada aos conteúdos deste. Nos termos de Pinheiro, “mentirosa por natureza, a incorporação conta uma falsa história ao ego, pois traz em si a própria clivagem” (1995, p. 52).

Esse efeito de clivagem gerado por essas experiências traumáticas impedem a organização do ego, a qual depende da possibilidade de metabolizar e integrar as experiências vividas, particularmente os afetos experimentados, em um sentido coerente de experiência de si. A impossibilidade por parte do meio circundante da criança (pais ou quaisquer outros adultos) de reconhecer o sofrimento por ela experimentado gera uma situação de ‘desmentido’ (FERENCZI, 1933), negando tanto a experiência vivida pela criança quanto o afeto a ela correspondente. Como consequência, tal vivência torna-se um corpo estranho no psiquismo, como ‘enclaves no espaço psíquico’ (CARDOSO, 2011), encapsulados e clivados de outras experiências, impossibilitado de ser articulado com outras experiências do indivíduo, impedindo que se construa uma experiência integrada de si.

Trata-se de uma história não historicizada, o que não se confunde, no entanto, com uma ausência de história. Essa não historicização pressupõe a não interiorização, e conduzirá, como destino, à permanente exteriorização, a uma espécie de tirania do ‘fora’, entretanto, no interior do espaço psíquico (CARDOSO, 2011, p. 77)

Vale ressaltar a leitura de Cardoso (2011) a respeito de tais mensagens enigmáticas, propondo enfatizar a possibilidade do psiquismo de lidar com as informações que lhe são impostas. Dessa forma, a fantasia infantil constitui um recurso psíquico disponível à criança para lidar com a mensagem enigmática contida na atuação do adulto nas relações primárias. Assim, Cardoso (2011) propõe a expressão ‘mensagem ultra-clara’, ou ‘antienigmática’ para designar aquelas experiências contra as quais não há possibilidade de metabolização psíquica. A fantasia permite assim recobrir o terror presente na comunicação do adulto, enquanto que a ‘mensagem ultra-clara’, na ausência justamente de um caráter de enigma, é impassível de articulação com qualquer conteúdo psíquico,

gerando uma ‘exterioridade interna radical’ no psiquismo. É nesse contexto que se propõe (ibid.) uma distinção entre um ‘fracasso parcial de tradução’ e um ‘fracasso em traduzir’, onde, no primeiro caso, uma mensagem enigmática não pode ser compreendida como tal, gerando deturpações fantasmáticas por parte da criança, uma tradução livre a qual será inserida em sua vida psíquica, gerando uma realidade psíquica distinta da realidade dita objetiva, como se observa nas neuroses e, de fato, se assim considerarmos, no funcionamento dito normal. Em contrapartida, um ‘fracasso em traduzir’ traduz a impossibilidade de reação psíquica diante de uma determinada experiência, que se torna irreduzível, imóvel, bloqueada (ibid., p. 77). Segundo visão dessa autora, resta ao psiquismo o recurso radical da compulsão à repetição como tentativa de ‘lidar’ com tais conteúdos.

Considera-se assim a noção de ambiente como não apenas o atendimento adequado das necessidades vitais do bebê, mas, fundamentalmente, como a possibilidade de acolhimento e, conseqüentemente, a qualidade do investimento empregado nessas relações primordiais. Como sustenta Roussillon (1020, p. 50), a qualidade do compartilhamento afetivo entre mãe e bebê está intimamente ligada aos “primeiros processos psíquicos de transformação e tratamento dos estados internos”, aos quais Roussillon chamará de ‘simbolização primária’ (ibid, p. 50). Observa-se assim um papel particular do ambiente referente ao processo de simbolização, àquilo que comumente atribuímos ao eu. Após examinar, no primeiro capítulo, os processos físicos e psíquicos operantes nos primórdios da vida do indivíduo segundo a visão freudiana, e tendo considerado os aspectos ambientais de maior relevância neste, abordaremos a seguir o processo de organização psíquica em si, ou seja, a evolução da função do eu a partir dessas experiências primordiais do corpo em experiência no ambiente.

O ego no processo de organização psíquica

“J’ai plus de souvenirs que si j’avais mille ans”

Charles Baudelaire

O desafio de investigar a experiência do bebê sempre foi acompanhado de questões metodológicas. A psicanálise tradicionalmente trabalha com a perspectiva do *a posteriori*, onde processos e experiências primitivos são inferidos a partir de manifestações posteriores, como no caso das psicopatologias. O trabalho psicanalítico com crianças (KLEIN, 1952; WINNICOTT, 1956; TUSTIN, 1990, HAAG, 1985) trouxe contribuições imensuráveis para nosso conhecimento acerca das vivências precoces e, do ponto de vista cognitivo e desenvolvimentista, pode-se falar de uma verdadeira revolução em termos da pesquisa com bebês (GOLSE, 1999). Com a utilização de métodos de investigação focados em suas formas de expressão primitivas e espontâneas, como o ato de chuchar, de virar a cabeça em determinada direção e de olhar (STERN, 1985), aspectos importantes e até então desconhecidos do universo dos bebês tornou-se conhecido. Apesar das constantes demandas em termos de regulação biológica nesses momentos iniciais, bebês vivenciam, desde muito cedo, momentos de ‘inatividade alerta’, em que experimentam uma diversidade de outras experiências (não relacionadas com seu funcionamento fisiológico), e onde é possível, do ponto de vista metodológico, investigar suas capacidades e preferências de maneira independente de suas premências biológicas. Ressalte-se, contudo, como foi enfatizado anteriormente, que tanto as experiências essencialmente fisiológicas como as demais estão inseridas em uma intensa troca social e permeadas por vivências afetivas que extrapolam o prazer derivado diretamente da satisfação de necessidades biológicas de auto-conservação (FREUD, 1895b, 1905; STERN, 1985; ROUSSILLON, 2010).

3.1

O bebê como parte ativa em suas relações

A pesquisa de Daniel Stern (1985) mergulha no universo das experiências primitivas do bebê, privilegiando seu caráter intersubjetivo desde o início, enquanto argumenta que a psicanálise clássica atribuiu excessiva ênfase na dinâmica de regulação fisiológica do organismo, negligenciando o fato de que essa regulação está intimamente vinculada às vivências desse organismo em uma troca social complexa, onde se verifica uma “vida subjetiva muito rica” (Stern, 1985, p. 44). Vale registrar o reconhecimento de Stern de que a escola inglesa (WINNICOTT, 1945; KLEIN, 1952), com seu enfoque nas relações de objeto, destaca-se ao conceder o devido peso ao caráter relacional da experiência do bebê desde os momentos iniciais da vida. A partir das considerações feitas nos capítulos anteriores, cabe pontuar que, não apenas na psicanálise pós-freudiana, como na própria obra de Freud, a relação do indivíduo com seu ambiente sempre esteve presente como parte fundamental da constituição e funcionamentos psíquicos. Contudo, o aprofundamento e detalhamento promovidos por Stern nas experiências primitivas trazem ricas contribuições ao tema.

Apoiando-se em pesquisas na área do desenvolvimento e em minuciosas observações clínicas, Stern (1985) apresenta uma perspectiva do bebê como parte ativa nas suas relações interpessoais desde muito cedo. Observa-se, por exemplo, o tratamento frequentemente oferecido por pais a seus bebês não apenas como organismos com necessidades fisiológicas a serem atendidas, mas como indivíduos relativamente desenvolvidos com experiências subjetivas, atribuindo-lhes intenções e desejos. De fato, manifestações precoces por parte de bebês indicam que eles não são passivos nem estão alheios ao mundo ao seu redor, mas que, decididamente, comportam-se como seres ativos nas suas relações. Somos então levados a indagar sobre que tipo de experiência subjetiva pode ser inferida nesse período primitivo e pré-verbal. Parece evidente que a instância que chamamos de ego, em sua versão madura e verbal, se desenvolve a partir de experiências anteriores, não sendo possível identificar claramente um momento específico de sua emergência. O que se pretende defender aqui, seguindo formulações de autores como Stern (1985), Haag (1997), Roussillon (2010) e

Golse (1999, 2010), é que o próprio processo de organização psíquica é experimentado subjetivamente, o que nos leva a considerar a presença da função do ego em época bastante primitiva, sob a forma de diferentes e crescentes níveis de maturidade e desenvolvimento.

O conceito de ‘senso de self emergente’ (STERN, 1985) enfatiza o caráter de experiência subjetiva presente desde momentos precoces da interação com o mundo. A questão que se coloca é a de pensar de que maneira o bebê experimenta a vida nesse período anterior à organização, à cognição e à interação social propriamente ditas. Distintamente da ‘exuberante e barulhenta confusão’ referida por William James em 1890, o universo do bebê é visto como composto de experiências separadas e ainda não-relacionadas entre si, o que não se confunde com um suposto estado de caos e desorganização (STERN, 1985). Para supor tal estado, seria necessário considerar que o bebê teria como ponto de referência uma noção de um estado de organização, o que não parece razoável. Distintamente de uma suposta confusão, o bebê de Stern experimenta uma série de experiências separadas, ainda não articuladas em um mesmo esquema, o que não deve ser visto como desorganização a não ser do ponto de vista do adulto. Para o bebê, cada experiência, ainda que vivida em isolamento com relação a suas outras experiências, pode ser absolutamente clara e inequívoca no aqui e agora (STERN, 1985, p.46), onde a falta de articulação entre elas não seria sequer notada pelo bebê. Constitui tarefa ainda em aberto, para o bebê, o trabalho de integrar suas experiências fragmentadas em torno de um todo coerente, em um ‘envelope proto-narrativo’, tornando-se gradativamente capaz de compor para si uma narrativa subjetiva coesa. O self plenamente desenvolvido - self narrativo - deriva desse processo gradual de integração de ‘momentos emergentes’, de uma série de ‘agoras’ ainda não integrados em torno de uma mesma rede interligada, ou seja, em um ‘envelope proto-narrativo’.

Stern (1985) enfatiza a importância dos afetos de vitalidade no universo das relações primitivas do bebê, onde se atribui maior relevância para a qualidade de intensidade do que para as categorias afetivas formais, como a alegria, a raiva ou a tristeza. Privilegia-se, assim, a forma sobre o conteúdo, numa perspectiva sobre a vida primitiva onde as modalidades afetivas experimentadas pelo bebê, embora ainda não possuam um conteúdo categórico, são intensamente vividas e

compartilhadas nas relações primárias como ‘afetos de vitalidade’. Entra em cena aqui a noção de ‘sintonia afetiva’, remetendo a um modo de compartilhamento emocional entre mãe-bebê que se compõe de três aspectos centrais: intensidade, *timing* e forma (STERN, 1985). Em outras palavras, propõe-se pensar a experiência de ‘sintonia afetiva’ como vinculada a uma relação onde estejam presentes investimento libidinal (intensidade), sintonia temporal ou rítmica (*timing*) e contenção ou envelopamento espacial (forma). Tais aspectos mostrar-se-ão relevantes na análise que se seguirá neste capítulo (ANZIEU, 1974, 1988; ROUSSILLON, 2012), e dizem respeito a um universo inter-relacional pré-discursivo da experiência. Nesse sentido, “os afetos de vitalidade permitem ao bebê sentir antes de compreender intelectualmente. Assim, a linguagem tem início através de trocas não-verbais entre a mãe e o bebê que lhe permitem figurar no corpo a história recente dessa relação” (ZORNIG, 2008, p. 329).

O modo mais primitivo concebido por Stern de organização do ego (self) e do mundo – senso de self emergente – é visto como particularmente regido pela dimensão dos afetos de vitalidade. Nesse período inicial, o bebê experimenta as variações de tonalidades afetivas presentes em seu ambiente, em particular no comportamento de sua mãe em relação a ele. Assim, ao longo de um período de tempo, a mãe naturalmente vivencia e transmite ao bebê diferentes estados afetivos, os quais são inerentes a qualquer ação humana. Os afetos de vitalidade dizem respeito a essa variância de modos de estar e agir, na qual emerge, paralelamente às oscilações, um padrão de formas que se mantêm relativamente constantes, formando ‘ilhas de consistência’ em meio à flutuação afetiva. É essa experiência ao mesmo tempo de constância e de variação que irá constituir o ‘senso de self nuclear’, não como uma organização estática, mas em constante movimento.

O senso de self nuclear está sempre presente em fluxo. Está sendo construído, mantido, corroído, reconstruído e dissolvido, e todas essas coisas acontecem simultaneamente. O senso de self em qualquer momento, então, é a rede dos muitos processos dinâmicos formadores e dissolventes. É a experiência de um equilíbrio (STERN, 1985, p. 179).

Contudo, o ego não deve ser considerado apenas como o produto final desse processo: ao contrário, entende-se que é justamente alguma forma rudimentar de organização egoica que poderia realizar as diferentes manobras

psíquicas que compõem o processo de organização da experiência, o qual irá culminar em sua própria versão final – o ‘self narrativo’, segundo terminologia de Stern (1985). O senso de self emergente - bem como os subsequentes senso de self nuclear, senso de self subjetivo e, enfim, senso de self narrativo - referem-se às distintas formas de experienciar um processo de organização que se encontra em andamento. Ou seja, diferentes tipos de senso de self dizem respeito a modos particulares de experimentar esse processo, culminando na emergência do self narrativo. Lembramos aqui da concepção de Aulagnier (1979) a respeito dos diferentes níveis de organização do psiquismo – originário, primitivo e secundário – a cada um correspondendo uma forma particular de se relacionar com o mundo e um tipo distinto de registro psíquico. Em uma perspectiva voltada para a experiência, o ‘senso de self emergente’ refere-se ao ‘experimentar estar vivo no encontro com o mundo (ou no encontro consigo mesmo) em um dado momento, uma consciência (*awareness*) do processo de viver uma experiência’ (STERN, 1985, p. xviii).

Encontramos, em Stern (1985), a corroboração de um ponto crucial desta dissertação, qual seja, que as primeiras formas de organização dizem respeito ao corpo e à possibilidade de registros primitivos da experiência precoce, sob a forma de uma simbolização primária (ROUSSILLON, 2010): “sua coesão, suas ações, seus estados internos e a memória de tudo isso” (STERN, 1985, p. 46). Reverberando as formulações freudianas, são reiterados como aspectos centrais das formas primitivas de organização: os estados e as ações do corpo, as qualidades afetivas (prazer-desprazer) e os registros ou representações deles decorrente.

3.2

O corpo como matriz do ego

A presença do corpo como entidade material subjacente a toda atividade psíquica é nitidamente observada nas primeiras formulações freudianas acerca do psiquismo (1895b), onde somos apresentados a um aparelho orientado por fluxos de cargas de excitação em sistemas neuronais. Mais além, as manifestações corporais primitivas (como espasmos, gritos e choro) logo adquirem uma função

ativa nas relações precoces, de convocar a atenção do outro para o atendimento de suas necessidades, assumindo, portanto, um caráter de comunicação (FREUD, 1895b).

O modelo de aparelho concebido na segunda tópica (1923) será mantido até o fim de obra freudiana, onde se reconhece um lugar privilegiado ao corpo, que o aproxima tanto da instância psíquica do id quanto, conseqüentemente, do próprio ego. O modelo dinâmico apresentado em 1923 sugere uma concepção de psiquismo como um processo organizador dos diferentes elementos e estímulos que afetam o corpo, tanto interna quanto externamente, impondo-lhe uma exigência de trabalho, a qual ele responderá na forma de uma organização psíquica. Como será examinado, Freud concebe um processo fundado na experiência corporal inconsciente, a qual assume, posteriormente e conforme vicissitudes particulares, a forma de um ego consciente.

O aparelho de 1923 é composto por três instâncias psíquicas: ego, id e superego. Antes de examinar a gênese da função do ego nesse modelo, cumpre lembrar a exposição de Freud na Conferência XXXI (FREUD, 1933), onde ele alerta para que tais instâncias não sejam tomadas como entidades estanques, com contornos rígidos e claros entre si. Ao contrário, ao utilizar a metáfora de uma região composta por três tipos distintos de terreno e, conseqüentemente, também de atividades – criação de gado nas montanhas, plantio de cereais nas planícies e pesca nas cadeias de lagos (p. 77) – Freud reconhece que o id, o ego e o superego compartilham uma mesma região e, de modo dinâmico, possuem pontos de contato fluidos, embora conservem características e funções próprias.

O id representa a base de todo o psiquismo, como um estado latente inicial. Segundo Freud, “o indivíduo é, então, um Id psíquico desconhecido e inconsciente sobre cuja base assenta-se o Eu” (1923, p. 37). A estreita relação do id com o corpo (bem como com as pulsões, também de origem somática) fica evidente na ilustração gráfica exposta na Conferência XXXI (1933, p. 78), onde o id aparece “aberto, no seu extremo, a influências somáticas e como contendo dentro de si necessidades instintuais (pulsionais)”. O id é formulado como uma espécie de campo intermediário entre o corpo e as demais funções psíquicas, onde fenômenos referentes ao universo somático ganham expressão psíquica.

O ego, por sua vez, é concebido como resultante de ‘um processo de diferenciação que se deu na superfície do Id (Isso)’ (p. 38), uma modificação do id que ocasionada por influência do mundo externo, por intermédio do sistema de percepção. Assim, o ego representa uma organização derivada dos impactos de estímulos externos (ambientais) sobre o indivíduo (corpo, id).

É a partir dessas considerações que emerge a proposta freudiana de que “o Eu é sobretudo um Eu corporal” (1923, p. 38), uma vez que “deriva de sensações corporais, basicamente daquelas que afloram da superfície do corpo. Ele pode ser considerado, então, como uma projeção mental da superfície do corpo” (ibid., p. 83). É possível distinguir uma origem dupla do ego freudiano da segunda tópica, derivando tanto de sensações corporais, em particular aquelas relacionadas com a superfície da pele, quanto da ‘influência externa’. Como propõe Séchaud, “o Eu, para Freud, reúne o corpo e a marca do objeto” (2012, p. 20), na medida em que ele é concebido como uma projeção mental das sensações corporais, as quais são experimentadas a partir da interação com o ambiente, contendo, portanto, precipitados das relações com os objetos. Se, por um lado, Freud reconhece a centralidade do papel do corpo na constituição do ego, ele não explicita, contudo, de que maneira as sensações que ‘afloram da superfície do corpo’ a partir das experiências no ambiente impactam na composição da instância do ego.

3.3

A função da pele e o ego

Em termos embrionários, o sistema sensorial que constitui a pele está entre os primeiros a se desenvolver, o que é provável indicativo de seu papel fundamental nas funções do organismo (MONTAGU, 1971). Esse ponto é corroborado ainda pelo fato de que “a pele (superfície do corpo) e o cérebro (superfície do sistema nervoso) se originam da mesma estrutura embrionária, o ectoderma” (ANZIEU, 1988, p. 125). A pele tem a função de envolver e proteger o corpo do meio externo, ao mesmo tempo em que se constitui como espaço de troca entre o interno e o externo, sendo através da pele que o bebê trava seus primeiros contatos com o ambiente. Identifica-se na pele aspectos cruciais que

regem a relação do indivíduo no ambiente, tanto como veículo de troca entre o dentro e o fora quanto como sede das experiências dela decorrentes.

A pele é permeável e impermeável. Ela é superficial e profunda. É veraz e enganadora. (...) Ela atrai investimentos libidinais tanto narcísicos quanto sexuais. É o lugar do bem-estar e também da sedução. Ela nos oferece a mesma quantidade de dor e de prazer. Ela transmite ao cérebro as informações provenientes do mundo exterior, inclusive mensagens ‘impalpáveis’ já que uma de suas funções é justamente ‘apalpar’ sem o que o Eu disse tome conhecimento. A pele é sólida e frágil. Está a serviço do cérebro, mas ela se regenera enquanto as células nervosas não o podem fazer. Ela traduz, por sua finura, sua vulnerabilidade, nosso desamparo originário, maior que o de todas as outras espécies e, ao mesmo tempo, nossa flexibilidade adaptativa e evolutiva. Ela separa e une os diferentes sensoriais. Tem, em todas estas dimensões (...) um papel de intermediária, de entremeio, de transicionalidade (ANZIEU, 1988, p. 33).

De maneira mais abrangente, observa-se que o corpo segue sendo o veículo primordial de contato com o ambiente ao longo da vida, onde as experiências corporais são parte indispensável de toda experiência psíquica. Aulagnier (2000, p. 129) reitera esse ponto: “Os efeitos somáticos, por meio dos quais a vida do mundo se introduz em todo organismo novo, não são um fenômeno transitório; eles só cessam com a nossa morte”. É nesse sentido que a autora sugere pensar em uma ‘fonte somática da representação psíquica do mundo’ (ibid., p. 129).

O conceito de Eu-pele (ANZIEU, 1974, 1988) abre caminhos férteis para pensar a relação entre as experiências do corpo, o ambiente e a função do ego. O Eu-pele é enunciado como um desenvolvimento da noção de ego-corporal, embora se reconheça também influências de autores como Federn (1952), além de Winnicott (1951), Bion (1962) e Esther Bick (com a noção de ‘pele psíquica’, 1968), bem como de pesquisadores da teoria do apego, para citar apenas alguns. Vale ressaltar a proposição de Federn (1952) a respeito de um sentimento de Eu presente desde começo da vida, ainda que de forma ‘vaga e pobre’ (ANZIEU, 1988, p. 120), proposição esta que se mostra influente na visão de Anzieu (1988, p. 120).

Existe então um sentimento do Eu, do qual o sujeito não está consciente no seu estado de funcionamento normal, mas que se revela por ocasião das falhas desse último. O sentimento do Eu é um sentimento primário, constante e variável. O Eu, do qual Freud fez uma entidade, existe: o ser humano tem dele uma sensação subjetiva, sensação e não ilusão, pois ela corresponde a uma realidade que é, ela mesma, de natureza subjetiva.

De forma relevante para nossos presentes propósitos, esse sentimento do Eu se compõe de três aspectos, quais sejam: um sentimento de unidade no tempo, ressoando com a idéia de uma continuidade de ser (WINNICOTT, 1967), de unidade no espaço no momento presente, a qual remete à noção de contorno ou envelope espacial e, enfim, um sentimento de causalidade, onde o Eu é visto como agente, ou seja, onde suas expressões no mundo são recebidas, reconhecidas e atribuídas a ele. Para Federn (1952), o Eu é criado e mantido pelo investimento libidinal, representando não uma constatação lógica, mas sim de caráter sensorial, de onde se entende a expressão ‘sentimento do Eu’.

O sentimento do Eu é o de uma unidade, na continuidade, na proximidade e na causalidade, das experiências do indivíduo (...) é a sensação constantemente presente de sua própria pessoa, é a percepção própria que o eu tem de si mesmo (FEDERN, 1952, p. 66).

Identifica-se aqui uma ressonância entre a concepção de Federn com a proposta de Stern de pensar o eu (self, em sua terminologia) como ‘senso de self’, indicando, como viu, uma consciência mais primária (como denotado pelo termo *awareness*, utilizado no original em inglês) de viver determinada experiência. Nota-se ainda, conforme reconhecido pelo próprio autor (ANZIEU, 1988), a influência dessa visão na elaboração do conceito de Eu-pele.

Anzieu (1988) atribui ao criador da psicanálise a idéia de pensar o ego como um ‘envelope’ psíquico, o que se justifica a partir da passagem onde Freud propõe que “o Eu não envolve o Id por completo” (1923, p. 37). Sugere-se aqui que o ego exerce uma função de ‘envelpear’ (parcialmente) o id, este concebido como aberto para o corpo em sua base, suscetível, portanto, às necessidades e vivências corporais. Anzieu (1988, p. 113) identifica como um princípio fundamental da psicanálise a noção de que “tudo o que é psíquico se desenvolve em constante referência à experiência corporal”, tal qual se verificou, por

exemplo, no apoio da atividade auto-erótica do chuchar na função de auto-conservação de nutrição. De maneira análoga, apoiando-se na função da pele de revestir e delimitar o espaço corporal individual, o Eu-pele é entendido como uma “representação de que se serve o Eu da criança durante fases precoces do desenvolvimento para se representar a si mesma como um Eu que contém os conteúdos psíquicos, a partir de sua própria experiência da superfície do corpo” (ANZIEU, 1988, p. 61).

Assim, o Eu-pele diz respeito a uma forma primária de organização psíquica (‘envelope’), que se estrutura a partir da função da pele de conter o corpo e suas experiências. Para Anzieu, “a primeira diferenciação do Eu no núcleo do aparelho psíquico se apóia sobre as sensações da pele e consiste em uma figuração simbólica desta. É isso que eu proponho chamar de Eu-pele” (1974, p. 148). Essa forma primitiva de organização (Eu-pele) exerce funções análogas às da pele, da mesma forma que o Eu-pensar é considerado como uma transposição das funções do Eu-pele (SÉCHAUD, 2012), em uma perspectiva onde os processos de pensamento possuem uma origem corporal. Nos termos de Anzieu, “o envelope psíquico se origina por apoio do envelope corporal” (1988, p. 113).

O envelope corporal do bebê inclui, inicialmente, o corpo da mãe, que o envolve fisicamente e o recobre de cuidados (como nas funções de *holding* e *handling* propostas por Winnicott, 1956). Trata-se assim da experiência de uma ‘pele comum’ entre a dupla mãe-bebê, como uma formação intermediária, transicional que garante a coesão e a síntese, em um tempo em que o bebê ainda não é capaz de assegurá-las por sua própria conta (ANZIEU, 1988; ROUSSILLON, 2012). Tal visão ressoa ainda com a imagem de ‘um corpo para dois’ (MACDOUGAL, 2000), vivência cujo protótipo biológico está ancorado na vida intra-uterina, onde mãe e bebê de fato compartilham um mesmo corpo. Mesmo após o nascimento, o bebê experimentaria no plano fantasmático a vivência de um ‘corpo para dois’, ou, nos termos de Anzieu, de uma pele comum. Deriva daí uma dupla busca infantil: de um lado, o desejo de “recriar a ilusão da unidade corporal e mental com a mãe-seio” (MACDOUGAL, 2012, p. 9) e, de outro, a tentativa de diferenciar-se desta unidade, de modo a permitir a conquista de uma individualidade.

Esse processo de individuação refere-se à própria estrutura do ego, a qual remonta, como se observa, à experiência do corpo imerso na intersubjetividade, esta representada essencialmente pela relação mãe-bebê. Considerando que, inicialmente, o ‘círculo maternante’ (ANZIEU, 1988, p. 79) é parte integrante da interface que reveste o corpo do bebê, é importante frisar que este deve ser firme e flexível a um só tempo, de modo a oferecer, de um lado, a qualidade de consistência e coesão à experiência do bebê e, ao mesmo tempo em que deve também propiciar um caráter de porosidade suficiente para que este possa se constituir individualmente.

O círculo maternante é assim chamado porque ele ‘circunda’ o bebê com um envelope externo feito de mensagens e que se ajusta com uma certa flexibilidade, deixando um espaço disponível ao envelope interno, à superfície do corpo do bebê, lugar e instrumento de emissão de mensagens: ser um Eu é sentir a capacidade de emitir sinais ouvidos pelos outros (1988, p. 87).

Considerando o Eu-pele como uma primeira organização do ego, suas funções primordiais são concebidas em analogia às funções da pele, dentre as quais destacaremos apenas algumas, como se segue. O Eu-pele exerce uma função de ‘sustentação’ do psiquismo, análoga à imagem da pele que sustenta o esqueleto e os músculos, sendo comparada com a função materna de *holding* (Winnicott, 1956). Os cuidados maternos são gradualmente interiorizados pelo psiquismo do bebê, constituindo-se então como função interna. Seguindo com as funções mais relevantes do Eu-pele, identifica-se um aspecto de constância, visando garantir uma estabilidade interna diante das variações de excitação promovidas pelo meio externo. Aproxima-se assim da noção freudiana de pára-excitação, onde o Eu-pele tem a função de defender o psiquismo contra estímulos demasiadamente intensos, exercendo papel de interface entre o interno e o externo.

Também importante é a função do envelope psíquico no sentido de promover a experiência de individualidade, de ser único, função esta identificada como comprometida no caso da esquizofrenia, onde se observa uma confusão em termos da diferenciação eu/não-eu (ANZIEU, 1988). Como superfície que envolve todo o corpo, a pele reúne, ainda, sensações de modalidades distintas, onde o Eu-pele tem a função de ‘intersensorialidade’ (ibid., p. 136), ou seja, de

promover a integração entre as diversas experiências sensoriais em torno do envelope tátil, levando à formação de um ‘senso comum’.

Dentre outras funções expostas por Anzieu (1988), em uma lista que não se pretende exaustiva, destacamos, enfim, a função continente do Eu-pele, referente ao caráter de ‘envelopamento’ do corpo em face do meio externo, relacionando-se com o *handling* de Winnicott (1956). Nesse sentido, o Eu-pele emerge como representação psíquica dos jogos entre o corpo da mãe e o corpo do bebê, da própria relação entre os cuidados de maternagem recebidos e as respostas fornecidas pela mãe às sensações e emoções do bebê. Trata-se aqui de um compartilhamento de sensações entre mãe e bebê, de caráter circular, que permite a este “experimentar progressivamente essas sensações e emoções por sua própria conta sem se sentir destruído” (ANZIEU, 1988, p. 133).

Nesse ponto, cumpre destacar dois aspectos distintos da função continente. De um lado, nota-se a função de contenção propriamente dita, como na imagem de saco que contém em si diversos elementos, mantendo-os agrupados sob um invólucro comum. Assim como a membrana da pele reveste o corpo, mantendo unidos seus órgãos internos, o Eu-pele tem a função de conter os conteúdos psíquicos, como um invólucro “estável, imóvel (...) um receptáculo passivo” (ANZIEU, 1988, p. 133). De outro lado, porém, identifica-se um aspecto da função continente identificada como ‘contentor’ (ANZIEU, 1988, p. 133) que possui um caráter ativo, correspondendo às funções de “elaborar, transformar e devolver ao interessado suas imagens-sensação e afetos tornados representáveis” (SÉCHAUD, 2012, p. 27). Assim, em analogia com a pele que envolve o corpo físico, o Eu-pele, primeira estrutura do ego, tem como função primordial conter os conteúdos emocionais, o que irá demandar, inicialmente, um aparelho psíquico materno auxiliar.

Ainda que esteja fora do escopo dessa dissertação, é interessante mencionar que a noção de angústias primitivas, amplamente empregada entre pesquisadores de bebês (KLEIN, 1952; WINNICOTT, 1945; TUSTIN, 1990; HAAG, 1997) – de liquefação, de explosão, de desintegração, de queda sem fim – remetem à necessidade de contenção e coesão corporal (e psíquica), no sentido de se sentir envelopado tanto física quanto psiquicamente. Entende-se assim que é a “especificidade das experiências corporais que irá se traduzir na especificidade do

pensamento e nas angústias e inibições correspondentes” (SÉCHAUD, 2012, p. 30). Cumpre lembrar, ainda, que tais vivências de ‘envelopamento’ remetem à experiência de ‘continuidade de ser’ (WINNICOTT, 1945, 1949), a qual é garantida pela contenção materna, ou, nos termos winnicottianos, pelas funções primordiais de *holding* e *handling* exercidos por uma mãe suficientemente boa. Somente a partir da formação de um ego-corporal ou de um Eu-pele suficientemente robustos é que será possível a experiência de ser individual. “Uma experiência corporal que garanta a continuidade de existir é condição necessária no enfrentamento da diferenciação eu/não-eu” (FONTES, 2011, p. 84).

Somos remetidos aqui às influentes formulações de Bion (1962, 1966, 1968), em particular sobre o modelo do ‘continente-contido’, onde o outro exerce, inicialmente, a função de conter os conteúdos emocionais do bebê, enquanto este é ainda incapaz de desempenhar tal função. Dotada de uma ‘capacidade de revêrie’ (BION, 1962), ou seja, em estado de calma receptividade, a mãe deverá exercer o que Bion chamou de função *alfa*, que corresponde a capacidade de sentir e acolher os estados mentais do bebê (inassimiláveis de início devido à imaturidade de seu psiquismo), atribuindo-lhes sentido. A mãe deve, assim, emprestar ao bebê seu ‘aparelho para pensar os pensamentos’, no sentido de realizar, em seu próprio aparelho psíquico, a tradução dos conteúdos infantis ainda impassíveis de metabolização e, conseqüentemente, também de integração em seu psiquismo imaturo.

Lembramos aqui das formulações freudianas sobre o estado de dependência e desamparo (1895b, 1926) do bebê em relação ao outro: um ‘indivíduo prestativo’, ou, resgatando outros conceitos visitados, a mãe suficientemente boa ou, ainda, em estado de revêrie. Interessante notar que, apesar de não se aprofundar nesse universo, Freud (1926) faz alusão a uma qualidade especial necessária ao ‘indivíduo prestativo’, como no trecho a seguir.

O ser da primeira infância não está de fato equipado para dominar psiquicamente as grandes quantidades de excitação que chegam do exterior ou do interior. Numa certa época da vida, o interesse mais importante é, efetivamente, que as pessoas das quais dependemos não nos retirem a sua terna solicitude. (FREUD, 1926, p. 144)

Diante do caráter imprescindível do outro para o desenvolvimento do psiquismo do bebê, já examinado nos capítulos anteriores, debruçamo-nos agora nos mecanismos primários da organização da função do ego, a qual se dá a partir da interiorização das experiências iniciais, em particular das funções psíquicas maternas. As sensações experimentadas corporalmente pelo bebê em sua interação com o ambiente exigem uma ‘mente auxiliar’ que lhes dê forma e sentido (função *alfa*), sendo somente a partir dessa tradução materna que tais sensações podem adquirir status de percepções e, enfim, de representações verbais (GOLSE, 1999). Nessa mesma linha, Aulagnier (1979, P. 39) argumenta que “para que o psiquismo infantil entre em ação, é preciso que ao seu trabalho se acrescente o da função de prótese do psiquismo materno”.

Os conteúdos que, embora presentes na experiência do bebê, ainda não foram digeridos ou transformados constituem-se, na terminologia de Bion, como ‘elementos *beta*’, ou ainda como ‘proto-pensamentos’. É essa capacidade de pensar os pensamentos (de transformar elementos *beta* em *alfa*), inicialmente realizada pela função materna, que o bebê deverá gradualmente interiorizar, tornando-se capaz de conter e dar sentido às suas próprias experiências. Em outras palavras, nos primórdios da vida, é o objeto primário (mãe) que tem a tarefa de conter o psiquismo do bebê (GOLSE, 1999). Ao internalizar a mãe, bem como sua capacidade de pensar, esta passa de objeto continente a objeto contido, passagem esta que supõe “a interiorização por parte da criança da função continente do objeto primário’ (GOLSE, 1999, p. 170).

Nesse sentido, Aulagnier (1979) propõe que a experiência do bebê em seu ‘encontro inaugural’ com o mundo diz respeito a dois âmbitos distintos: o espaço corporal deste e o espaço psíquico daqueles que o cercam, em particular, o espaço psíquico materno. Se considerarmos que o espaço corporal do bebê é, inicialmente, contíguo ao envelope corporal materno, como na imagem de uma ‘pele comum’ (ANZIEU, 1988), é possível propor uma articulação entre essas duas perspectivas (AULAGNIER, 1979; ANZIEU, 1988): o encontro do bebê com o mundo envolve, como partícipes, de um lado o corpo do bebê, e, de outro, o corpo e o psiquismo maternos. Tais elementos são considerados fundamentais para que o bebê possa desenvolver sua própria função psíquica, a partir de suas

experiências nesse ambiente-mãe de caráter físico e psíquico. Segundo Aulagnier (1979, p. 33),

A primeira representação que a psique se forja de si mesma como atividade representante se fará pelo estabelecimento da relação dos efeitos resultantes do duplo encontro com o corpo e com as produções da psique materna. Neste estágio, a única qualidade desses espaços (...) concerne à qualidade prazer e desprazer do afeto, presente no momento desse encontro.

Nota-se aqui que, nesse momento inicial da vida psíquica, denominado de ‘processo originário’ por Aulagnier (1979), a experiência do bebê é vista como pautada unicamente pelo eixo prazer-desprazer. Contudo, a partir do que foi examinado nos capítulos anteriores (ROUSSILLON, 2010), algumas considerações são pertinentes. As noções de prazer e desprazer, associadas primariamente a variações quantitativas de excitação no aparato psíquico (FREUD, 1895b), somente adquirem suas qualidades afetivas a partir do momento em que se inserem em um ciclo de variações no tempo (período de excitação), portanto no contexto de uma relação. Seguindo proposição de Roussillon (2010), a função materna consiste não apenas em atender às necessidades do bebê, promovendo a regulação de variação de tensão, mas fundamentalmente em reverberar e compartilhar suficientemente as sensações e experiências deste, sem o que “a experiência de prazer não será uma experiência de satisfação” (ibid., p. 55). Lembramos aqui da distinção entre uma quantidade de excitação, aspecto puramente quantitativo, e a percepção de uma descarga de excitação, a qual é acompanhada de um colorido afetivo (prazer-desprazer). O que se propõe, portanto, é que tais sensações só seriam objeto de percepção como qualidades de prazer e desprazer a partir desse compartilhamento na relação com a mãe.

Articulando com a visão de Golse (1999), é somente a partir de um *detour* pelo outro que as sensações experimentadas pelo bebê podem se tornar percepções (com qualidades afetivas, como no caso da percepção das sensações de prazer e desprazer). Sendo assim, mesmo em se tratando das vivências basilares de prazer e desprazer, entende-se que elas estão necessariamente inseridas na relação entre bebê e ambiente, exigindo o trabalho de um aparelho psíquico auxiliar para serem metabolizadas e assim passíveis de interiorização. Destaca-se, nesse ponto, a função materna de agir como um ‘duplo’ do bebê (ROUSSILLON, 2010), capaz

de acolher seus estados emocionais e espelhá-los em si, concedendo-lhes forma e sentido, para que então possam ser devolvidos, uma vez transformados ou digeridos, ao psiquismo imaturo do bebê.

3.4

O mecanismo de internalização na formação do ego

O fenômeno de internalização por parte do bebê de conteúdos derivados de suas experiências, independente da perspectiva que se adote quanto ao mecanismo específico em questão (introjeção, metabolização) emerge como elemento central do processo de organização psíquica, permitindo que o bebê forme suas primeiras representações. Reconhecendo que o conceito de representação não é explorado aqui, propomos tratar o termo ‘representação’ em sentido amplo, designando com isso quaisquer registros inscritos no psiquismo a partir das experiências do bebê, incluindo, portanto, os registros corporais (ZORNIG, 2008).

Na teorização de Ferenczi (1909, 1912), o mecanismo da introjeção encontra lugar privilegiado no processo de constituição do ego, onde o bebê “reabsorve uma parte do mundo externo e incluirá em seu interesse: assim se constitui a primeira introjeção, a ‘introjeção primária’” (1909, p. 85). Nesse sentido, a introjeção é definida como “a extensão ao mundo externo do interesse, auto-erótico na origem, pela introdução dos objetos exteriores na esfera do ego” (1912, p. 181). A distinção entre mundo interno e externo torna-se decididamente problemática na medida em que as primeiras introjeções referem-se não simplesmente a objetos externos internalizados, mas a precipitados das experiências do bebê no ambiente, experiências estas que envolvem a participação ativa do próprio bebê. Não se trata, assim, de mera incorporação no psiquismo nascente de algo em estado bruto; de modo distinto, a internalização é fruto de uma metabolização, portanto, de uma transformação que se opera na própria experiência (LAPLANCHE, 1992).

Segundo Pinheiro (1995, p. 45), a introjeção é “a própria forma de funcionamento do aparelho psíquico, aquilo que o psiquismo pode e sabe fazer, mas sobretudo traz embutida em si uma noção de produtos tais como representar, produzir fantasma e identificações”. Nessa visão, o mecanismo da introjeção

emerge como elemento primordial do psiquismo e da constituição egoica, através do qual se internalizam, no psiquismo do bebê, suas primeiras experiências. Nesse sentido, para que a própria vivência corporal quantitativa (aumento ou diminuição de tensão) se torne objeto da percepção como uma qualidade de prazer ou desprazer, é necessário que ela se dê no contexto de uma relação, onde o outro poderá reverberar e significar tais experiências que, de outra sorte, permaneceriam amorfas e sem sentido.

Isto nos permite supor que, para Ferenczi, a inclusão na esfera psíquica do diferencial prazer / desprazer (responsável pela instauração da ordem psíquica sob a regência do princípio do prazer) seria necessariamente realizada pela primeira introjeção. É o primeiro objeto introjetado que inauguraria o sentido de prazer ou desprazer. Se é o processo de introjeção que possibilita a inscrição do diferencial prazer / desprazer no aparelho psíquico, é ele que funda este aparelho; é ele que implanta a ordem da sexualidade através do princípio do prazer. Afirmando que a introjeção é o primeiro processo psíquico, Ferenczi anuncia, por assim dizer, sua intenção de atrelar a introjeção à ordenação psíquica propriamente dita (Pinheiro, 1995, p. 46).

Retomemos agora a íntima relação entre as vivências primitivas do corpo, as quais envolvem a interação com o corpo materno (ANZIEU, 1988) e as primeiras formas de organização psíquica, as quais são internalizadas, gradualmente, a partir desses encontros no ambiente. Considerando a proposta de que o mecanismo da introjeção das experiências vividas opera desde o início da vida, abarcando os próprios fundamentos da ordenação psíquica (prazer e desprazer), cabe refletir sobre o lugar de tais traços psíquicos (internalizados) como processos primários de simbolização (GOLSE, 1999), portanto partícipes da formação do psiquismo e da função do ego.

É nesse sentido que Golse (1999) fala da atividade motora como uma atividade de pensamento, uma vez que as manifestações corporais do bebê são parte ativa da troca simbólica, a partir da resposta empática do outro (função materna). Podemos localizar também, nesse contexto, a noção da função materna como continente do psiquismo primitivo do bebê, oferecendo resposta e contorno às suas vivências corporais primordiais. A mãe exerce assim uma função de continente das experiências vividas pelo bebê, que deverá, posteriormente,

internalizar a função continente, transformando o objeto continente em objeto contido (Golse, 1999, p. 130).

Nesse viés, o corpo é não apenas fonte dos estímulos que disparam o processo de *psiquização*, mas também ele próprio agente desse processo, considerando as manifestações corporais como partes integrantes do universo simbólico, e, portanto, elas mesmas a expressão de um psiquismo nascente. Decorre então que é através do corpo que o ‘agir’ do bebê assume a função de ego, denotando uma organização primitiva capaz de interagir simbolicamente com seu ambiente. Lembramos aqui da função de comunicação que a atividade motora do bebê assume precocemente nas relações com o mundo (FREUD, 1895b).

O papel do corpo como parte integrante do processo inicial de simbolização (ou proto-simbolização) é destacado no conceito de identificações intra-corporais (HAAG, 1985), o qual expressa o trabalho corporal realizado pelo bebê no sentido de um apaziguamento emocional, possibilitado por uma identificação com a função materna. Parecem constituir, assim, uma ilustração das manifestações corporais do bebê no processo de interiorização da função continente da mãe. O exemplo apresentado por Haag (1985) oferece ilustração viva do que está em questão. A situação, documentada em audiovisual, envolve um bebê, Kevin, de dois meses e meio, que se encontra sozinho em um ambiente, demonstrando uma crescente tensão pleo afastamento de sua mãe, embora não chegue a chorar. A nítida angústia do bebê provoca um mal-estar nos espectadores que assistem ao vídeo (GOLSE, 1999), que se sentem impelidos a ajudar Kevin. O bebê tenta uma série de manobras para se apaziguar e reassegurar sua auto-contenção, a quais, contudo, mostram-se parcialmente ineficazes: a chupeta não se mantém em sua boca, as junções corporais (união das duas metades do corpo em torno do eixo da coluna vertebral, por exemplo com as mãos ou o pés) não são estáveis e o bebê mostra-se agitado. Nesse momento, a mãe se aproxima e fica alguns instantes com seu bebê, fazendo contato visual e falando com ele, após o que novamente sai do seu campo de visão. O que se observa então é que o bebê se mostra apaziguado e consegue executar magníficas junções corporais sobre a linha mediana, o que é interpretado (HAAG, 1985; GOLSE, 1999) como demonstração de ‘identificações intracorporais’. A partir do contato com a presença materna, em particular pela visão e pela voz, o bebê Kevin pode, enfim,

realizar ações corporais no sentido de promover seu apaziguamento, encenando corporalmente a função estabilizadora da mãe (GOLSE, 1999).

A observação clínica de Kevin ressalta um ponto importante para a presente discussão. Tal ‘encenação corporal’ do bebê não parece ter qualquer intenção ou valor ‘utilitário’ de comunicação, uma vez que é realizada na ausência da mãe ou de qualquer outra pessoa no ambiente. Ou seja, a atividade corporal do bebê é realizada para si próprio, uma “teatralização corporal” (GOLSE, 1999, p. 173) da experiência de uma relação significativa com a mãe através de suas próprias junções corporais, as quais lhe propiciam uma vivência sensorial e emocional reasseguradora. Na interpretação de Golse (ibid.), trata-se de uma ilustração da passagem progressiva da função materna como objeto continente ao status de objeto contido, encenado corporalmente pelo bebê, demonstrando a internalização do objeto continente sob a forma de uma identificação intracorporal.

Lembramos aqui das tentativas autocráticas de restituição de uma situação de satisfação, como se observou na experiência alucinatória, bem como na estimulação auto-erótica (chupar chupeta ou o dedo, por exemplo). Contudo, o que parece emergir no caso das identificações intracorporais é uma atividade ‘auto’ do bebê a partir da internalização de uma experiência vivida no ambiente, a qual o equipou, via identificação, com recursos (corporais) no sentido de aplacar uma situação de tensão. Anterior ou paralelamente ao desenvolvimento de capacidades cada vez mais sofisticadas de comunicação com o ambiente, e, assim, de solicitar o auxílio de que necessita, parece que o bebê torna-se também progressivamente mais capaz de agir, sozinho, a fim de restituir seu estado de conforto. Ao que parece, o bebê desenvolve, a partir de uma troca positiva com o ambiente, tal capacidade de atuar frente a um estado de tensão, expressando assim um caráter psíquico em tal atividade.

Não abordaremos aqui, por fugir ao escopo proposto, o âmbito da representação verbal e do pensamento propriamente dito que tanto caracterizam, tradicionalmente, o que chamamos de atividade psíquica, associados tipicamente à função do ego. Distintamente, o foco proposto diz respeito aos primórdios da organização egoica, observando que, se o pensamento verbal está claramente vinculado a uma função do ego, o inverso não pode ser afirmado: o ego não se

restringe ao âmbito da linguagem verbal, possuindo raízes mais arcaicas, o que nos levou a um terreno de difícil acesso, sobre o qual poucas asserções definitivas são possíveis. Entendemos, contudo, que a atividade de pensar só pode ser examinada a partir de seus pilares de sustentação, quais sejam, as sensações e percepções nos quais se apóiam os pensamentos. Nos termos de Aulagnier (1979), os processos primário e secundário só são possíveis a partir das instalações do processo originário, dos registros primordiais da experiência, os quais derivam de uma dinâmica relação entre o corpo (tanto do bebê como da mãe) e o ambiente, cuja interligação é viabilizada pelo mecanismo da internalização (a partir da metabolização das experiências). Os pensamentos emergem, assim, como traduções ou metabolizações a partir de experiências mais primitivas, ou seja, como elaborações das

turbulências sensitivas e sensoriais, seus turbilhões e suas vivências emocionais em conteúdos de pensamentos cada vez mais complexos, mas sempre fundados no registro originário que constitui a verdadeira matriz organizadora (trabalho de orientação, de tradução, de complexificação e de estabilização) (GOLSE, 2010, p. 76).

Ao que parece, é esse trabalho de metabolização das experiências que se reflete na formação do ego, este considerado, a um só tempo, como agente e produto final desse processo. Roussillon (2010) privilegia o desenvolvimento da capacidade de síntese nas funções do ego, primariamente exercida pelo ambiente (mãe). Inicialmente, como se viu, é necessária a ação de uma ‘mente auxiliar’ para pensar os pensamentos do bebê, dotado, como ainda é, na fase primitiva de sua vida, de um ego imaturo e incapaz de realizar esse trabalho de síntese e integração de suas próprias vivências corporais. É somente com a instauração de um ego corporal ou de uma estrutura de Eu-pele suficientemente robustos – os quais dependem da colaboração de uma mãe suficientemente boa, com capacidade de revêrie, disponível para ser um ‘duplo’ do bebê, atenta aos seus estados emocionais – que poderá este se estabelecer como um indivíduo separado de seu meio, a uma só tempo ancorado e suficientemente individualizado deste.

Nesses termos, entende-se que a contenção promovida pelo ambiente-envelope deve ser suficientemente flexível e porosa, a fim de permitir a individuação e a diferenciação eu/não-eu, ao mesmo tempo que deve ser firme e

consistente o bastante para garantir uma ancoragem sólida da função do ego. Como comenta Stern (1985, p. 114), “tanto a separação/individuação quanto novas formas de experienciar a união (estar com) emergem igualmente da mesma experiência de intersubjetividade”.

Considerações finais

Desde a criação da psicanálise no século XIX por Sigmund Freud, um médico neurologista, muito se avançou não apenas no próprio edifício psicanalítico, mas também e significativamente, nas ciências neurológicas (DAMÁSIO, 1994), bem como nas áreas de cognição e desenvolvimento (STERN, 1985; ROCHAT, 2004), gerando inevitáveis pontos de debate e embate com a teoria psicanalítica. Clínica e teoria absorveram assim importantes contribuições, o que tanto transformou como ampliou o alcance e a potência do instrumento criado por Freud.

Assim, a relevância e a fertilidade das idéias de Freud, inclusive as que remontam aos seus primeiros escritos, como no caso do Projeto 1895, são confirmadas na medida em que se permitem articular com proposições posteriores diversas, como foi examinado nesta dissertação. Na época da construção da psicanálise, o fator quantitativo, ruidosamente presente nos sintomas da histeria e da neurose obsessiva, adquiriu papel central nas formulações sobre os processos psíquicos, paralelamente à também presente preocupação em considerar o fluxo das cargas de excitação pelo aparelho, o que remete a uma concepção dinâmica sobre as operações psíquicas. O intrincado modelo neuronal de 1895, composto pelos sistemas de neurônios phi (Φ), psi (Ψ) e ômega (ω), e regulado pelo princípio econômico de evitar aumentos de tensão, representa uma das primeiras versões freudianas de aparelho psíquico, revelando a intenção de acomodar suas observações sobre a clínica da neurose em termos de hipóteses a respeito da arquitetura e da dinâmica de funcionamento do aparato psíquico. Identifica-se, nos textos iniciais de Freud, um esboço da noção que virá sustentar, posteriormente, o conceito de Princípio de Prazer. Em 1894, o aparato é regido pela tendência a manter constante seu estado de excitação, evitando, portanto, quaisquer estimulações perturbadoras. No modelo de 1895, o ‘princípio da inércia neurônica’ (1895b, p. 10) refere-se à tendência dos neurônios a ‘se livrar’ de quantidades de excitação, revelando um caráter eminentemente econômico a respeito de um princípio regulador do psiquismo.

Contudo, Freud concebe esses estados de redução e aumento de tensão em termos de sensações de prazer e desprazer, respectivamente, revestindo assim tais estados quantitativos de um caráter de qualidade afetiva. Se um aumento de tensão é ‘vivido como desprazer’ (FREUD, 1900, p. 624), distingue-se, ao mesmo em termos descritivos, de um lado, um estado quantitativo de tensão e, de outro, uma vivência de prazer ou desprazer, ou seja, uma qualidade. Como se viu, a relação entre quantidade e qualidade não será solucionada definitivamente, e o significado das sensações de prazer e desprazer segue considerado como “o território mais obscuro e inacessível da vida psíquica” (FREUD, 1920, p.135). Não obstante, as estratégias propostas por Freud (1895b, 1924) a partir dessa questão indicam importantes caminhos. Em particular, a inserção das noções de prazer e desprazer em um ‘período de excitação’ (1895b) sugere pensar não em quantidades absolutas de tensão no aparelho, mas sim em variações de tensão em um determinado período de tempo. Ou seja, na determinação de uma sensação de prazer ou desprazer, importa considerar as “modificações do ritmo temporal das alterações quantitativas” (GARCIA-ROZA, 1991, p. 116). Prazer e desprazer são considerados então como pares em uma ‘série prazer-desprazer’ (1920), compondo um ciclo de variações de excitação que se insere na vivência de satisfação. Esta, por sua vez, é entendida assim como todo o processo que inclui desde um aumento de excitação (vivido como desprazer), passando pela ação capaz de provocar a redução desse estado (por exemplo, o provimento de alimento, no caso da fome) e, enfim, o prazer referente à tal redução de tensão (descarga).

De modo crucial para nossos propósitos aqui, a vivência de satisfação, onde se insere o ciclo prazer-desprazer, envolve a participação tanto do corpo (ela se dá essencialmente no corpo) quanto do ambiente, na medida em que é o outro que inicialmente executa a ação específica necessária para garantir o aplacamento das necessidades e tensões de fonte endógena. Reconhecendo a necessária colaboração do outro para a satisfação das necessidades do bebê e considerando que as vivências de satisfação são compostas de repetidas séries de oscilações de prazer e desprazer, vemo-nos diante de um cenário que pressupõe uma relação minimamente estável com um outro que, atento às necessidades do bebê, exerce um papel de regulador de tais ciclos, mantendo-os dentro de certo limiar de

oscilação. Considerando então que prazer e desprazer encontram-se regulados em um ritmo tolerável de variações, a falha na manutenção desse ciclo representa uma vivência de dor, ‘uma ruptura violenta desse ritmo’ (NASIO, 1997, p. 98), que desregula, temporariamente ou não, o funcionamento psíquico.

Evidencia-se aqui a importância do caráter de previsibilidade em termos da possibilidade do aparelho psíquico de lidar com determinado estímulo. Esse ponto é reiterado na teoria da angústia (FREUD, 1926), onde se identificam duas situações distintas. De um lado, considera-se a angústia como um sinal que prepara o psiquismo para um perigo iminente, constituindo-se, portanto, como um recurso psíquico que busca evitar um transtorno maior, qual seja, aquele referente à irrupção abrupta de um perigo não-antecipado, que se impõe ao psiquismo como um susto, para o qual o aparelho não pode se preparar. Nos termos de Freud (1926, p. 159), “um aumento de desprazer esperado e previsto é enfrentado por um sinal de ansiedade; a ocasião de tal aumento, quer ele ameace de fora ou de dentro, é conhecida como um perigo”.

Entende-se assim que o disparar da angústia-sinal permite que o psiquismo antecipe uma situação de perigo, permitindo de alguma forma que este se ‘prepare’ para enfrentá-la. Em outras palavras, observa-se que o perigo diz respeito a um estado de despreparo, ou seja, à incapacidade do psiquismo de enfrentar uma dada situação. Estão em questão, portanto, não apenas a quantidade de excitação causada pelo estímulo em si, mas, fundamentalmente, a relativa capacidade do psiquismo para lidar com a situação que o afeta. Chegamos assim ao tema do desamparo, considerado como marca das experiências iniciais do indivíduo devido à sua condição de pré-maturação (despreparo). A situação de dependência do bebê humano em termos da satisfação de necessidades biológicas adquire conotação psíquica, de desamparo, a qual enseja “a necessidade de ser amado, que jamais abandonará o ser humano” (FREUD, 1926, p. 128).

Lembramos aqui, assim como se observou na análise das noções de prazer e desprazer, que o conceito de desamparo também envolve os âmbitos corporal e psíquico, onde o desamparo mental é visto como ‘um símile natural do desamparo biológico’ (FREUD, 1926, p. 136). Reitera-se assim a perspectiva de uma íntima relação entre as manifestações corporais e psíquicas, onde necessidades biológicas não podem ser dissociadas de uma expressão psíquica. Com o conceito de

‘fantasia primitiva’ (KLEIN, 1952), emerge a noção de um universo fantasmático desde muito cedo no bebê, a partir das experiências primordiais de satisfação, como no caso da amamentação. Para Klein, as vivências de prazer e desprazer são acompanhadas de fantasias primitivas, tanto agressivas como de prazer, segundo o caso.

Interessa-nos ressaltar que essas proposições apontam para a ideia de uma experiência subjetiva do bebê, portanto para uma função do ego, presente, nessa visão, desde épocas remotas do desenvolvimento. A própria idéia de uma experiência de desamparo supõe uma vivência subjetiva, ainda que esteja apoiada na condição de dependência biológica, vindo a se expressar, por exemplo, como uma ‘necessidade de ser amado’. A condição de despreparo, e, portanto, de dependência por parte do bebê diante de suas experiências impõe a exigência de colaboração do outro, situação esta que se traduz, nessa visão, como uma marca das relações não em época primitiva, mas, como sugeriu Freud, ‘que jamais abandonará o ser humano’.

Contando com funções psíquicas ainda imaturas, a experiência primitiva do bebê é composta de momentos não integrados (STERN, 1985), de uma série de ‘agoras’ que não se encontram interligados em uma mesma rede. Não se trata, como se viu, de um estado de desorganização ou caos, uma vez que, do ponto de vista do bebê, não há ainda a referência a tal integração, de onde deriva o fato de que a não integração não é sequer notada por ele (STERN, 1988). Também, cumpre observar que o aparato senso-perceptivo permite uma organização das informações do mundo (no aqui e agora) de modo bastante mais sofisticado do que se supunha no passado (STERN, 1988, ROCHAT, 2004). Contudo, a integração da experiência é tarefa por fazer, a qual depende da qualidade das relações primárias que poderão oferecer (ou não) os subsídios necessários para a organização e integração das experiências isoladas em termos de uma unidade.

A construção de uma unidade da própria experiência, com um ego (eu ou self, segundo o autor) vivido como constante e relativamente estável, ressoa com o sentimento de ‘continuidade de ser’ (WINNICOTT, 1967), o qual, como se viu, não é um dado *a priori* para o bebê, devendo ser gradualmente construído na experiência intersubjetiva. Para tal, é necessário que as relações primárias apresentem certo grau de ‘variação constante’ (STERN, 1985), o que se aproxima

da proposta freudiana de pensar as experiências primárias de prazer e desprazer como partes integrantes de um ritmo de variação de tensão. A manutenção desse ritmo é garantida pela colaboração do outro, evitando, assim, rupturas e interrupções que possam provocar a vivência de dor. Retomando a articulação entre Freud e Winnicott, observa-se, no sentimento de ‘continuar a ser’ (WINNICOTT, 1967), um caráter de constância e previsibilidade nas relações com o ambiente, considerado fundamental para o desenvolvimento de um self (ou ego) saudável. Um ambiente errático, que impõe variações abruptas de excitação no psiquismo do bebê, não permite que este experimente a ‘monotonia’ necessária para constituir um sentimento estável de self (na terminologia winnicottiana).

Como na perspectiva freudiana, a instauração desse sentimento depende amplamente da colaboração do ambiente, ou seja, de uma mãe suficientemente boa (WINNICOTT, 1956) dotada de uma ‘atenção materna primária’ (ibid.) ou de uma capacidade de revêrie (Bion, 1962), que possa atender, de modo suficiente, às necessidades do bebê. Ao fazê-lo, de maneira repetida e estável, a mãe insere a experiência do bebê em uma oscilação rítmica de aumentos e reduções de tensão, em um universo de variações constantes (STERN, 1985) de prazer e desprazer que asseguram o sentimento de ‘continuar a ser’. Note-se que essa visão não supõe o atendimento imediato das necessidades do bebê, mas, ao contrário, propõe uma adaptação da mãe ao bebê em termos não apenas de uma sensibilidade exacerbada para seus estados e necessidades físicas e emocionais, mas também para sua crescente capacidade de lidar com as frustrações.

Distintamente de um sistema mecânico de necessidade-resposta, a relação mãe-bebê assemelha-se mais à imagem de uma coreografia (STERN, 1985), um *pas de deux* improvisado, do qual participam dois indivíduos: a mãe e o bebê. Nesse sentido, fez-se necessário considerar um grau de descompasso inevitável presente nessa dança, onde a sexualidade adulta da mãe, inconsciente e infalivelmente presente na sua relação com o filho, impõe um elemento enigmático e dissonante à coreografia (FERENCZI, 1933; LAPLANCHE, 1992). O caráter constitutivo ou traumático desse encontro irá depender, em grande parte, da própria relação, em particular da capacidade materna (ou quem exerça tal função) de acolher os estados emocionais do bebê, possibilitando sua tradução e internalização em seu psiquismo. Cumpre lembrar que a elaboração de fantasias

emerge como um recurso psíquico para integrar tais experiências enigmáticas em torno de uma narrativa possível.

A construção de uma narrativa constitui assim tarefa intrínseca à organização psíquica do bebê, tarefa esta que só pode ser realizada com o auxílio do outro. É a função continente materna que concede às experiências inicialmente fragmentadas do bebê um envelope proto-narrativo (STERN, 1985), a partir do qual ele poderá construir seu próprio ego como diferenciado do mundo externo. Como se argumentou no capítulo 3, a função do ego é não apenas o produto final desse processo, na forma de um self narrativo (STERN, 1985), mas ela está presente ao longo deste, no qual o bebê vivencia sua experiência no mundo, ainda que de modo rudimentar. A matriz corporal do ego evidencia-se no conceito freudiano de ego-corporal (1923), como uma projeção mental das experiências vividas na superfície do corpo. O papel central do corpo é novamente reiterado, não apenas como sede de suas experiências, mas também como agente nas relações. Desde Freud (1895b), a atividade corporal mostrava seu caráter ativo, a partir do momento em que é inserido na troca simbólica, adquirindo função de comunicação.

Como um desenvolvimento da noção de ego-corporal, a função da pele como envelope do corpo é equiparada a uma primeira estrutura do ego, onde o Eupele (ANZIEU, 1974, 1988) constitui uma primeira representação de si, como um “Eu que contém os conteúdos psíquicos” (KAËS, 2012, p. 81). Novamente, aqui, a relação com o ambiente se faz presente, considerando que, inicialmente, o bebê vive a experiência de uma ‘pele comum’ (ANZIEU, 1988), ou ainda, de ‘um corpo para dois’ (MCDOUGALL, 2012), onde é o corpo materno, através de suas funções de *holding* e *handling* que fornece ao bebê a contenção e o investimento necessários ao seu desenvolvimento.

Um ponto crucial emerge aqui no que concerne à função continente da mãe. O círculo maternante (ANZIEU, 1988) que envolve o bebê e suas experiências não diz respeito apenas a uma delimitação do espaço corporal do bebê, como um ‘receptáculo passivo’ (ibid). De modo distinto, e fundamental em termos da possibilidade de organização psíquica, a função continente envolve um trabalho de ‘mente auxiliar’, ou seja, de transformação das sensações vividas por este no sentido de conceder uma dimensão de sentido às vivências de início

indecifráveis. É somente a partir desse empréstimo do aparelho psíquico do outro, na função de mente auxiliar, que o bebê poderá internalizar suas próprias experiências em termos de uma narrativa coerente. Na ausência de tal possibilidade de metabolização, as vivências que afetam o bebê e diante das quais ele não oferece recurso psíquico, seriam incorporadas como *fueros*, isto é, como informações desconectadas de suas demais experiências, excluídas da cadeia associativa, destinadas, assim, ao recurso radical da compulsão à repetição. A função continente materna diz respeito, portanto, a um ‘duplo encontro’ com o corpo e com a psique maternos (AULAGNIER, 1979).

A questão central da organização psíquica recai sobre a capacidade do psiquismo infantil de metabolizar suas experiências a fim de poder internalizá-las, constituindo uma narrativa subjetiva. Tal capacidade é de início inteiramente dependente do círculo maternante, sendo desenvolvido primariamente no âmbito corporal. O corpo mostra-se assim agente desse processo, revelando em sua atividade sinais das primeiras internalizações dos efeitos de suas relações ambientais, tal como se ilustra no conceito de identificações intracorporais (HAGG, 1985). Assim, o bebê desempenha em seu corpo ações associadas à função tranquilizadora da presença materna, demonstrando a internalização (identificação) dessa função. É nesse sentido que se entende que a função materna, capaz de conter e metabolizar as sensações vividas pelo bebê, passa de objeto continente a objeto contido, por meio da interiorização da função continente do objeto primário (GOLSE, 2010). Como reflexo de uma internalização da função materna, propõe-se refletir sobre a atividade do corpo como dotada de caráter simbólico, inspirados pelo entendimento freudiano (1913) de que “por linguagem não devemos compreender simplesmente a expressão de pensamentos em palavras, mas também toda a linguagem de gestos e toda forma de expressão da atividade psíquica”. Em cenário posterior e mais sofisticado, lembramos da conhecida brincadeira do *Fort-Da* descrita por Freud (1920), onde a criança encena, em sua atividade solitária, as situações vividas de ausência e retorno da mãe, sendo ele próprio capaz de desempenhar tal função apaziguadora por meio da brincadeira.

É nesse sentido que o corpo emerge como ‘via real’ de acesso aos processos de simbolização (GOLSE, 2010, p. 67), os quais se iniciam em fase

primitiva do desenvolvimento, levando-nos a refletir sobre uma função do ego em operação desde tempos precoces. “O pensamento não cai do céu, de maneira etérea e transcendente” (GOLSE, 1999, p. 128), mas organiza-se originalmente por meio das sensações corporais, ao nível do corpo, onde tais sensações ganham, progressivamente, status de percepções e, enfim, de pensamentos propriamente ditos. É somente no contexto de uma relação empática com o outro (mãe suficientemente boa, capaz de se constituir como um duplo que reverbera e traduz as experiências do bebê) que tais sensações ganham forma e sentido, ensejando a construção de uma narrativa subjetiva coerente. Ressalte-se ainda o caráter afetivo inerente e imprescindível nas relações interpessoais (não apenas na fase primitiva como ao longo da vida), constituindo-se como veículo principal de reverberação e comunicação ente a dupla mãe-bebê. Reconhece-se assim a importância dos afetos de vitalidade (STERN, 1985), anteriores às categorias afetivas categóricas - como a raiva ou a tristeza - e referidos à forma mais do que ao conteúdo. Os afetos de vitalidade agem como um fio condutor das experiências, garantindo, por sua frequência e constância, as sensações de permanência e continuidade. Nos termos de Golse (1999, p. 137), “a criança não entra no código lingüístico diretamente, mas ela vai, por meio de seu corpo e de seu comportamento relacional, descobrir o prazer do ‘diálogo’ com o outro e o prazer da significação”.

Assim, o processo de *psiquização* (GOLSE, 1999) apóia-se sobre as experiências primitivas, as quais são ancoradas tanto no corpo como nas relações interpessoais. Nesse sentido, lembramos da proposição de Mahler (1977) de que o nascimento psíquico não coincide com o nascimento biológico, na medida em que o segundo tem data precisa e o primeiro é um lento desabrochar, a partir das experiências corporais vividas pelo bebê. A emergência do ego resulta assim de uma construção silenciosa (WINNICOTT, 1956), o que torna sua investigação ao mesmo tempo difícil e fascinante.

Referências bibliográficas

ABRAHAM, N. & TOROK, M. (1995) *A casca e o núcleo*. São Paulo: Editora Escuta.

ANDRADE, V. M. (2003). *Um diálogo entre a psicanálise e a neurociência*. Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo.

ANTONELLO, D. F. & OLIVEIRA, R. H. (2011). Repetição e o Projeto de 1895: germen de um conceito. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. Vol. 14, n. 2, pp. 237-251. São Paulo.

ANTONELLO, D. F. & HERZOG, R. (2012). A memória na obra freudiana, para além da representação. *Arq. bras. psicol.* Vol.64, n.1, pp. 111-121 .

ANZIEU, D. (1974) Le moi-peau. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 8, pp. 195-209.

_____. (1988) *O Eu-Pele*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

AULAGNIER, P. (1979) *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1999) Nascimento de um corpo, origem de uma história. In: MCDougall, J., GACHELIN, G, AULAGNIER, P., MARTY, P. LORIOD, J & CAÏN, J. *Corpo e História*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

ASSOUN, P-L (1996) *Metapsicologia freudiana: uma introdução*. Rio de Janeiro: Imago.

BICK, E. (1968) The experience of the skin in early object-relations. *International Journal of Psychoanalysis*. Vol. 49, p. 484-486.

BION, W. R. (1962) *Learning from experience*. London: William Heinemann.

CARDOSO, M. R. (2011) Das neuroses atuais às neuroses traumáticas: continuidade de ruptura. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo. Vol. 14, n. 1, p. 70-82

DAMÁSIO, A. (1994) *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2003) *Em busca de Spinoza: prazer e dor na ciência dos sentimentos*. São Paulo: Companhia das Letras.

FEDERN, P. (1952) *La psychologie du moi et les psychoses*. Paris : PUF.

FERENCZI, S. (1909) Transferência e introjeção. Em: *Obras completas de Sandor Ferenczi I*. São Paulo: Martins Fontes. 1991.

_____. (1912) O conceito de introjeção. Em: *Obras completas de Sandor Ferenczi* I. São Paulo: Martins Fontes. 1991.

_____. (1933) Confusão de língua entre os adultos e a criança. Em: *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes. 1992.

FONTES, I. (2010) *Psicanálise do sensível: fundamentos e clínica*. São Paulo: Idéias e Letras.

_____. (2011) A construção silenciosa do ego corporal. *ALTER – Revista de Estudos Psicanalíticos*. Vol. 29, n. 2, p. 83-90.

FREIRE COSTA, J. (2007). *O risco de cada um: e outros ensaios de psicanálise e cultura*. Rio de Janeiro: Garamond.

FREUD, S. (1888) Histeria. Em: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Editora Imago, Rio de Janeiro, Vol. I. 1969.

_____. (1890) Tratamento psíquico. Em: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Editora Imago, Rio de Janeiro. Vol. VII. 1969.

_____. (1891) *On aphasia: a critical study*. New York: International University Press. 1953.

_____. (1892 – 1899) Carta 52. Em: *A correspondência completa de Sigmund Freud a Wilhem Fliess 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago. 1985.

_____. (1894) Neuropsicoses de defesa. Em: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Editora Imago, Rio de Janeiro. Vol. III.

_____. (1895a) Estudos sobre a Histeria. Em: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Editora Imago, Rio de Janeiro. Vol. II.

_____. (1895b) Projeto para uma Psicologia Científica. Em: *Obras Isoladas de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

_____. (1895c) Resposta às críticas a meu artigo sobre a neurose de angústia. Em: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Editora Imago, Rio de Janeiro. Vol. III.

_____. (1897) Carta de 21 de setembro de 1897. Em: *A correspondência completa de Sigmund Freud a Wilhem Fliess 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago. 1985.

_____. (1900) A Interpretação dos sonhos. Em: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Editora Imago, Rio de Janeiro. Vol. IV. 1969.

_____. (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Em: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Editora Imago, Rio de Janeiro. Vol. VII. 1969.

_____. (1911) Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico. Em: *Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2004, vol.1.

_____. (1913) O interesse científico da psicanálise. Em: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Editora Imago, Rio de Janeiro, vol. XIII. 1969

_____. (1914) À guisa de introdução ao narcisismo. Em: *Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2004, vol.1.

_____. (1915a) O Inconsciente. Em: *Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2007, vol.2.

_____. (1915b) Os Instintos e suas Vicissitudes. Em: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Editora Imago, Rio de Janeiro, vol. XIV.

_____. (1917) Conferência XXII: Algumas idéias sobre desenvolvimento e regressão - etiologia. Em: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Editora Imago, Rio de Janeiro.

_____. (1919) O estranho. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Editora Imago, Rio de Janeiro. Vol. XVII. 2006.

_____. (1920) Além do Princípio do Prazer. Em: *Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago. Vol. 2, 2006.

_____. (1923) O eu e o id. Em: *Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 3. 2007.

_____. (1924) O problema econômico do masoquismo. Em: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Editora Imago, Rio de Janeiro. Vol. XIX, 1969.

_____. (1925) A Negativa. Em: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Editora Imago, Rio de Janeiro. Vol. XIX. 1969.

_____. (1926) Inibições, sintomas e angústia. Em: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Editora Imago, Rio de Janeiro, Vol. XX, 2006.

_____. (1933[1932]) Conferência XXXI: A dissecação da personalidade psíquica. Em: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Editora Imago, Rio de Janeiro, Vol. XXII, 2006.

_____. (1938) Um esboço de psicanálise. Em: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Editora Imago, Rio de Janeiro, vol. XXIII, 2006.

GARCIA, C. A. (2009) Continuidade e ruptura no processo de constituição psíquica. *Psicologia clínica*. Vol. 21, n. 1. Rio de Janeiro.

GARCIA, C. A. & COUTINHO, L. G. (2004) Os novos rumos do individualismo e o desamparo do sujeito contemporâneo. *Psychê*, jan-jun., Vol. VIII, n. 013. São Paulo.

GARCIA-ROZA, L. A. (1991) *Introdução à metapsicologia freudiana*. V. 1. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.

_____. (1992). *Freud e o inconsciente*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.

GOLSE, B. (1999) *Du corps à la pensée*. Paris: Press Universitaires de France (PUF).

_____. (2010) La naissance de la vie psychique. Em: GOLSE, B. & ROUSSILON, R. *La naissance de l'object*. Paris: PUF

_____. (2012) Les signifiants formels comme un lointain écho du bébé que nous avons été. Em : CHABERT, C ; CUPA, D ; KAËS, R & ROUSSILLON, R. *Didier Anzieu : le Moi-peau et la psychanalyse des limites*. Toulouse: Editions Érès.

HAAG, G. (1985) La mère et le bébé dans les deux moitiés du corps. *Neuropsychiatrie de l'enfance et de l'adolescence*. Vol. 33, n. 2-3, p. 107-114.

_____. (1997) Como o espírito vem ao corpo: Ensinamentos da observação referentes aos primeiros desenvolvimentos e suas implicações na prevenção. Em: *Observação de bebês: os laços de encantamento*. Artes médicas, Porto Alegre.

HANNS, L. A. (1996) *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro, Imago.

JAMES, W. (1890) *The principles of psychology*. Cambridge : Harvard University Press. 1983.

KAËS, R. (2012) Du Moi-peau aux enveloppes psychiques: genèse et développement d'un concept. Em : CHABERT, C ; CUPA, D ; KAËS, R & ROUSSILLON, R. *Didier Anzieu : le Moi-peau et la psychanalyse des limites*. Toulouse : Editions Érès.

KLEIN, M. (1952) The origins of transference. Em: *Envy and gratitude and other works*. London: Hogarth. 1975.

_____. (1930) A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego. Em: *Amor, culpa e reparação*. Rio de Janeiro: Imago. 1975.

LAPLANCHE, J. (1992) *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

LEBOVICI, S. (1989) *O bebê, a mãe e o psicanalista*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- MCDUGALL, J. (2000) Um corpo para dois. Em: MCDUGALL, J., GACHELIN, G, AULAGNIER, P., MARTY, P. LORIOD, J & CAÏN, J. *Corpo e História*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- NASIO, J.-D. (1997) *O livro da dor e do amor*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PINHEIRO, T. (1995) *Ferenczi: do grito à palavra*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PINKER, S. (1994) *The language instinct*. New York: Harper Perennial Modern Classics.
- PONTALIS, J. B. (2005) *Entre o sonho e a dor*. São Paulo: Idéias & Letras.
- PRIBAM, K. & GILL, M. (1976) *Freud's "Project" re-assessed: preface to contemporary cognitive theory and neuropsychology*. New York: Basic Books.
- RANK, O. (1924) *O traumatismo do nascimento: influência da vida pré-natal sobre a evolução da vida psíquica individual*. Rio de Janeiro: Marisa Editora. 1934.
- ROCHAT, P. (2004) *The infant's world*. Cambridge: Harvard University Press.
- ROTSTEIN, E. & BASTOS, A. (2011) A concepção freudiana de experiência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Jul-Set., vol. 27, pp. 371-380.
- ROUSSILLON, R. (2010) La dépendance primitive e l'homosexualité primaire <en doublé>. Em: GOLSE, B. e ROUSSILLON, R. *La naissance de l'objet: uma co-construction entre lê futur sujet e sés objets a vénir*. Paris: PUF.
- _____. (2012) Le Moi-peau et la reflexivité. Em : CHABERT, C ; CUPA, D ;
- KAËS, R & ROUSSILLON, R. *Didier Anzieu : le Moi-peau et la psychanalyse des limites*. Toulouse: Editions Érès.
- SÉCHAUD, E. (2012) Didier Anzieu: penser les pensées. In: CHABERT, C. CUPA, D., KAES, R. ROUSSILON, R. (2012) *Didier Anzieu: le Moi-peau et la psychanalyse des limites*. Toulouse: Editions Érès.
- SEGAL, H. (1975) *Introdução à obra de Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Imago.
- STERN, D. (1985) *The interpersonal world of the infant: A view from psychoanalysis and developmental psychology*. New York: Basic Books.
- TUSTIN, F. (1990) *Barreiras autistas em pacientes neuróticos*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- WINNICOTT, D. (1945) Desenvolvimento emocional primitivo. Em: *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora. 1978.

_____. (1949) A mente e sua relação com o psicossoma. Em: *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1951) Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais. Em: *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago. 1975.

_____. (1956) A preocupação materna primária. Em: *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago. 2000.

_____. (1967) A localização da experiência cultural. Em: *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago. 1975.

WINOGRAD, M. (2004) Entre o Corpo e o Psiquismo: a noção de concomitância dependente em Freud. *Revista Psyche*, ano VIII – n.14, São Paulo.

_____. (2007) Disposição e acaso em Freud: uma introdução às noções de equação simbólica, séries complementares e intensidade pulsional no momento. *Natureza Humana*, v. 9, n. 2. São Paulo.

ZORNIG, S. M. A. (2008) A corporeidade na clínica: algumas observações sobre os primórdios do psiquismo. *Tempo psicanalítico*. V. 40.2.